

CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA
UNIDADE DE PÓS-GRADUAÇÃO, EXTENSÃO E PESQUISA
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL

ALINE WANDERLEY CAMISSA DITTA

EDUCAÇÃO FINANCEIRA COMO TEMA TRANSVERSAL NA EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL: DESAFIOS PARA A FORMAÇÃO DE EDUCADORES DE JOVENS
APRENDIZES

São Paulo
Março / 2023

ALINE WANDERLEY CAMISASSA DITTA

EDUCAÇÃO FINANCEIRA COMO TEMA TRANSVERSAL NA EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL: DESAFIOS PARA A FORMAÇÃO DE EDUCADORES DE JOVENS
APRENDIZES

Dissertação apresentada como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Gestão e Desenvolvimento da Educação Profissional do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza no Programa de Mestrado Profissional em Gestão e Desenvolvimento da Educação Profissional, sob a orientação do Prof. Dr. Rodrigo Avella Ramirez.

São Paulo

Março/2023

D617e Ditta, Aline Wanderley Camisassa
Educação financeira como tema transversal na educação profissional: desafios para a formação de educadores de jovens aprendizes / Aline Wanderley Camisassa Ditta. – São Paulo: CPS, 2023.
187 f. : il.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Avella Ramirez
Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Desenvolvimento da Educação Profissional) – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, 2023.

1. Educação profissional. 2. Educação financeira. 3. Formação de educadores. 4. Jovens aprendizes. I. Ramirez, Rodrigo Avella. II. Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. III. Título.

ALINE WANDERLEY CAMISSA DITTA

EDUCAÇÃO FINANCEIRA COMO TEMA TRANSVERSAL NA EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL: DESAFIOS PARA A FORMAÇÃO DE EDUCADORES DE JOVENS
APRENDIZES

Rodrigo Avella Ramirez

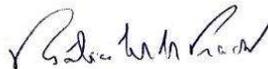
Prof. Dr. Rodrigo Avella Ramirez

Orientador - CEETEPS



Profa. Dra. Cristiane Azevêdo dos Santos Pessoa

Examinadora Externa – UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUNO - UFPE



Profa. Dra. Rosália Maria Netto Prados

Examinadora Interna - CEETEPS

São Paulo, 28 de março de 2023

Dedico a todas as pessoas que acreditam
no poder transformador da Educação.

AGRADECIMENTOS

A todos os educadores que tive a oportunidade de encontrar pelos caminhos trilhados na minha formação, desde a Educação Básica até o Mestrado Profissional.

A todas as pessoas que compartilharam sua presença na minha vida, pois certamente foram momentos de aprendizagem.

A todos os profissionais que enfrentaram desafios nas corporações e organizações sociais que trabalhei e ainda trabalho. Esses desafios trouxeram grandes oportunidades de aprimoramento e novos conhecimentos.

A cada dia em que posso aprender mais e compartilhar meu conhecimento. Compartilhar conhecimentos é uma forma de ampliá-los e deixar um legado para as futuras gerações.

E especialmente ao caríssimo Prof. Dr. Rodrigo Avella Ramirez que, parafraseando Rubem Alves, pegou na minha mão e disse: ‘eis aqui o mundo acadêmico’.

A desigualdade de oportunidades educacionais
é uma questão que só pode ser confrontada
em ampla escala por políticas de Estado.
(BAUMAN, Sobre Educação e Juventude)

RESUMO

DITTA, A.W.C. **Educação Financeira como tema transversal na educação profissional:** desafios para a formação de educadores de jovens aprendizes. 189 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Desenvolvimento da Educação Profissional). Centro de Educação Tecnológica Paula Souza, São Paulo, 2022.

O presente trabalho tem por objetivo investigar o cenário atual da formação de educadores de jovens aprendizes com relação ao tema Educação Financeira, a fim de propor uma estratégia de formação que contemple o professor como sujeito produtor do conhecimento. O tema escolhido é decorrente da atuação na área de Educação Financeira e capacitação de jovens para o mercado de trabalho; alinhado aos estudos da linha de pesquisa ‘Formação do Formador’ na qual se insere o projeto ‘Saberes e Trabalho Docente’ da Unidade de Pós-Graduação, Extensão e Pesquisa do CEETPS – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, na cidade de São Paulo. Considera-se que, para o ensino de Educação Financeira, o educador deve ter um arcabouço de conhecimentos e conceitos desenvolvidos em sua formação inicial, formação continuada ou que sejam decorrentes de conhecimentos adquiridos na sua experiência prática. Influenciam também na prática docente em Educação Financeira os conhecimentos adquiridos na gestão dos próprios recursos financeiros e a influência da sociedade na qual estão inseridos os educadores. Para se entender a questão, como lente teórica, apoia-se nos estudos de Zygmunt Bauman, Eduardo Giannetti sobre a sociedade de consumidores; de António Nóvoa, Antoni Zabala, Maurice Tardif e Lee Shulman na área de saberes docentes, formação do educador e comunidades de prática; e de Francisco Imbernón e Maria da Glória Gohn nos estudos sobre formação docente profissional e Educação Não Formal. A metodologia usada foi uma pesquisa aplicada, de abordagem qualitativa, utilizando-se como métodos de coleta e de análise de dados: (i) revisão bibliográfica de literatura específica sobre o tema; (ii) análise documental de documentos institucionais e legislação; (iii) pesquisa de campo; e (iv) análise temática. Como produto da presente dissertação, apresenta-se uma proposta para a elaboração de formação continuada e implementação de comunidades de prática para a formação dos educadores em Educação Financeira que atuam com jovens aprendizes – público-alvo da presente pesquisa.

Palavras-chave: Educação Profissional. Educação Financeira. Formação de Educadores. Jovens Aprendizes.

ABSTRACT

This work aims to investigate the current scenario of teacher education of young apprenticeships related to Financial Education, with a view to proposing a training strategy that considers the teacher as a subject that produces knowledge. The theme chosen stems from the researcher's professional experience in the area of Financial Education and training of young people for the job market and is aligned with the studies of the line of research 'Training the Trainer' inserted in the project 'Knowledge and Teaching Work' of the Postgraduate Unit, Extension and Research at CEETPS – State Center for Technological Education Paula Souza, in the city of São Paulo. It is considered that for the teaching of Financial Education, educators must have a framework of knowledge and concepts developed either in their initial education/continuing education or resulting from knowledge acquired in their practical experience. Also influencing the teaching practice in Financial Education are the knowledge acquired in the management of one's own financial resources and the influence of the society in which educators are inserted. In order to understand the question, the theoretical lens is based on the studies of Zygmunt Bauman, Eduardo Giannetti on the society of consumers; António Nóvoa, Antoni Zabala, Maurice Tardif and Lee Shulman in the area of teaching knowledge, teacher education and communities of practice; and Francisco Imbernón and Maria da Glória Gohn in studies on professional teacher education and non-formal education. The methodology used was an applied research, with a qualitative approach, using the following data collection methods: (i) bibliographic review of specific literature on the subject; (ii) document analysis of institutional documents and legislation; (iii) field research; and (iv) thematic analysis. As a product of this dissertation, a proposal is presented for continuing education and the implementation of communities of practice for the training of educators in Financial Education who work with young apprentices– the target audience of this research.

Keywords: Professional Education. Financial Education. Teacher Education. Young Apprentices.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Recomendações para programas de Educação Financeira - OCDE	41
Quadro 2 - Avaliação das iniciativas de educação financeira pelos participantes	53
Quadro 3 - Educação Financeira nas habilidades da BNCC para o Ensino Fundamental	56
Quadro 4 - Competências relacionadas à Educação Financeira	61
Quadro 5 – Áreas de formação.....	107
Quadro 6 - Ano de conclusão da formação final.....	108

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Índice de retorno do Instrumento inicial de pesquisa	105
Figura 2 – Concordância em participar da pesquisa.....	105
Figura 3 – Sexo.....	106
Figura 4 – Faixa etária.....	106
Figura 5 – Formação acadêmica.....	107
Figura 6 – Tempo de atuação como formador.....	109
Figura 7 – Vínculo profissional com a Rede Cidadã.....	109
Figura 8 – Conhecimento próprio sobre Educação Financeira	110
Figura 9 – Autoclassificação do conhecimento sobre Educação Financeira.....	111
Figura 10 – Inclusão do tema Educação Financeira no programa Socioaprendizagem.....	111
Figura 11 – Importância de formação específica sobre Educação Financeira	112
Figura 12 – Assuntos mais importantes para a formação de formadores.....	113
Figura 13 – Interesse em participar de entrevista individual.....	113

LISTA DE SIGLAS

AEF	Associação de Educação Financeira do Brasil
ANBIMA	Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais
AT	Análise Temática
B3	Brasil, Bolsa, Balcão – Bolsa de Valores Brasil
BM&F	Bolsa de Mercadorias & Futuros
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
Bovespa	Bolsa de Valores de São Paulo
CNSEg	Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização
CONEF	Comitê Nacional de Educação Financeira
Coremec	Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiros, de Capitais, de Seguros, de Previdência e de Capitalização
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
EF	Educação Financeira
EFE	Educação Financeira Escolar
EM	Educação Matemática
EMC	Educação Matemática Crítica
ENEF	Estratégia Nacional de Educação Financeira
FBEF	Fórum Brasileiro de Educação Financeira
FEBRABAN	Federação Nacional dos Bancos
MEC	Ministério da Educação
MF	Matemática Financeira
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OEEC	Organisation for European Economic Co-operation
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
Planejar	Associação Brasileira de Planejamento Financeiro

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	15
INTRODUÇÃO.....	17
CAPÍTULO 1 - SOCIEDADE DE CONSUMIDORES	20
1.1 A sociedade na pós-modernidade	20
1.2 Educação Financeira na sociedade de consumidores	24
1.3 Dimensões da Educação Financeira e identidade dos indivíduos	26
1.4 Educação e Educação Financeira	28
1.5 Revisão de literatura sobre Educação Financeira	29
CAPÍTULO 2 – EDUCAÇÃO FINANCEIRA.....	36
2.1 Conceitos de Educação Financeira.....	36
2.2 Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF.....	43
2.3 A Base Nacional Comum Curricular e a Educação Financeira.....	45
2.4 Marcos históricos da Educação Financeira no Brasil.....	49
2.5 A Educação Financeira na BNCC	55
2.6 Educação Financeira na Educação Básica.....	62
2.7. A Educação Financeira na Educação Profissional e Tecnológica.....	64
2.8 A Educação Financeira na Educação Não Formal	66
CAPÍTULO 3 – EDUCAÇÃO MATEMÁTICA CRÍTICA	70
3.1 Educação Matemática Crítica.....	70
3.2. Educação Financeira Crítica.....	75
3.3. Formação docente em Matemática Crítica e Educação Financeira.....	78
CAPÍTULO 4 – FORMAÇÃO DO FORMADOR	83
4.1. O caráter fluido do fazer docente	83
4.2 Saberes docentes.....	84
4.3. Construção do conhecimento para o ensino	86
4.4 Dimensões da formação docente	89
4.5 Comunidades de Prática	95
CAPÍTULO 5 – METODOLOGIA.....	100
5.1 Análise Temática (AT).....	101
5.2 Rede Cidadã – <i>locus</i> de pesquisa.....	102
5.3 Perfil do educador/formador do Programa de Socioaprendizagem.....	104
CAPÍTULO 6 – ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	115
6.1 Educação Financeira na vida das pessoas.....	115
6.2 Propósitos dos programas de Educação Financeira.....	117

6.3 Importância da Educação Financeira na educação de jovens aprendizes.....	118
6.4 Formação docente em Educação Financeira	122
6.5 Construção do conhecimento sobre Educação Financeira	123
CONSIDERAÇÕES PARA CONTINUIDADE DO TRABALHO	126
REFERÊNCIAS	130
APÊNDICES	140
APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE PESQUISA	140
APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA	143
APÊNDICE C – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM EDUCADOR 1.....	145
APÊNDICE D – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM EDUCADOR 2	154
APÊNDICE E – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM EDUCADORES 3 E 4.....	163
APÊNDICE F – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM EDUCADOR 5	175
ANEXOS	184
ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE).....	184
ANEXO B – TERMO DE CESSÃO DE DIREITOS SOBRE DEPOIMENTO ORAL	186
ANEXO C – PARECER COMISSÃO DE ÉTICA.....	187

APRESENTAÇÃO

A Educação Profissional está presente na minha trajetória de trabalho desde 1991, quando atuei como Especialista em Recursos Humanos na Santa Bárbara Engenharia, em Belo Horizonte – MG. Além de desenvolver, implementar e acompanhar programas de qualificação e desenvolvimento profissional dos colaboradores da empresa, tive a oportunidade de atuar em um projeto marcante: fui responsável pela elaboração, implementação e acompanhamento do programa de alfabetização de profissionais da construção civil, nas obras da empresa. Como coordenadora do programa, tive oportunidade de estabelecer contato direto com os trabalhadores da construção civil, constatando a precariedade do nível de educação desta parcela importante da mão de obra do setor secundário da economia: o índice de analfabetos é considerável e as consequências em termos de acidentes de trabalho e absenteísmo são significativas.

Depois de ampla experiência na atuação no mundo corporativo, fiz uma mudança de trajetória, passando a atuar no Terceiro Setor, em ações de capacitação de voluntários e profissionais de organizações não governamentais, em Porto Alegre/RS e São Paulo/SP, na década de 1990. Nesta época, então, recebi um convite para implementar uma ação de responsabilidade social e voluntariado em uma instituição bancária em São Paulo/SP. A proximidade com a comunidade na qual desenvolvemos a ação e a imersão no mundo financeiro despertaram-me para a relevante questão da falta de conhecimento e da necessidade de educação financeira, principalmente para os indivíduos em situação de vulnerabilidade social. A constatação desta defasagem de conhecimentos de Educação Financeira e a ampliação gradual do acesso aos produtos financeiros e ao crédito reforçaram a minha crença na urgência e necessidade da ampliação das ações de Educação Financeira.

A partir de 2014, minha atuação passa a ser diretamente em organizações não governamentais, com ações específicas de Educação e Saúde Financeira, dedicando-me a ampliar minha formação e conhecimentos na área de educação profissional, formação de educadores e saberes docentes. A escolha pelo Mestrado Profissional em Gestão e Desenvolvimento da Educação Profissional é consequência direta deste movimento de busca de ampliação de conhecimentos e possibilidades de contribuição para a conscientização e educação financeira dos educadores com os quais tenho relacionamento profissional e voluntário.

No Mestrado Profissional tive oportunidade de ampliar meus horizontes com relação a autores e teorias da educação que não faziam parte do meu repertório de leituras. A intensa e dedicada orientação pelo Prof. Dr. Rodrigo Avella Ramirez levou-me a trilhas de leituras instigantes e interessantes: (i) Primeiras leituras sobre Educação Financeira; (ii) Educação Financeira sob a ótica do consumo e da Matemática Crítica; (iii) Formação e Saberes Docentes; (iv) Comunidades investigativas; (v) Pesquisa narrativa; (vi) Comunidades de prática; (vii) Educação Não Formal; e (viii) Análise temática. A cada leitura, novos leques de artigos, publicações e livros se abriam e possibilitavam navegar por meio do conhecimento estruturado e fundamental para a consolidação da fundamentação teórica do meu projeto de pesquisa.

As disciplinas cursadas também foram fundamentais para o fortalecimento da bagagem de conhecimentos, tais como: (i) Sociedade, Trabalho e Educação; (ii) Metodologia da Pesquisa em Educação Profissional; (iii) Psicologia do Adulto; (iv) Formação do Formador; e (v) Linguagem e Práticas em Educação Profissional. Todas as disciplinas foram conduzidas brilhantemente por Professores Doutores do quadro da Unidade de Pós-Graduação, Extensão e Pesquisa do Centro Paula Souza, oferecendo oportunidades para debates e discussões acerca de leituras seminais de cada uma das disciplinas. O compartilhamento de ideias e experiências com os demais mestrandos também foi enriquecedor e motivador para que cada seminário em aula se tornasse mais uma oportunidade de aprendizado.

Ainda no decorrer dos semestres do mestrado tive a oportunidade de escrever meus dois primeiros artigos científicos, alinhados ao tema da minha dissertação – Educação Financeira. A participação nos Seminários de Pesquisa, Simpósios e Workshops promovidos pela instituição em muito ampliaram a minha compreensão acerca do mundo da Educação Profissional, com positivos reflexos na minha produção acadêmica.

A busca de formação continuada e a filosofia ‘lifelong learning’ – educação como um processo contínuo – sempre direcionaram minha trajetória profissional e acadêmica. Acredito que a presente pesquisa se constituirá em mais um importante passo nesta trajetória acadêmica e profissional.

INTRODUÇÃO

A Educação Financeira tem sido tema recorrente na sociedade em que vivemos: os impactos da globalização, a diversificação dos produtos financeiros e os encantos do consumo sinalizam um cenário no qual o equilíbrio financeiro no presente é indispensável para um futuro saudável e tranquilo. A sociedade líquida e fluida, descrita por Bauman (2008), pressupõe mudanças no acesso ao conhecimento sobre as questões financeiras. A educação é pilar indispensável para o desenvolvimento da sociedade e a educação financeira, mais necessária ainda.

Desde o início do século XXI, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) dissemina propostas e mobiliza os países membros e não membros a envidarem esforços no sentido de oferecer às suas populações o acesso ao letramento e conhecimento financeiro. O programa de educação financeira proposto pela OCDE visa minimizar os impactos que a falta de conhecimento financeiro inflige, principalmente, sobre as camadas mais vulneráveis da sociedade. O endividamento, a dificuldade para manter as condições mínimas para uma vida digna e o canto da sereia do consumo impelem parcela significativa da população ao fracasso como consumidores, na visão de Bauman (2008, 2010).

Nessa perspectiva, a Educação Financeira surge como uma possibilidade de minimizar as dificuldades para conviver e sobreviver numa sociedade de consumidores. Especialmente no Brasil, observa-se uma movimentação de diversos atores – governo, iniciativa privada, instituições educacionais e terceiro setor – com o objetivo de organizar, produzir e disseminar conhecimentos sobre educação financeira, conscientizando os indivíduos para a importância do tema. Em 2010 foi instituída a Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF e várias iniciativas para a ampliação dos debates sobre o tema foram implementadas.

Na área da educação também se observa a mobilização no sentido de dar visibilidade e concretude ao tema Educação Financeira. Depois de duas décadas de debates, em 2018 a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) – que prevê a Educação Financeira como tema transversal – foi divulgada, com prazos estabelecidos para sua implementação. Inserir a Educação Financeira como tema transversal é uma atitude louvável, entretanto, faz-se necessário refletir sobre como implementar este tema. Para ensinar, o professor necessita ter formação específica e compor um repertório de conhecimentos – o que difere da realidade da formação inicial e continuada dos educadores em atividade.

Surgem assim as seguintes inquietações: como o educador deverá incluir o tema Educação Financeira no conteúdo de cada disciplina que ministra se ele próprio não teve acesso a uma formação específica na área de Educação Financeira? Como associar sua disciplina a conhecimentos para os quais não está preparado e, muitas vezes, nem familiarizado? Estes questionamentos levaram à formulação do problema de pesquisa desta dissertação: Quais os desafios para elaborar e implementar um projeto de formação em Educação Financeira para educadores de um programa de capacitação de jovens aprendizes?

Assim, definimos como *locus* de pesquisa o Programa Socioeducativo da instituição Rede Cidadã, que desde 2002 contribui de maneira significativa para a preparação, capacitação e inserção de jovens como aprendizes no mercado de trabalho. Os educadores da Rede Cidadã participaram da pesquisa por meio de preenchimento de questionário para identificação do perfil destes profissionais e seu conhecimento sobre o tema Educação Financeira. Posteriormente, por meio de entrevistas com roteiro semiestruturado, foi aprofundada a investigação a respeito da questão da formação como educador com relação ao tema educação financeira.

Para fundamentar a estruturação de uma proposta de pesquisa, tem-se por objetivo investigar o atual cenário de formadores de jovens aprendizes com relação ao tema educação financeira e propor uma formação que contemple o professor como sujeito produtor de conhecimentos. Para tanto, debruçaremos sobre a questão dos saberes docentes, da formação do formador e das comunidades de prática como estratégia para a produção de conhecimentos com a participação direta dos educadores. O entendimento da relação entre educação financeira e educação matemática crítica possibilitará uma reflexão acerca de como deve ser a inserção deste tema na Educação Não Formal – foco de análise do presente projeto de pesquisa. A relevância do tema e os escassos estudos sobre a formação em Educação Financeira fortalecem a proposta de formação para formadores de jovens aprendizes, produto educacional da presente pesquisa.

Esta pesquisa está organizada em cinco capítulos. No primeiro capítulo, partiu-se de um olhar abrangente sobre o cenário da sociedade atual, reconhecida como sociedade de consumidores, onde o poder deixa de estar com o Estado e passa para as mãos do Mercado. A reflexão sobre a sociedade de consumidores é fundamentada principalmente nos estudos de Bauman, possibilitando o entendimento do papel do indivíduo como consumidor e estabeleceu-se as primeiras relações com o tema Educação Financeira.

No segundo capítulo, foi estruturado um caminho histórico do tema Educação Financeira, sob a ótica de instituições globais como a OCDE e mais detalhadamente como a Educação Financeira está inserida nos debates e ações no nosso país. Buscou-se analisar a inserção da Educação Financeira na BNCC, na Educação Básica, na Educação Profissional e Tecnológica e na Educação Não Formal para a construção de um arcabouço teórico para fundamentar o desenvolvimento da pesquisa.

O terceiro capítulo apresenta discussões acerca da Matemática Crítica e da Educação Financeira Crítica, embasadas nos estudos de Skovsmose. Neste capítulo é proposta uma reflexão sobre a relação entre Educação Financeira e a formação de indivíduos críticos e conscientes do seu papel como consumidores.

O quarto capítulo dedica-se à análise da formação do formador, sob a lente teórica de Tardif, Shulman, Zabala, Novoa, entre outros expoentes do tema. O entendimento da fundamentação teórica sobre a formação do formador é de extrema relevância para a resposta à questão de pesquisa: quais os desafios para elaborar e implementar um projeto de formação em Educação Financeira para educadores de um programa de capacitação de jovens aprendizes?

No quinto capítulo, foi apresentada a metodologia de trabalho, os métodos e instrumentos de pesquisa, bem como a descrição do *locus* de pesquisa. O perfil dos educadores do programa de Socioaprendizagem é apresentado neste capítulo de forma detalhada.

O sexto capítulo apresenta a análise temática dos dados coletados nas entrevistas com roteiro semiestruturado realizadas com os educadores da Rede Cidadã. Os temas emergentes das entrevistas, de acordo com a metodologia Análise Temática, são apresentados e discutidos, relacionando-os com a fundamentação teórica apresentada nos capítulos iniciais.

Por fim, apresentam-se as Considerações Finais, consolidando os principais resultados da presente pesquisa, com a sugestão de estruturação de uma formação específica sobre Educação Financeira abrangendo conceitos de Educação Matemática Crítica e a constituição de uma Comunidade de Conhecimento para que os educadores da Rede Cidadã possam inserir com segurança o tema Educação Financeira no programa de Socioaprendizagem, bem como atuar como construtores de conhecimento sobre o tema.

CAPÍTULO 1 - SOCIEDADE DE CONSUMIDORES

Antes de se debruçar sobre o tema Educação Financeira, faz-se necessário ampliar o horizonte para analisar o cenário no qual encontra-se a nossa sociedade. Vivemos atualmente inseridos em uma sociedade de consumidores – ou sociedade líquida, como denomina Bauman (1998). Uma sociedade na qual o poder passa das mãos do Estado para as mãos do Mercado: o indivíduo troca sua força de trabalho pelo dinheiro e vive em busca da satisfação de sonhos e desejos impostos pelo poder do próprio mercado.

Portanto, este primeiro capítulo discute o papel e a influência da sociedade de consumidores para a intensificação da necessidade da educação financeira para todos os indivíduos, independentemente da posição socioeconômica que ocupa nessa sociedade.

1.1 A sociedade na pós-modernidade

Bauman (1998) descreve muito bem este cenário e aponta para uma nova visão de ordem na sociedade. A busca pela felicidade individual é transformada em uma busca de prazer e liberdade, determinados pelo consumo. Quanto maior o consumo, maior a sensação de prazer e de liberdade e, ao mesmo tempo, mais rápida a sensação de insatisfação e necessidade de busca de novas fontes de prazer. O consumo passa a ser objeto de prazer e liberdade para os indivíduos, conforme aponta Bauman “deleitam-se na busca de novas e ainda não apreciadas experiências, são de bom grado seduzidos pelas propostas de aventura e, de um modo geral, a qualquer fixação de compromisso, preferem ter opções abertas” (BAUMAN, 1998, p.23).

Muitas iniciativas de Educação Financeira, propostas por instituições e atores do mercado financeiro, apresentam o tema atrelado à noção de que o consumo é determinante para o alcance da felicidade. A Educação Financeira a ser inserida na educação deve ter como propósito a formação de indivíduos críticos e conscientes, que consomem de acordo com suas necessidades, controlando os impulsos que visam o consumo pelo prazer de consumir.

O movimento cada vez mais fluido, líquido e rápido é suportado pelo mercado, que a cada momento oferece novas oportunidades de consumo, gerando um constante e infinito ciclo de satisfação – insatisfação – satisfação. O indivíduo consumidor vivencia experiências cada vez mais intensas e ao mesmo tempo cada vez mais fugazes. Para Bauman (1998), vivemos hoje em uma sociedade de incertezas de forma permanente e irreduzível: partimos de uma sociedade de produtores para uma sociedade de consumidores. Este cenário também pode ser observado nas relações entre as pessoas: na sociedade de consumidores, as relações tornam-se cada vez mais rapidamente descartáveis e substituíveis.

A sociedade de produtores, vigente até o final da década de 1920, privilegiava o longo prazo – planta-se hoje para colher no futuro –, valorizava o coletivo e se organizava de forma a buscar o atendimento das necessidades da coletividade. Por outro lado, a sociedade de consumidores, incentiva a priorização do *aqui e agora*, da satisfação das necessidades individuais, em detrimento às necessidades da coletividade. O curto prazo e o prazer acima de tudo levam o indivíduo a pensar e agir no presente, sem considerar o aprendizado do passado e nem se preparar para os desafios do futuro.

Essa transformação gradual e irreversível, transporta o indivíduo de condições de ‘não escolha’ para uma situação de ‘escolhas limitadas’ pelo próprio mercado, que cria produtos inovadores para depois levar os consumidores a considerarem esse novo produto como uma necessidade indispensável ao seu bem-estar e sobrevivência. Assim que o novo produto passa a ser consumido, o mercado prontamente apresenta novos produtos que geram novas necessidades e fazem com que a roda do consumo continue sempre a girar. A insatisfação e a busca de saciar novas necessidades é a marca registrada da sociedade de consumidores (BAUMAN, 2008).

O poder do mercado e as oportunidades de consumo são ao mesmo tempo democráticos – estão disponíveis para todos –, mas também são determinantes do aprofundamento das desigualdades na sociedade. O acesso ao crédito é universal, mas as condições e conhecimentos necessários para lidar com o dinheiro são distintas. Os mais pobres estão mais intensamente sujeitos aos impactos da miséria

e do endividamento, sendo condenados a viverem à margem da tão sedutora e desejada sociedade de consumidores e considerados como ‘consumidores falhos’:

Numa sociedade de consumidores – um mundo que avalia qualquer pessoa e qualquer coisa por seu valor como mercadoria –, são pessoas sem valor de mercado; são homens e mulheres não Commodificados¹, e seu fracasso em obter o status de mercadoria autêntica coincide com (na verdade deriva de) seu insucesso em se engajar numa atividade de consumo plenamente desenvolvida. São consumidores falhos, símbolos ambulantes dos desastres que aguardam os consumidores decadentes e do destino final de qualquer um que deixe de cumprir seus deveres de consumo (BAUMAN, 2008, p. 158).

Para o capitalismo, o desenvolvimento da indústria financeira significa a miragem da prosperidade e do sucesso, no presente e no futuro, considerando as instituições financeiras e o mercado como a solução para todos os problemas sociais. Entretanto, esse mesmo capitalismo é apontado como fonte de problemas, ao favorecer o acirramento das desigualdades econômicas e sociais. O sistema capitalista está sempre em busca de novas possibilidades de fortalecimento, mesmo que isso signifique a ampliação do contingente de endividados. O que importa é que sempre existam potenciais endividáveis para que possam manter o funcionamento do sistema financeiro: a ampliação da oferta de crédito vem ao encontro da ampliação da necessidade de empréstimos, mantendo em permanente atividade esse ciclo de crédito – endividamento – novo crédito.

O consumo está presente em todas as instâncias da vida do indivíduo, na qual os limites entre o TER e o SER se confundem e se fundem. Para SER, nessa sociedade de consumidores, o importante é TER tudo o que se sonha e mais além. A inversão de valores fortalece a importância do dinheiro e do próprio consumo: a busca da felicidade está substancialmente atrelada ao consumo.

O sucesso profissional e, principalmente, o pessoal estão diretamente relacionados com a questão do consumo abundante e contínuo. A condição para a felicidade e talvez até para a dignidade humana está intimamente relacionada com o consumo e a posse de objetos e experiências. As estratégias de marketing da indústria incentivam o consumo ilimitado e constante, tanto para o público adulto quanto para o infantil: o consumidor percebe-se como sujeito soberano de suas

¹ Homens e mulheres Commodificados: consumidores considerados como mercadorias vendáveis.

escolhas e desejos, mas na realidade é conduzido pelos caminhos sedutores do incentivo ao consumo pelo próprio mercado.

O mercado assume o lugar do Estado, ao prometer garantir o bem-estar social por meio do consumo, com destaque na sociedade de consumidores. A ilusão da globalização econômica pode ser comparada à metáfora da serpente devorando-se a si mesma, de Rosa Luxemburgo: a ampliação das fronteiras para a comercialização e acesso a bens e serviços, incentiva o consumo e aumenta a desigualdade econômica. Cada vez mais endividados, os pobres geram lucros para as instituições financeiras e com isso o Mercado se consolida como garantidor do bem-estar social.

Assim Bauman exemplifica esta situação, em uma passagem:

[...] os ricos desfrutam de um elevado grau de liberdade de escolha pessoal, reagindo viva e alegremente ao crescente leque de atraentes ofertas do mercado, [...]. Além disso, os pobres de hoje (aqueles consumidores irremediavelmente falhos, imunes às adulações do mercado e improváveis contribuintes para a procura ávida de estoques, por mais tentadores que esses estoques possam ser) são evidentemente inúteis para os mercados orientados para o consumidor [...] (BAUMAN, 1998, p. 77)

Os pobres na sociedade de consumidores, além de serem considerados ‘consumidores falhos’, são considerados como subclasse e condenados à exclusão social e econômica. Os poucos recursos de que dispõem, por meio de subempregos ou programas de repasse de recursos pelo Estado, são utilizados com objetos e produtos de consumo sem sentido, que não atendem às suas necessidades básicas, mas que lhe proporcionam a possibilidade de minimizar a humilhação e a exposição social como consumidores decadentes, não cumpridores de seus deveres de consumo como cidadãos.

Na sociedade de consumidores, a Educação Financeira pode assumir, em algumas situações, o papel de incentivadora do poupar para consumir ou atuar como mola propulsora do consumo desenfreado e impulsivo. Necessário se faz pensar como a Educação Financeira situa-se na sociedade de consumidores: como aliada da própria sociedade na qual o consumidor precisa de ponderação e consciência para se proteger dos encantos do consumo por impulso ou gatilho para

o consumo irrefletido e desnecessário, satisfazendo os interesses do sistema financeiro.

1.2 Educação Financeira na sociedade de consumidores

E como fica a questão da Educação Financeira em uma sociedade de consumidores? A Educação Financeira pode também ser comparada à serpente: ao levar conhecimento e promover o consumo consciente, o endividamento poderia ser reduzido e, conseqüentemente, reduzidos os lucros das instituições financeiras e do próprio mercado.

O consumo exacerbado, visto inicialmente como uma libertação do indivíduo, transforma-se em grilhões de escravidão ao levá-lo ao circuito do endividamento e inadimplência. A cada nova oferta de crédito, o abismo do endividamento se amplia, tolhendo a liberdade tão almejada pelos consumidores. Para a parcela da sociedade sem acesso à Educação Financeira, o consumo é como um canto de sereia, que ao explorar os desejos de consumo apresentando novas necessidades a serem satisfeitas, leva o indivíduo a uma constante sensação de insatisfação e perda da liberdade.

Cabe destacar que o endividamento também pode ser decorrente de condições desfavoráveis de acesso à educação, saúde, saneamento básico e ao mercado de trabalho. O indivíduo em situação de vulnerabilidade pode fazer valer-se de modalidades de crédito para manter a própria subsistência. A facilidade de acesso ao crédito facilita o atendimento das necessidades básicas, mas também é uma porta de acesso ao endividamento para o indivíduo que tem acesso apenas a precárias condições de trabalho ou, algumas vezes, apenas ao trabalho informal de baixa renda.

Na sociedade de consumidores, novas ferramentas e instrumentos são apresentados como solução de todos os problemas e dificuldades: o cartão de crédito vem com a promessa de não precisar adiar mais os sonhos – o consumo se dá no momento presente, no *aqui e agora*. Já não é tão necessário ter paciência, perseverança e disciplina para poupar e realizar os sonhos no futuro. O consumo imediato e por impulso está literalmente nas mãos do consumidor: basta aproximar o cartão do terminal e sua satisfação hoje está garantida. Mas o sonho do futuro pode facilmente se transformar em pesadelo, ao se deparar com faturas a pagar e

sem recursos disponíveis no momento, comprometendo sua capacidade para arcar com juros elevados no futuro.

A compra por impulso, a obsolescência e descarte rápido de bens de consumo consolidam a estrutura da sociedade de consumidores – a plenitude da vida é consequência direta dos prazeres gerados pelo consumo, atualizando as máximas de Descartes e de Shakespeare:

Compro, logo existo. Comprar ou não comprar, eis a questão. Para os consumidores excluídos, versão contemporânea dos que não têm, não comprar é o estigma desagradável e pustulento de uma vida sem realizações – de ser uma não entidade e de não servir para nada (BAUMAN, 2013, p. 83). (grifo nosso)

A desigualdade social é amplificada pela divisão entre os que consomem e os que não consomem, entre os que são investidores e os endividados. O sucesso na vida e o posicionamento na sociedade de consumidores é diretamente decorrente da atividade consumista do indivíduo. O consumo perpassa todas as relações individuais, coletivas e sociais: o indivíduo é aquilo que consome; ou é o reflexo do seu poder enquanto consumidor. Somos todos consumidores, e como aponta Bauman, consumidores por direito e por dever: os supermercados são os templos da sociedade de consumidores, as listas de compras são os nossos guias diários e os shoppings são os destinos desejados para nossas peregrinações constantes. O consumo impulsionado e endeusado pela sociedade de consumidores na qual estamos irremediável e indubitavelmente inseridos, é ‘ecologicamente insustentável, socialmente problemático e economicamente instável’ (BAUMAN, 2013).

A Educação Financeira nesta sociedade de consumidores assume importante papel no sentido de preparar os indivíduos para o consumo consciente, a sustentabilidade, a responsabilidade social e a ética nas relações. Educar financeiramente um indivíduo é mais amplo que apenas incentivar o consumo de produtos financeiros e objetos de desejo. Kistemann (2020) ressalta que as decisões financeiras no tempo presente determinarão o cenário de equilíbrio ou desequilíbrio financeiro no futuro.

Na proposta da OCDE, a Educação Financeira tem por objetivo capacitar o indivíduo a fortalecer a economia e o próprio mercado financeiro. Faz-se

necessário pensar numa Educação Financeira que vise fortalecer o indivíduo como consumidor consciente de suas possibilidades e limitações, em busca de uma vida equilibrada financeiramente no presente e no futuro.

Kistemann Jr aprofunda essa discussão ao apontar a possibilidade de a Educação Financeira estar a favor dos grupos econômicos e sistema financeiro:

[...] a economicização de variados cenários sociais, culturais, políticos e educacionais está em sintonia com os interesses de grupos econômicos hegemônicos e que visam somente os interesses de seus associados, ignorando a população que ainda não pode provê-los de lucros ou usufruir de seus produtos financeiros (KISTEMANN JR, 2020, p. 45).

As condições de desigualdade instaladas nessa sociedade de consumidores, especialmente no Brasil, determinam a exclusão de grande parte dos indivíduos das benesses do consumo, pois estão atrelados e atolados em um cenário de falta de oportunidades de trabalho, acesso restrito à educação de qualidade e, conseqüentemente, dificuldades de acesso a postos de trabalho mais qualificados e mais bem remunerados. Então, a própria situação social vigente determina um quadro de inadimplência e endividamento crescente, que poderia ser minimizado por ações concretas e qualificadas de educação financeira.

1.3 Dimensões da Educação Financeira e identidade dos indivíduos

Na equação da Educação Financeira, encontramos a dimensão espacial e a dimensão temporal: o consumo precisa estar situado no espaço e no tempo. Quanto ao espaço, identificamos distintos níveis de abrangência, desde o individual – mais restrito, e o global – mais amplo. Espera-se que o indivíduo cuide de sua vida financeira sem causar danos a outras pessoas e ao meio ambiente. Mas para fazer parte da sociedade de consumidores, esse indivíduo precisa transitar entre espaços sociais mais amplos. Os diferentes níveis sociais e suas inter-relações propiciam a união dos esforços individuais e da sociedade como um todo; é o pleno exercício da cidadania e da responsabilidade social pelo consumo consciente individual e do grupo.

Quanto à dimensão temporal, devem ser consideradas as relações entre o passado, o presente e o futuro. A Educação Financeira possibilita que o indivíduo compreenda que a situação financeira no presente é determinada por decisões tomadas ou não no passado. Da mesma forma, é importante compreender que as decisões tomadas no presente terão consequências na sua situação financeira no futuro. Passado, presente e futuro estão interligados e devem ser considerados para a busca da saúde e equilíbrio financeiros. Segundo Giannetti, “o presente foge, o passado é irrecobrável, e o futuro, incerto” (GIANNETTI, 2012, p.43).

O consumo, tido como uma válvula de escape e uma porta para a felicidade na sociedade de consumidores, apresenta efeitos colaterais como a frustração, a infelicidade e o sentimento de inferioridade. O jargão em vigor nessa sociedade é “compro, logo existo”: a sociedade de consumidores pode ser a sociedade do descarte, da obsolescência e da constante busca pelo novo. Entretanto, se o indivíduo não dominar os conhecimentos básicos de Educação Financeira, essa corrida de consumo poderia ter como fim o endividamento ou superendividamento – o fundo do poço onde não se encontra a felicidade nem a liberdade.

A identidade do indivíduo nessa sociedade de consumidores está intimamente ligada ao poder que o consumo permite: a pessoa só é um cidadão à medida que cumpre com suas obrigações e deveres de consumidor. Além disso, o imaginário coletivo pressupõe que, somente quem tenha recursos financeiros em abundância pode ter acesso aos conhecimentos relacionados à Educação Financeira. Então, cria-se um círculo vicioso: quem tem dinheiro tem acesso ao conhecimento e quem não tem dinheiro acredita que não tem direito de acesso a esse conhecimento.

Bauman (2008), Gianetti (2012) e Hall (1992) debruçam-se sobre a questão da identidade do indivíduo e da sociedade sob diferentes óticas, mas encontramos um ponto de interseção no pensamento destes três autores quando apontam a consolidação da identidade a partir da busca pela inserção e aprovação social, tendo o consumo como pano de fundo. Os hábitos de consumo e a situação financeira do indivíduo têm um forte impacto na construção da sua própria identidade. A aproximação e distanciamento dos diferentes – investidores e devedores ou consumidores insaciáveis e consumidores falhos.

Outro ponto de reflexão importante é com relação à quantidade de informações hoje disponíveis – além de sociedade de consumidores, fazemos parte e vivemos da sociedade da informação. O volume de informações que um indivíduo tem acesso nos dias de hoje é significativamente superior ao volume de informações com as quais se depararam os indivíduos da sociedade de produtores durante toda a sua vida.

1.4 Educação e Educação Financeira

Na sociedade da informação, o ‘produto’ menos necessário a ser repassado pelos professores aos alunos é a informação. Os alunos já têm acesso a um arsenal de informações sobre diversos temas e assuntos; o desafio do professor é, então, segundo Harari (2018) contribuir para que os alunos consigam compreender o sentido das informações, perceber o que é importante e relevante, distinguindo daquelas informações desnecessárias ou irrelevantes e relacionar esse sentido e relevância a situações vivenciadas na vida cotidiana. Trazendo esse raciocínio para a Educação Financeira, o desafio do professor é auxiliar os alunos a compreenderem a importância e a relevância do tema para uma vida saudável e equilibrada financeiramente.

Nóvoa (2002) comenta sobre o fim da educação, previsto por Ivan Illich, em sua obra *Sociedade sem escolas*. Ao contrário desta previsão, nas últimas décadas do século XX, os sistemas escolares apresentaram crescimento significativo, ocupando os espaços e tempos da sociedade. Outras teses de desescolarização surgem em contraponto à ideia da educação como bem universal e um direito de todos. Alguns autores, como Madhu Prakash e Gustavo Esteva, defendem a cultura dos não-educados, ressaltando a sobrevivência corajosa e ingênua daqueles excluídos e discriminados (NOVOA, 2002, p. 13). Aqui podemos fazer um paralelo com a sobrevivência também ingênua daqueles excluídos e discriminados da sociedade de consumidores: apesar de excluídos, sobrevivem em uma situação de busca incansável pelas oportunidades de consumo e, conseqüentemente, de endividamento.

A escola, segundo Nóvoa, deixa de ser um espaço de “redenção pessoal” e de “regeneração social” para assumir diversas outras funções – as famílias delegam à escola um excesso de missões e a sociedade reitera essa opção com recentes

reformas, incluindo novas responsabilidades para a escola. Além do saber tradicional e curricular, cabe à escola desenvolver projetos relacionados a temas diversos: educação sexual, prevenção do uso de drogas e de violência, atividades artísticas, esportivas e, mais recentemente, Educação Financeira. Certamente esses programas são relevantes para a formação integral dos indivíduos, mas ao mesmo tempo ampliam o leque de conteúdos que os educadores devem dominar. A ideia da educação integral não reflete diretamente nos programas de formação docente. Este é o dilema principal da educação nos tempos atuais: como é a formação do docente para responder a tantas demandas na educação integral?

Cabe a reflexão sobre o sentido da escola: preparar para a vida em sociedade, preparar para o trabalho ou formar cidadãos conscientes de seu papel na sociedade? Sobre os professores recaem expectativas e missões para as quais não foram devidamente preparados (Nóvoa, 2002).

O conhecimento docente não é devidamente reconhecido pela sociedade: considera que basta dominar a matéria e se comunicar com os alunos que a missão está cumprida. A desvalorização do saber docente cria o paradoxo apontado por Nóvoa (2002): ‘semi-ignorantes’, os professores são considerados as pedras-chave da nova ‘sociedade do conhecimento’.

Este paradoxo pode facilmente ser transportado para a ‘sociedade de consumidores’: os professores não têm formação específica em Educação Financeira e são considerados os responsáveis pela implementação do tema como transversal na Educação Básica. Assim, o dilema de como ensinar o que não aprendeu fica evidente.

Na próxima seção, serão apresentados aspectos relevantes de estudos e concepções teóricas acerca da Educação Financeira que fundamentaram a presente pesquisa.

1.5 Revisão de literatura sobre Educação Financeira

Nas últimas décadas, o tema Educação Financeira toma corpo e ocupa espaço nas discussões da academia, da sociedade e do mercado financeiro. Em cada um desses espaços tem-se um olhar diferenciado a respeito dos objetivos e propósitos desse tema. A produção de artigos e dissertações sobre a questão da Educação

Financeira tem sido ampliada e, dentre várias publicações, alguns textos foram inspiradores para o constructo que embasa a presente pesquisa.

O texto seminal acerca da Educação Financeira é um documento publicado em 2005 pela OCDE – Recomendações sobre os Princípios e as Boas Práticas de Educação e Conscientização Financeira. Sob a perspectiva da OCDE, a Educação Financeira é “importante para ajudar consumidores a orçar e administrar suas receitas, poupar e investir de forma eficiente, e evitar tornarem-se vítimas de fraudes”. Em um cenário de globalização, onde o mercado financeiro torna-se cada dia mais sofisticado, ampliam-se para os indivíduos os riscos e responsabilidades pelas decisões financeiras. A necessidade de educar financeiramente os indivíduos é de interesse do mercado financeiro e da economia para que possam se fortalecer com a ampliação do acesso a serviços e produtos financeiros:

A Educação Financeira deve ser considerada, no arcabouço regulador e administrativo, e deve ser tida como ferramenta para promover crescimento econômico, confiança e estabilidade, juntamente com a regulação das instituições financeiras e a proteção do consumidor (incluindo a regulação sobre informação e aconselhamento). A promoção da educação financeira não deve ser substituída por regulação financeira, que é essencial para proteger o consumidor (por exemplo, contra fraude) e que se espera que educação financeira possa complementar (OCDE, 2015, p.5).

A Educação Financeira é um processo contínuo, permanente e vitalício dado que o mercado financeiro está em constante desenvolvimento e sofisticação, apresentando soluções e produtos para diferentes fases da vida dos clientes, com informações cada vez mais complexas. Contínuo também deve ser o processo de formação do formador para que esteja preparado para lidar com a fluidez do sistema financeiro e com as diferentes necessidades e habilidades dos alunos, criando um ambiente propício à aprendizagem.

Com relação à formação do professor, Chiarello (2014) busca identificar como os professores compreendem e lidam com o desafio de promover a Educação Financeira em sua prática educativa. A partir do resgate dos marcos históricos da Educação Financeira no Brasil, Chiarello (2014) propõe uma reflexão sobre a estruturação de um ambiente de aprendizagem favorável à inserção do tema na prática de ensino, bem como sobre as dimensões sociais, econômicas, políticas e

culturais inseridas na Educação Financeira. Chiarello (2014) considera a Educação Financeira um tema complexo e desafiador:

[...] definir a Educação Financeira como um conhecimento que não acontece de forma isolada, nos desafiando a novos olhares, novas possibilidades, novos ambientes de aprendizagem. Essa proposta para o ensino da EF não é uma solução, é um desafio, para nossos alunos, pais e professores, buscando de fato, uma aprendizagem significativa, através de um projeto coletivo (CHIARELLO, 2014, p.31).

A EF não é uma solução simples para a questão do baixo nível de letramento financeiro da maioria da população brasileira, mas pode ser vista como uma porta de entrada para a formação de indivíduos críticos, conscientes do seu papel na sociedade e capazes de lidar com seus recursos – sejam financeiros ou de outra natureza – de forma sustentável, responsável e eficaz.

Savoia, Saito e Santana (2007) corroboram o posicionamento sobre a importância da Educação Financeira na nossa sociedade:

Na sociedade contemporânea, os indivíduos precisam dominar um conjunto amplo de propriedades formais que proporcione uma compreensão lógica e sem falhas das forças que influenciam o ambiente e as suas relações com os demais. O domínio de parte dessas propriedades é adquirido por meio da educação financeira, entendida como um processo de transmissão de conhecimento que permite o desenvolvimento de habilidades nos indivíduos, para que eles possam tomar decisões fundamentadas e seguras, melhorando o gerenciamento de suas finanças pessoais. Quando aprimoram tais capacidades, os indivíduos tornam-se mais integrados à sociedade e mais atuantes no âmbito financeiro, ampliando o seu bem-estar (SAVOIA; SAITO; SANTANA, 2007, p 2).

Para Souza, Freitas e Neiva (2016), a Educação Financeira é um processo em que os indivíduos ampliam e qualificam a sua compreensão sobre serviços e produtos financeiros, de forma fazer escolhas e tomar decisões conscientes sobre o uso dos recursos financeiros, avaliando riscos e oportunidades. O indivíduo financeiramente educado sabe onde procurar informações e busca adotar ações que melhorem o seu bem-estar, contribuindo para a formação de uma sociedade responsável e sustentável, comprometida com a disponibilidade de recursos no futuro.

Em consonância com as teorias de Bauman acerca da sociedade de consumidores, Farias (2021) adota como ponto de partida para os estudos a

discussão como o consumismo e o consumo, os impactos socioambientais do consumo, a desigualdade social para fundamentar abordagens de Educação Financeira para a formação de professores. Segundo Farias (2021), a Educação Financeira ainda precisa ser difundida, discutida, analisada e refletida com os professores da Educação Básica.

A proposta de Educação Financeira na Educação Básica e na Educação Não Formal deve ter como foco a mudança do cenário de consumo impulsivo e irrefletido pelo qual passa a sociedade de consumidores para uma educação que tenha por objetivo fornecer as noções básicas para que o indivíduo se torne um consumidor consciente, crítico e social e ambientalmente responsável. Kistemann Junior (2021) destaca a preocupação crescente dos indivíduos com relação à aquisição de conhecimentos da esfera que lhe propiciem autonomia e independência financeira para acesso de forma segura aos serviços e produtos disponibilizados pelas instituições:

[...] a educação financeira, de acordo com a OCDE, deve estar em todas as escolas, de modo a promover o acesso dos estudantes ao mundo econômico e sua dinamicidade, acesso a conteúdos orientadores sobre organização financeira para acesso a produtos financeiros que possam garantir um futuro econômico estável desses jovens (KISTERMANN JUNIOR, 2020, p. 31).

Esse dilema sobre a Educação Financeira estar a serviço dos grandes *players* do sistema financeiro não diminui a sua importância na construção de uma sociedade mais equilibrada e justa. A Educação Financeira é fundamental para a sociedade, para o setor financeiro, para a economia e, especialmente, para o indivíduo que precisa gerir seus recursos para sua sobrevivência. Quanto temos indivíduos mais conscientes, capazes de organizar sua vida financeira e cientes do seu papel como cidadão, os efeitos são positivos para todos os setores econômicos da sociedade.

A Educação Financeira é disciplina relevante para garantir ao cidadão o exercício dos seus direitos e deveres no mundo financeiro, possibilitando a tomada de decisões acertadas (TOLEDO, 2020, p. 17).

A publicação do Decreto N° 7.397, de dezembro de 2010, que instituiu a Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF proporcionou maior visibilidade do tema e ampliou os debates acerca da inserção da Educação Financeira na educação brasileira. As publicações e pesquisas acadêmicas sobre o tema também foram impulsionadas e o debate acerca da formação dos professores e educadores surge no cenário educacional. Ações do poder público em conjunto com a iniciativa privada ampliaram os debates sobre a Educação Financeira no país:

Para operar, desenvolver e disseminar a estratégia, foi tomada a decisão da criação da Associação de Educação Financeira do Brasil como OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público), que passa a coordenar as ações de políticas públicas, bem como a execução de projetos voltados à educação financeira no país, tendo como público-alvo escolas públicas de Ensino Fundamental e de Ensino Médio, e adultos em vulnerabilidade social (FORTE, 2020, p. 32).

As ações para implementação da Estratégia Nacional de Educação Financeira se estenderem do Ensino Fundamental ao Ensino Médio, e depois para a educação de adultos e grupos em situação de vulnerabilidade social como mulheres e pessoas idosas. Em 2017, o Ministério da Educação publica a “Orientação para Educação Financeira na Escolas”:

Este documento embasa e propõe a forma de alinhamento da educação financeira e de seus conteúdos formais ao currículo da Educação Básica, fundamentado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e seus instrumentos normativos. A proposta foi oferecer ao aluno informações e orientações que favoreçam a construção de um pensamento financeiro consistente e o desenvolvimento de comportamentos mais autônomos, conscientes e saudáveis (FORTE, 2020, p.34).

Os direcionamentos legais para implementação da Educação Financeira na Educação Básica ganham reforço com a promulgação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que prevê a inserção do tema de forma transversal:

Na BNCC, a EFE estará presente em todas as disciplinas, com uma proposta de intervenção escolar de caráter interdisciplinar com diretrizes específicas para que todos os educadores possam atuar em torno de temas peculiares à promoção de Literacia Financeira, transcendendo o que ainda se observa em ambientes escolares com práticas individualizadas e ensino de conteúdos desconectados e compartimentalizados. A fragmentação dos conteúdos constituiu-se um novo desafio para a problematização de temas referentes à EFE, com a construção dos conhecimentos financeiro-econômico de forma compartilhada e coletiva com

educadores e educandos atuando em projetos interdisciplinares (PESSOA; MUNIZ JUNIOR; KISTEMANN JUNIOR, 2018, p. 7).

A inserção da EFE na BNCC é um movimento favorável à valorização da Educação Financeira no cenário educacional, porém descortina-se um questionamento importante: o professor, o educador e o formador estão preparados para desenvolver e disseminar o conhecimento sobre educação financeira? Como transmitir um conhecimento que não foi formalmente inserido nos programas de formação profissional de professores, educadores e formadores? Essas inquietações estão presentes em produções de alguns estudiosos do assunto:

Surge um novo paradigma que agrega as áreas do saber escolar em torno de temas de suma importância como a Educação Matemática e a Educação Financeira, com o subsídio não só dos conhecimentos advindos da Matemática Financeira, mas, sobretudo, com inter-relações que deverão se consolidadas em diálogos com as outras áreas de conhecimento presentes no currículo escolar. Isso se constitui um desafio e impactará a formação de professores nas licenciaturas no Brasil (KISTEMANN JUNIOR; COUTINHO; FIGUEIREDO, 2020, p. 6).

Fica evidente que o ponto nevrálgico da inserção da Educação Financeira na educação – seja a básica, a não-formal, a técnica profissionalizante ou a superior – está na questão da formação do professor/educador/formador. Mizukami (2010) sintetiza com maestria esta constatação:

Em vez de receitas, o desafio está em pensar uma formação integral, não limitada à mera transferência de conteúdos, métodos e técnicas, mas, sim, orientada fundamentalmente àquilo que se pede que os docentes alcancem com seus alunos: aprender a pensar, a refletir criticamente, a identificar problemas, a investigar, a aprender, a ensinar. Este seria, portanto, o significado dos termos educação e formação, concebidos diferentemente de capacitação e treinamento (MIZUKAMI, 2010, p.42).

Machado e Formosinho (2009) reforçam a importância da formação dos formadores ao afirmarem que “a função docente é uma actividade profissional complexa que exige uma formação continuada dos professores” (MACHADO; FORMOSINHO, 2009, p.287).

Toda esta fundamentação teórica foi fundamental para a construção de uma visão crítica, ampliada e significativa para a elaboração e embasamento do presente trabalho de pesquisa.

O capítulo a seguir aprofunda a discussão sobre Educação Financeira, sendo o tema apresentado sobre diferentes óticas: aspecto legal e histórico e sua inserção nas diferentes modalidades de educação.

CAPÍTULO 2 – EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Ao considerar que a presente dissertação tem como tema central a Educação Financeira, necessário se faz buscar definir este termo – utilizado exaustivamente em diversas iniciativas governamentais, de instituições privadas, universidades, escolas, instituições de ensino e, atualmente, inserido na BNCC – Base Nacional Comum Curricular. Cabe destacar, também, que *Educação Financeira* tem sido tema frequente nas redes sociais por meio de diversos influenciadores digitais.

2.4 Conceitos de Educação Financeira

A Educação Financeira é um tema atual e presente em debates de diversas áreas: foco central em estudos de psicologia econômica; conteúdo de destaque em iniciativas educacionais de instituições financeiras; fundamenta reflexões sobre direitos e deveres do consumidor; e desponta como tema transversal na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A necessidade de refletir sobre como contribuir para que os indivíduos possam ser inseridos de forma crítica e consciente na sociedade de consumo em que vivemos, torna imprescindível o desenvolvimento de conhecimentos e ações em Educação Financeira.

Na literatura consultada, deparamo-nos com diversos conceitos de Educação Financeira, praticamente todos derivados do conceito seminal apresentado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE:

Educação Financeira é o processo mediante o qual os indivíduos e as sociedades melhoram a sua compreensão em relação aos conceitos e produtos financeiros, de maneira que, com informação, formação e orientação, possam desenvolver os valores e as competências necessários para se tornarem mais conscientes das oportunidades e riscos neles envolvidos e, então, poderem fazer escolhas informadas, saber onde procurar ajuda e adotar outras ações que melhorem o seu bem-estar. Assim, podem contribuir de modo mais consistente para a formação de indivíduos e sociedades responsáveis, comprometidos com o futuro (OCDE, 2005, p.13).

[...] o processo em que os indivíduos melhoram a sua compreensão sobre os produtos financeiros, seus conceitos e riscos, de maneira que, com informação e recomendação claras, possam desenvolver as habilidades e a confiança necessárias para tomarem decisões fundamentadas de com segurança, melhorando o seu bem-estar financeiro (BACEN, 2012).

programas de educação financeira estimulam o desenvolvimento de conhecimento, aptidão e habilidades, formando indivíduos críticos, informados sobre os serviços financeiros disponíveis e preparados para administrar as suas finanças de maneira eficaz (SAVOIA; SATO; SANTANA, 2007, p. 1126).

A Educação Financeira, sob a ótica da OCDE e de seus países membros e colaboradores, pode ser entendida como a combinação de consciência, conhecimento, habilidades, atitudes e comportamentos necessários para a realização de decisões financeiras coerentes, a fim de alcançar o bem-estar financeiro (KISTERMAN JR, 2020, p. 34).

A Educação Financeira é importante para dotar os indivíduos com conhecimento financeiro necessário para elaborar orçamentos, iniciar planos de poupança, e fazer investimentos estratégicos auxiliando na tomada de decisões. O planejamento financeiro pode ajudar as famílias a cumprirem suas obrigações do curto prazo e a longo prazo, e maximizar seu bem-estar e é especialmente importante para as populações que têm sido tradicionalmente sub-entendidas pelo nosso sistema financeiro (GREENSPAN, 2002, apud CHIARELLO, 2014, p.27).

A Educação Financeira Escolar constitui-se de um conjunto de informações através do qual os estudantes são introduzidos no universo do dinheiro e estimulados a produzir uma compreensão sobre finanças e economia, através de um processo de ensino que os torne aptos a analisar, fazer julgamentos fundamentados, tomar decisões e ter posições críticas sobre questões financeiras que envolvem sua vida pessoal, familiar e da sociedade em que vivem (SILVA; POWEL, 2013, p.12).

A EF nada mais é do que um processo de aprendizagem ligado às finanças pessoais, onde a sociedade tem oportunidade de adquirir uma visão crítica sobre o uso do dinheiro (CORDEIRO, COSTA; SILVA, 2018, p. 70).

A Educação Financeira é uma ferramenta eficaz para as pessoas aprenderem a ter uma relação saudável com o dinheiro. Saber como se comportar frente às compras e investimentos é necessário para entender a importância e as vantagens de planejar [...] (SOUZA; FREITAS; NEIVA, 2017, p. 2).

A análise dos diferentes conceitos de Educação Financeira apresentados possibilita a percepção de dois diferentes enfoques para o tema. O primeiro apresenta a Educação Financeira como uma estratégia do mercado financeiro para ampliar o acesso e utilização dos produtos e serviços financeiros, sem necessariamente oferecer conhecimento para o uso consciente destes serviços, o que pode gerar aumento do endividamento e inadimplência. O segundo enfoque apresenta a Educação Financeira como uma ferramenta para favorecer o desenvolvimento de uma visão crítica sobre o uso do dinheiro, favorecendo o fortalecimento do indivíduo enquanto consumidor consciente, organizado e planejado.

O ponto de partida para o surgimento do conceito Educação Financeira está diretamente ligado à história da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE, criada em 1961, a partir da OEEC – Organisation for European Economic Co-operation, fundada em 1948, no período pós-guerra, responsável pela gestão do Plano Marshall de reconstrução da Europa. A OCDE é composta atualmente por 38 países membros, mas tem influência em

políticas e práticas para o desenvolvimento econômico de outros países, denominados não-membros, dentre eles o Brasil.

A vocação da OCDE consiste em “proporcionar maior bem-estar em todo o mundo, aconselhando os governos sobre políticas que apoiam o crescimento resiliente, inclusivo e sustentável”. A OCDE tem como principal objetivo apoiar o desenvolvimento econômico dos países membros e países parceiros, promovendo ações de fortalecimento da economia global em busca da estabilidade financeira dos países e dos indivíduos. Na década de 1990, a OCDE promoveu o engajamento de países latino-americanos – Brasil, Argentina, Chile e México.

Em 2004, é elaborado o *OECD's Financial Education Project*, com o objetivo de investigar os programas de Educação Financeira implementados em vários países. Este documento aponta o cenário mundial como um indutor da crescente relevância do tema Educação Financeira:

Educação Financeira sempre foi importante para os consumidores, para auxiliá-los a orçar e gerir sua renda, a poupar e investir e a evitar que se tornem vítimas de fraudes. No entanto, a crescente relevância do tema nos últimos anos é decorrente do desenvolvimento dos mercados financeiros e das mudanças demográficas, econômicas e políticas. Os mercados de capitais estão se tornando mais sofisticados e os novos produtos oferecidos são complexos, com riscos e retornos não tão facilmente identificáveis. Atualmente os consumidores possuem acesso a uma maior diversidade de instrumentos de crédito e de poupança, disponibilizados por uma grande variedade de canais, desde serviços online de bancos e de corretoras até instituições que oferecem aconselhamento e suporte financeiro para famílias de baixa renda. Os indivíduos podem, hoje em dia, utilizar máquinas de autoatendimento (ATM's) e computadores pessoais para realizar grande parte de suas transações financeiras. Investidores em ações também contam com diversas formas de acessar modernos mecanismos e ambientes para transações financeiras, com acesso a diversos produtos de investimentos, com boas condições de sigilo e agilidade (OCDE, 2004).²

Nesta definição de Educação Financeira seminal da OCDE, percebe-se que a narrativa é voltada ao fortalecimento do mercado financeiro, à ampliação do acesso a diversos produtos financeiros sem, no entanto, lançar um olhar para o indivíduo, suas necessidades, suas vulnerabilidades e sua relação com o meio

² Financial education has always been important for consumers in helping them budget and manage their income, save and invest efficiently, and avoid becoming victims of fraud. But the importance of financial education has increased in recent years as a result of both financial market developments and demographic, economic and policy changes. Capital markets are becoming more sophisticated and new products are continuously offered, including hybrid instruments whose risk-return characteristics are not immediately discernible. Consumers now have greater access to a variety of credit and savings instruments provided by a range of entities from on-line banks and brokerage firms to community based groups offering counselling and financing aid to low and moderate-income families. They can now use automated teller machines (ATMs) and personal computers to handle many of their financial transactions. Investors in equities now have access to many new trading mechanisms and venues, some of which offer speedier executions or greater anonymity, as well as access to many different types of investments (OCDE, 2004)

ambiente e coletividade. A Educação Financeira deveria transcender os aspectos econômicos e o incentivo ao consumo para assumir o papel de promotora de independência, consciência e autonomia para o indivíduo.

Em um cenário de crescimento e desenvolvimento dos mercados financeiros, da globalização da economia e de mudanças políticas, econômicas e sociais, um mesmo fenômeno é observado mundialmente e, especialmente no Brasil: novos e sofisticados produtos financeiros são oferecidos, iniciativas para ampliação e diversificação do acesso ao crédito alcançam maior parte da população, incluindo população de baixa renda. Por isso, a Educação Financeira se fortalece, pois neste cenário, o conhecimento sobre orçamento, planejamento e gestão da renda tornam-se fundamentais para o equilíbrio financeiro em uma sociedade eminentemente de consumidores.

Em que pese a posição defendida a favor dos programas de Educação Financeira, cabe registrar que para alguns autores, a educação financeira é uma promessa vazia no cenário nacional: alguns estudos, segundo Saraiva (2017), apontam não haver dados significativos que corroborem a afirmativa de que o letramento financeiro efetivamente melhora a vida dos indivíduos, especialmente daqueles economicamente vulneráveis, que apresentam baixo nível de escolaridade e de competências que possam auxiliá-los a fazerem escolhas financeiras acertadas. Além disso, as desigualdades de acesso ao emprego, de renda, a discriminação racial e socioeconômica e a desigual oferta educacional no país contribuem para a baixa efetividade dos programas de Educação Financeira. A Educação Financeira tem o potencial de ser um agente verdadeiramente transformador da sociedade, desde que deixe de ser influenciada unicamente pelas diretrizes e interesses do mercado financeiro. É mais fácil lidar com uma população precariamente alfabetizada financeiramente do que com indivíduos conscientes de seu papel enquanto consumidores éticos e responsáveis.

A estabilização econômica brasileira, a partir da década de 1990, possibilitou a inserção do país nos mercados internacionais, ampliou as possibilidades de acesso ao crédito e de consumo, determinando alterações no comportamento financeiro tanto de investidores quanto de consumidores de uma maneira geral. Paralelamente a esse fenômeno da estabilização econômica e

ampliação do acesso ao crédito, observa-se na sociedade brasileira a crescente oferta de programas de educação financeira, bem como de crescimento do endividamento na população em geral, especialmente nas classes economicamente vulneráveis.

As principais instituições financeiras, públicas e privadas, como Banco Central, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Itaú, Bradesco e Santander disponibilizam informações, cursos, vídeos e conteúdo de Educação Financeira para a população em geral. Bancos digitais como o NuBank, C6 Bank, Inter entre outros, também disponibilizam aos clientes e comunidade em geral informações relevantes sobre Educação Financeira. Também as instituições ligadas ao setor financeiro – FEBRABAN, ANBIMA, CVM, Planejar – oferecem acesso a amplo acervo de conhecimentos. Cabe aqui o questionamento sobre a efetividade de disponibilizar estes conhecimentos: será que o indivíduo endividado, com baixo nível de escolaridade e dificuldade de acesso a plataformas digitais consegue usufruir deste arcabouço de conhecimentos? Ou estes conhecimentos são utilizados por pessoas que já são suficientemente financeiramente educadas e tem uma boa gestão de seus recursos financeiros? Kistemann Jr, aponta uma esperança:

[...] há que se crer em caminhos que nos levem a propostas alternativas de gênese de indivíduos-consumidores que desenvolvam a sua literacia financeira e coexistam em harmonia com o sistema econômico e ecológico (KISTEMANN JR, 2020, p. 49).

Além do desenvolvimento de novos produtos financeiros, novas possibilidades de empréstimos e financiamentos foram oferecidas à população brasileira, em grande parte ainda desbancarizada. A crescente facilidade de acesso para a contratação e consumo de serviços financeiros demanda da população a ampliação e aprofundamento dos conhecimentos de Educação Financeira para que possam ser capazes de manter o equilíbrio financeiro, criar uma reserva de emergência e evitar o endividamento. O conhecimento mais aprofundado de conceitos de educação financeira básica é necessário para o embasamento das decisões financeiras, tanto de consumo quanto de investimento, buscando o bem-estar econômico e social, no presente e no futuro.

Dando continuidade às ações de apoio aos países membros, a OCDE publica o relatório *Recommendation on Principles and Good Practices for Financial Education and Awareness*, no qual é apresentada a definição seminal de Educação Financeira:

Educação financeira é o processo pelo qual consumidores / investidores financeiros melhoram sua compreensão sobre os produtos financeiros, conceitos e riscos por meio de informações, instruções e/ou aconselhamento objetivo para desenvolver habilidades e a confiança para se tornarem mais conscientes dos riscos e oportunidades financeiras, podendo fazer escolhas informadas, saber onde encontrar orientação e tomar outras ações efetivas para melhorar o seu bem-estar financeiro (OCDE, 2005).

Entende-se que a Educação Financeira deve possibilitar que os indivíduos façam escolhas de consumo e uso do dinheiro de forma consciente, levando em conta riscos e oportunidades, visando ao equilíbrio e bem-estar financeiro. Em 2005, para fortalecer o conceito e ampliar o entendimento dos países sobre a Educação Financeira, o Conselho da OCDE divulga o documento do Conselho da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – Recomendação sobre os Princípios e as Boas Práticas de Educação e Conscientização Financeira. O documento apresenta 26 itens, agrupados em (I) Princípios e (II) Boas Práticas, que sintetizamos e consolidamos em 10 recomendações para programas de educação financeira, como demonstrado abaixo:

Quadro 1 - Recomendações para programas de Educação Financeira - OCDE

1) A educação financeira vai além do fornecimento de informações e aconselhamento financeiro, uma vez que deve promover a conscientização dos cidadãos sobre produtos, serviços e riscos financeiros, de forma justa, segura e imparcial.
2) Os programas de educação financeira devem estar alinhados às características e particularidades da população de cada país, incluindo questões de planejamento financeiro, reserva de emergência, poupança para aposentadoria, além de noções de matemática financeira e economia.
3) A conscientização e a educação financeira da população devem ser consideradas como ferramentas para a estabilidade e crescimento econômicos

do país, aliados às medidas de regulação das instituições financeiras e proteção do consumidor.
4) Os programas de educação financeira devem ser elaborados com as necessidades e perfil de alfabetização financeira dos públicos a que se destinam.
5) A educação financeira é um processo contínuo, que deve ser iniciado nas escolas, o mais precocemente possível para que se formem adultos financeiramente educados e capazes de lidar com o tema de forma segura e equilibrada.
6) Recomenda-se a criação de estruturas especializadas para a promoção e coordenação das ações de educação financeira em níveis nacionais e regionais, incentivando iniciativas locais, públicas e privadas, visando alcançar o maior percentual da população do país.
7) As instituições financeiras devem promover ações de educação financeira de seus clientes, disponibilizando serviços de informações sobre produtos, riscos e retornos com o foco em educação financeira, diferentemente de informações e orientações sobre produtos para fins comerciais.
8) Incentiva-se a promoção de programas de educação financeira que auxiliem o cidadão consumidor a saber onde encontrar informações, avaliar os prós e contras de cada decisão financeira, bem como entender os possíveis riscos dos diferentes produtos e serviços financeiros.
9) A cooperação internacional em educação financeira deve ser estimulada, posicionando a OCDE como um fórum internacional de intercâmbio de informações sobre experiências nacionais recentes em educação financeira.
10) O desenvolvimento de programas para “educar os educadores” deve ser estimulado e incentivado, visando fornecer conhecimentos, materiais e ferramentas específicas para os educadores dedicados aos programas de educação financeira.

Fonte: Quadro elaborado pela autora, com base do documento da OCDE (2005).

A Educação Financeira proposta pela OCDE neste documento extrapola o simples repasse de informações financeiras aos indivíduos, ampliando o escopo para a formação de cidadãos consumidores críticos e conscientes de seu papel na

sociedade de consumidores. Além disso, o documento indica o papel fundamental das instituições financeiras e educacionais na promoção de ações de Educação Financeira, que devem ser consideradas como ferramentas estratégicas para o desenvolvimento econômico, financeiro e social dos países.

Na prática, entretanto, em que pese o direcionamento da OCDE, muitos projetos de educação financeira desenvolvidos se restringem ao ensino de conteúdos de matemática financeira para a tomada de decisões e a educação para o consumo, em busca da realização de sonhos e desejos, distanciando o indivíduo de um posicionamento crítico, consciente e sustentável. Evidentemente faltam ações no sentido de incentivar a criatividade e a criticidade, formando cidadãos consumidores socialmente e ambientalmente responsáveis.

É necessário ampliar o olhar sobre a Educação Financeira, incluindo espaços para a discussão acerca do consumismo, do impacto ambiental, do aprofundamento das desigualdades sociais e econômicas, entre outros. Pessoa (2016) aponta claramente esta questão:

Além do auxílio na administração do dinheiro, acreditamos também no potencial da EF de propiciar a discussão acerca de um consumo consciente, da influência que a mídia exerce nas escolhas diárias, da reflexão sobre o que desejamos e o que realmente precisamos, sobre o impacto ambiental que algumas escolhas podem causar (PESSOA, 2016, p.241-242).

Com o impulso destas recomendações e princípios, iniciativas de Educação Financeira ganham musculatura e se ampliam no cenário global. Especificamente no caso do Brasil, tem-se a definição da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) (BRASIL, 2010).

2.2 Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF

Alinhado ao movimento global incentivado pela OCDE, observa-se no Brasil iniciativas para colocar em pauta a questão da Educação Financeira. A ENEF, estabelecida pelo Decreto N° 7.397, de dezembro de 2010, tem por finalidade:

Art. 1º: Fica instituída a Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF, com a finalidade de promover a Educação Financeira e Previdenciária e contribuir para o

fortalecimento da cidadania, a eficiência e solidez do sistema financeiro nacional e a tomada de decisões conscientes por parte dos consumidores (BRASIL, 2010).

A Estratégia Nacional de Educação Financeira é estabelecida com o propósito de:

promover e fomentar a cultura de educação financeira no país, ampliar a compreensão do cidadão, para que seja capaz de fazer escolhas conscientes quanto à administração de seus recursos, e contribuir para a eficiência e solidez dos mercados financeiro, de capitais, de seguros, de previdência e de capitalização (BRASIL, 2010, p.2).

A partir das diretrizes estabelecidas pela ENEF, iniciativas de Educação Financeira são implementadas nas diversas esferas da sociedade brasileira: órgãos governamentais, instituições financeiras, órgãos reguladores, instituições educacionais, dentre outros atores.

A temática Educação Financeira é fortalecida como pauta da OCDE em 2013, quando passa a orientar os 38 países membros da organização, bem como países não-membros como o Brasil, para a implementação de ações com o propósito de educar financeiramente seus cidadãos. As ações de educação financeira têm por objetivo orientar os cidadãos para a adoção de condutas conscientes e responsáveis com relação ao trabalho, renda, planejamento, orçamento e consumo (CHIARELLO, 2014).

Políticas governamentais, como a ENEF, e programas de instituições financeiras e de reguladores – Banco Central, B3, ANBIMA, FEBRABAN e CVM, Banco do Brasil, Banco Itaú, Santander, dentre outros – impulsionam a disseminação da importância da Educação Financeira para a população brasileira. O crescente acesso ao crédito e, como contrapartida negativa, o aumento do endividamento favorecem a implementação destes programas de Educação Financeira. Entretanto, os custos dos programas em um país continental e a desconfiança da população com relação aos reais objetivos destes programas constituem obstáculos para a disseminação de conhecimentos sobre finanças para o público-alvo destas iniciativas.

A Educação Financeira está intimamente relacionada com a questão do exercício pleno da cidadania, uma vez que permite ao indivíduo compreender o seu

posicionamento na sociedade de consumo em que vive para buscar ferramentas que possibilitarão o alcance do bem-estar social e financeiro:

Concebemos a Educação Financeira como um dos componentes fundamentais para o exercício da cidadania, pois além de munir o indivíduo-consumidor com ferramentas financeiro-econômicas, também tem a função de conscientizá-lo do seu papel enquanto agente ativo no meio social que está inserido, compartilhando com a comunidade (família, amigos etc) o seu conhecimento acerca de finanças, bem como ajudar a fiscalizar e, se necessário, denunciar qualquer instituição e/ou comércio que se aproprie de meios ilícitos para enganar o consumidor (CAMPOS, 2013).

Com relação à inserção da Educação Financeira formalmente nas políticas educacionais brasileiras, os debates sobre a questão coincidem com este movimento de formalização das iniciativas, como a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF). As discussões acerca da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), iniciadas quando da promulgação da Constituição Federal em 1988 prologaram-se até a publicação em 2018, apontando como propósito da BNCC a unificação do ensino no país, respeitando as variedades regionais, históricas, ideológicas e culturais, inerentes à cultura heterogênea e plural do país (AMESTOY, 2021).

Na próxima seção, abordaremos a inserção da Educação Financeira na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que se constitui mais uma tentativa de fortalecimento da Educação Financeira no cenário educacional brasileiro.

2.3 A Base Nacional Comum Curricular e a Educação Financeira

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) se constitui em projeto normativo que estabelece um documento prescritivo de competências, habilidades, conteúdos, que todos os alunos devem desenvolver ao longo da Educação Básica (BRASIL, 2018). A BNCC baseia-se nos princípios de equidade e diversidade, igualdade e inclusão, estabelecendo as bases para a elaboração dos currículos, respeitando-se as diferenças culturais regionais, mas garantindo a todos o acesso aos conhecimentos considerados básicos para a formação integral do indivíduo:

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento,

em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE). Este documento normativo aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), e está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, como fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN) (BRASIL, 2018, p.9)

Resultado de amplos debates com a participação de diversos atores da educação brasileira, a BNCC visa garantir um conjunto de aprendizagens necessárias para preparar os estudantes para o futuro pessoal e profissional. Essas aprendizagens estão organizadas em competências gerais que serão fundamentais para a concretização dos projetos de vida e continuidade dos estudos dos alunos.

Competência, segundo Alessandrini (2002), refere-se à capacidade de compreender e avaliar uma situação determinada para estabelecer e adotar a melhor solução. Desta forma, a BNCC propõe o desenvolvimento de habilidades para a construção das competências necessárias para o desenvolvimento integral do estudante nos diversos itinerários formativos.

Entretanto, cabe um olhar crítico para a BNCC, uma vez que estabelece parâmetros de aprendizagem para os alunos, sem considerar a imensa defasagem e desigualdade nas condições da formação dos educadores num país continental e com baixos níveis de educação de forma geral. A BNCC desconsidera a realidade nacional ao apresentar propostas curriculares que contribuem para o reducionismo curricular e a padronização do ensino. Como afirmam Dourado e Oliveira (2018), “foi reforçada a lógica de uma aprendizagem com base em competências, com concepção curricular restritiva e fortemente articulada à avaliação de tipo padronizada e estandardizada”.

Entender o conceito e significado de *competência* se justifica pela proposição da norma, que categoriza as dez competências gerais que um sujeito deverá ser capaz de desenvolver ao percorrer o ensino escolar regular e, entre eles:

6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade (BRASIL, 2018. p.9).

A primeira menção que se pode observar em relação a Educação Financeira é estabelecida na sexta competência que alude ao mundo do trabalho e à capacidade de o sujeito fazer escolhas relativas à vida social, que vão perpassar, inclusive, pela capacidade de lidar com os rendimentos pecuniários oriundos da atividade profissional.

A BNCC trata a Educação Financeira como um tema transversal, ou seja, que pode e deve ser abordado em diversas áreas do conhecimento, seja através da aplicação prática ou pela abordagem conceitual e histórica da temática. De uma maneira ou de outra, figura na normativa e tem nela certo destaque a importância de a pessoa desenvolver a capacidade de lidar com recursos financeiros como parte do seu desenvolvimento e integração social.

Para ampliar o entendimento, a BNCC define como competência:

que os alunos devem “saber” (considerando a constituição de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores) e, sobretudo, do que devem “saber fazer” (considerando a mobilização desses conhecimentos, habilidades, atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho) (BRASIL, 2018. p.13).

Outro conceito importante e indispensável para a compreensão da temática Educação Financeira sob a ótica da BNCC é transversalidade, uma vez que na BNCC está indicado que os sistemas e redes de ensino, dentro de suas condições de autonomia e competências, incorporem de forma transversal e integradora, em seus currículos e propostas pedagógicas, temas como educação para o consumo, educação financeira, entre outros.

A transversalidade é a inclusão de temas que refletem questões relevantes para o enfrentamento dos desafios cotidianos nas áreas de conhecimento já presentes na proposta pedagógica escolar. Temas transversais compõe-se por temáticas relevantes para a formação integral e construção da cidadania do aluno, para além dos conteúdos estabelecidos para as disciplinas curriculares.

Discussões sobre competências e transversalidade podem ser aprofundadas a partir de uma dimensão curricular pois, em termos gerais, Matos (2022) aponta que, para Sacristán (2013), um currículo trata de tudo aquilo que será apreendido por um estudante em sua trilha educacional escolar, é organizado e selecionado

para transmitir e socializar os valores de cada sociedade, com o fim de perpetuar sua existência e mediar seu repertório cultural. Nesse sentido, e a partir desse esclarecimento oferecido pelo autor, a BNCC figura como um dos instrumentos pelos quais a sociedade brasileira demarca suas fronteiras de cultura e determina os comportamentos sociais que deverão ser seguidos por seus cidadãos, bem como as possíveis formatações para sua implementação.

Cabe refletir que o currículo é uma das instâncias que estabelece os fundamentos do ensino, que é influenciado também pelos valores da sociedade em que está inserido, pelas diferenças sociais e econômicas desta sociedade, bem como pela qualidade educação como um todo, especialmente no que tange à formação de professores.

Em sua versão inicial, divulgada em 2016, identificamos na Base Nacional Comum Curricular a proposta de diretrizes para o Ensino Médio e a Educação Profissional e Tecnológica. Neste documento, são inseridos, em nível mais abrangente, os princípios – éticos, políticos e estéticos – orientadores dos Direitos da Aprendizagem, que fundamentam a Educação Profissional e Tecnológica. Os eixos de formação propostos para o Ensino Médio – trabalho, ciência, tecnologia e cultura – estão previstos na estrutura da EPT – Educação Profissional e Tecnológica. A Educação Financeira, surge então como tema integrador da BNCC, juntamente com Economia e Sustentabilidade, inseridos nos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos componentes curriculares (BNCC, 2016, p. 496).

Teoricamente, a BNCC apresenta a possibilidade de inserção da Educação Financeira como tema transversal na Educação Básica. Entretanto, a questão da formação do professor / educador para a inserção do tema na sua prática não é sequer apontada. Então, cabe aqui mais uma vez levantar o questionamento que fundamenta a presente pesquisa: como formar o formador para que possa efetivamente inserir o tema Educação Financeira em sua prática?

As diretrizes propostas pela OCDE, pela ENEF, assim como pela BNCC buscam o fortalecimento do tema Educação Financeira no cenário educacional e na sociedade em geral, visando a formação de indivíduos capazes de lidar com suas próprias finanças de forma consciente e responsável. Entretanto, cabe uma reflexão

acerca de objetivos destas iniciativas, relacionados ao fortalecimento do sistema financeiro, à contribuição para a eficiência e solidez dos mercados financeiro, de capitais, de seguros, de previdência e de capitalização (BRASIL, 2010). A Educação Financeira visa o bem-estar e equilíbrio financeiro dos indivíduos ou o fortalecimento das instituições financeiras a partir do acesso a produtos e serviços financeiros que podem, em última instância, levar esse indivíduo ao endividamento?

Na próxima seção, apresentam-se, em linha cronológica, os principais marcos históricos da Educação Financeira no Brasil.

2.4 Marcos históricos da Educação Financeira no Brasil

Para a compreensão do estágio atual da formação de formadores de jovens com relação à Educação Financeira – inserido como tema transversal na BNCC – faz-se necessário um olhar sobre os marcos históricos da Educação Financeira nas diretrizes educacionais, políticas e econômicas brasileiras. Para tanto, apresentaremos a seguir os principais movimentos das políticas governamentais para a inclusão da Educação Financeira como tema central nos discursos da sociedade nacional.

A Educação Financeira no Brasil passa a fazer parte dos debates governamentais em 2006, quando foi constituído o Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiros, de Capitais, de Seguros, de Previdência e de Capitalização (Coremec), por meio da publicação do Decreto Nº 5.685, de 25 de janeiro de 2006 (BRASIL, 2006). O decreto institui o Coremec com a finalidade de promover a coordenação e o aprimoramento da atuação das entidades da administração pública federal que regulam e fiscalizam as atividades relacionadas à captação pública da poupança popular.

Conforme previsto no Art. 2º, § 7º do Decreto 5.685 / 2006, dentre uma de suas atribuições, compete ao comitê a criação de Grupos de Trabalho – GT destinados ao exame de assuntos específicos, integrados por representantes das entidades e órgãos que compõem o Coremec, bem como especialistas convidados para contribuir com um GT específico. Desta forma, em 31 de maio de 2007 o Coremec, com a publicação da Deliberação Nº 3, torna pública sua decisão de

constituir o Grupo de Trabalho – GT com o propósito de propor a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), sob a coordenação da CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

Dentre as atribuições do GT, definidas no Art. 5º da Deliberação Nº 3, destacam-se: deliberar sobre a estrutura da estratégia; sugerir áreas, públicos e temas a serem priorizados; estimar recursos necessários à execução das ações propostas. Cabe ressaltar que, dentre os objetivos a serem priorizados, constam o crescimento do mercado, a inclusão financeira, a proteção do investidor e o desenvolvimento social. A ampliação do mercado financeiro e a promoção da inclusão financeira, certamente favorecida pelo acesso ao crédito, remetem a uma visão neoliberal, onde a lógica do capital é estendida a todas as relações na sociedade pós-moderna.

Com relação ao aspecto indicado acima, Kisterman Jr (2020) levanta o questionamento sobre os impactos da aproximação do poder público e o privado, quando essa parceria visa promover as práticas de consumo sob a forma de educação financeira:

“Educação Financeira não é ensinar conteúdos de Matemática Financeira para a tomada de decisões somente, nem tampouco é uma educação para o consumo que busca conquistar sonhos e desejos, em geral, de forma alienada e às custas da *economização* das práticas de consumo e desequilíbrio ecológico” (KISTERMAN JR, 2020, p.47)

Como áreas a serem priorizadas na Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF a deliberação indica: “desenvolvimento de habilidades em finanças pessoais, estímulo à poupança, relacionamento com crédito, microcrédito, financiamento à habitação, proteção de investidores, inclusão no sistema financeiro, previdência e preparação para a aposentadoria, seguros, entre outros” (BRASIL, 2010). Ao favorecer o aprofundamento dos conhecimentos da população brasileira sobre essas áreas, a proposta da Estratégia Nacional de Educação Financeira contribui fortemente para a proteção do mercado e dos investidores, deixando em segundo plano a formação de indivíduos e sociedades responsáveis, comprometidos com o futuro, de acordo com a definição de Educação Financeira proposta pela OCDE. Os objetivos propostos como o exercício da cidadania e o fortalecimento da sociedade para o alcance do desenvolvimento social em sua

máxima amplitude, ficam obscurecidos pela meta de fortalecer o próprio mercado financeiro.

Como resultado das discussões promovidas pelo GT constituído pelo Coremec, temos a publicação do Decreto N° 7.397, de 22 de dezembro de 2010, que formalmente institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF que tem sua finalidade apontada no Art. 1º:

Art. 1º Fica instituída a Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF com a finalidade de promover a educação financeira e previdenciária e contribuir para o fortalecimento da cidadania, a eficiência e solidez do sistema financeiro nacional e a tomada de decisões conscientes por parte dos consumidores (BRASIL, 2010).

A partir da análise da finalidade estabelecida para a ENEF, pode-se constatar que há duas vertentes de foco: a primeira que diz respeito ao indivíduo, quando prevê o fortalecimento da cidadania e a formação de consumidores capazes de adotarem decisões conscientes com relação ao uso do dinheiro. A segunda vertente diz respeito às instituições financeiras, quando aponta para a necessidade e possibilidade de fortalecimento da eficiência e solidez do próprio sistema financeiro nacional. Britto (2013, p.174) aponta “o risco de que o ‘credo econômico-financeiro’ esteja a compor, de forma dominante, as propostas de Educação Financeira”, por meio da metáfora de lobos cuidando das ovelhas ao se referir à participação intensa das instituições financeiras nas definições da Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF.

Ainda no Decreto N° 7.397, de 22 de dezembro de 2010 consta a criação do Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF), composto por representantes de ministérios – do Trabalho e Previdência Social; da Justiça; da Fazenda; da Educação – de órgãos reguladores – Comissão de Valores Mobiliários; Superintendência Nacional de Previdência Complementar; Superintendência de Seguros Privados – e de instituições financeiras – Banco Central do Brasil – além de representantes da sociedade civil. Ao CONEF cabe a responsabilidade de promover a ENEF por meio de programas e ações de Educação Financeira, estabelecendo metas para o planejamento, financiamento, execução, avaliação e constante revisão da Estratégia Nacional de Educação Financeira (Decreto 7.397 – Art 4º). Para assessorar o CONEF, o mesmo decreto prevê a criação do Grupo de

Apoio Pedagógico, responsável pela elaboração de planos para programas e ações de Educação Financeira a serem implementados em âmbito nacional.

Em 2011, o CONEF foi responsável pela criação da Associação de Educação Financeira do Brasil – AEF-Brasil, uma OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (BRASIL, 2011) – com o propósito de implementar ações e programas da Estratégia Nacional de Educação Financeira. A AEF-Brasil, mantida por relevantes instituições do mercado financeiro – Anbima, CNSeg, BMF&Bovespa e Febraban – tem como missão contribuir para o fortalecimento da cidadania, promovendo e apoiando ações que contribuam para que os indivíduos possam tomar decisões autônomas e conscientes; coincidente com o propósito da própria ENEF.

Em 2019, a AEF-Brasil – Associação de Educação Financeira do Brasil publicou o relatório Mapeamento de Iniciativas de Educação Financeira | 2018 (BRASIL, 2019) – levantamento de iniciativas de educação financeira no país, em escolas do ensino médio e universidades, públicas e privadas, associações, cooperativas e órgãos da iniciativa privada. Dados coletados no relatório apontam que as iniciativas escolares relacionadas à Educação Financeira são predominantemente em escolas públicas, com o conteúdo ministrado de forma transversal, mas especialmente pelo professor de matemática.

Neste levantamento, identificou-se 31% dos educadores participaram de cursos de formação promovidos pelas Secretarias de Educação. 61% dos educadores afirmam que já participaram de curso de capacitação em educação financeira, por iniciativa própria, sendo que 81% participaram de cursos gratuitos, e destes, 61% em cursos de nível de atualização. Em 92% das escolas que implementam ações de educação financeira, o conteúdo é inserido de forma transversal no currículo, sendo o conteúdo obrigatório para alunos de 42% das escolas/instituições que responderam ao levantamento.

As iniciativas mapeadas concentram-se nos eixos de informação e orientação, apresentado a educação financeira de forma ampla: “finanças para o dia a dia” e “consumo consciente”. Mudanças de comportamento e planejamento financeiro são temas presentes nas iniciativas de educação financeira. De acordo com a avaliação feita pelos participantes do relatório, as iniciativas favorecem o

exercício da cidadania e a predisposição para escolhas financeiras mais conscientes, conforme indicado no quadro abaixo:

Quadro 2 - Avaliação das iniciativas de educação financeira pelos participantes

Aspecto	Ótimos resultados
Colabora para o exercício da cidadania	45%
Educa para consumir e poupar de modo ético	45%
Oferece conceitos e ferramentas para a tomada de decisão	39%
Abre possibilidade de mudança da condição atual	38%

Fonte: Elaborado pela autora, com base do documento da AEF-Brasil (2019)

Os dados apontados no mapeamento são interessantes e significativos, porém cabe a reflexão acerca da representatividade dos dados com relação ao universo de instituições de ensino atuantes num país continental como o Brasil. Neste levantamento de 2018, de caráter auto declaratório, 1.383 instituições iniciaram o preenchimento do formulário, mas apenas 526 finalizaram a inclusão dos dados. O contingente de 526 instituições de ensino constitui uma parcela pequena se comparado com o número de 2.448 instituições de ensino superior apontado pelo Censo da Educação Superior 2017 – MEC³ (BRASIL, 2017), isso sem considerar que o mapeamento possibilitou a inserção de iniciativas de educação financeira no país, além das universidades, desenvolvidas em escolas do ensino médio, associações, cooperativas e órgãos da iniciativa privada.

Em 2020, a Educação Financeira entra novamente na pauta governamental brasileira com a publicação do Decreto Nº 10.393, que instituiu a nova Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira – FBEF. Na prática, o decreto propõe a continuidade das ações de fortalecimento da Educação Financeira e a criação do FBEF, em substituição Conselho Nacional de Educação Financeira – CONEF. Neste novo modelo, deixam de participar, diretamente do órgão máximo de fortalecimento da temática Educação Financeira, os órgãos reguladores, as instituições financeiras e outros

³ Resultados do Censo da Educação Superior de 2017, disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=97041-apresentac-a-o-censo-superior-ultimo&Itemid=30192

importantes atores que apresentaram relevante atuação a partir do decreto que instituiu a Estratégia Nacional de Educação Financeira, em 2010.

O Decreto Nº 10.393 institui a nova Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF, com a finalidade de promover a educação financeira, securitária, previdenciária e fiscal no país e a criação do Fórum Brasileiro de Educação Financeira – FBEF, revogando o disposto no Decreto Nº 7.397/2010. A nova diretriz governamental para a Educação Financeira diferencia-se da anterior em alguns aspectos: (i) não inclui representantes da sociedade civil em seu corpo colegiado; (ii) não indica o foco na formação do indivíduo como cidadão, capaz de adotar atitudes conscientes com relação ao consumo, privilegiando apenas a finalidade de promover a educação financeira, securitária e fiscal no país; (iii) mantém apenas o Ministério da Educação na composição do FBEF, excluindo os demais ministérios que faziam parte do CONEF; e (iv) prevê a interlocução do FBEF com os órgãos ou as entidades públicas e as instituições privadas para estimular a realização de ações de educação financeira, securitária, previdenciária e fiscal para a sociedade brasileira.

A partir de análise do teor do decreto, constata-se significativo impacto no cenário da Educação Financeira no Brasil com importantes desdobramentos, conforme indicado a seguir:

- a) O Banco Central do Brasil anuncia em maio de 2021 o lançamento da expansão do programa Aprender Valor, que tem por objetivo apoiar as Secretarias Estaduais e Municipais Educação para a implementação do tema Educação Financeira e Educação para o Consumo nas escolas públicas de Ensino Fundamental. Este programa está em consonância com o previsto na BNCC para que os temas Educação Financeira e Educação para o Consumo sejam inseridos de forma transversal nos currículos da Educação Básica;
- b) A AEF-Brasil, encerra suas atividades em junho de 2021, uma vez que seus mantenedores deixaram de fazer parte do FBEF, responsável pela definição da ENEF. O legado deixado pela atuação da AEF-Brasil na capacitação de professores da rede pública de educação básica é significativo e faz parte de importante marco histórico da Educação Financeira no Brasil;
- c) O Ministério da Educação e a CVM delineiam as premissas e assinam, em agosto de 2021, um acordo para a implementação de um programa de formação de professores para o desenvolvimento de atividades de Educação Financeira para os alunos da rede pública e privada de ensino, com a meta de capacitar 500 mil alunos em três anos.

Os programas de educação financeira continuam a ser oferecidos por instituições do mercado financeiro, do setor educacional nos diferentes níveis de ensino, bem como por organizações do terceiro setor. O dilema entre fortalecer o mercado financeiro e contribuir com a formação de indivíduos consumidores críticos e responsáveis continua presente na sociedade brasileira.

Entende-se que há demanda e espaço para a implementação de inúmeros programas de educação financeira em instituições de ensino, associações, cooperativas e órgãos da iniciativa privada, além de instituições financeiras e empresas dos mais diversos setores. A Educação Financeira é uma necessidade para todo e qualquer indivíduo, especialmente para aqueles que estão inseridos na sociedade de consumidores, conforme aponta Bauman em seus estudos.

2.5 A Educação Financeira na BNCC

A Educação Financeira, considerada pela OCDE como o processo em que “os indivíduos e sociedades melhoram a sua compreensão em relação aos conceitos e produtos financeiros”, é uma das temáticas da atualidade sugerida para compor a Base Nacional Comum Curricular (OCDE, 2005).

Promulgada pelo Ministério da Educação em 2017, a Base Nacional Comum Curricular, que deveria ser implementada em todas as escolas brasileiras até o final de 2021 – prazo prorrogado para 2022 em função da pandemia, aponta para a inclusão do tema Educação Financeira como tema transversal:

Após a homologação da Base Nacional Comum Curricular – BNCC (BRASIL, 2018), a abordagem da Educação Financeira na escola passa a ser obrigatória. Esse documento propõe tratar o assunto de forma transversal e integradora e que pode e deve perpassar as diversas áreas do conhecimento (GOMES DA SILVA, 2021, p. 15).

A partir da homologação da BNCC, as redes de ensino pública e particular têm como desafio a construção dos currículos, incluindo as aprendizagens e competências previstas na BNCC de forma a transformar as diretrizes em planos de ação na prática educacional.

Ao analisar detalhadamente o documento oficial da BNCC publicado em 2018, quando da inclusão da parte relativa ao Ensino Médio, identificamos a ocorrência da expressão “Educação Financeira” em 6 (seis) diferentes pontos. O primeiro deles encontra-se na parte introdutória da BNCC, referindo-se à Educação Financeira como um dos temas contemporâneos, que devem permear o currículo de forma transversal e integradora:

Por fim, cabe aos sistemas e redes de ensino, assim como às escolas, em suas respectivas esferas de autonomia e competência, incorporar aos currículos e às propostas pedagógicas a abordagem de temas contemporâneos que afetam a vida humana em escala local, regional e global, preferencialmente de forma transversal e integradora. Entre esses temas, destacam-se: [...] educação para o consumo, educação financeira e fiscal. [...] (BRASIL, 2018, p.18).

Na parte referente à área de Matemática, a BNCC ressalta a importância do conhecimento matemático para todos os alunos da educação básica, considerando sua importante aplicação na sociedade contemporânea e sua contribuição para a formação de cidadãos críticos e socialmente responsáveis. O conceito Educação Financeira está inserido em quatro habilidades destacadas para o Ensino Fundamental que, segundo a BNCC, deve ter o “compromisso com o desenvolvimento do letramento matemático”. (BRASIL, 2018, p.266) Essas habilidades relacionam-se a competências de raciocínio, representação, comunicação e argumentação matemáticas, favorecendo a tomada de decisões e resoluções de problemas encontrados no cotidiano. Essas competências e habilidades são fundamentais para a formação de cidadãos críticos, conscientes e socialmente responsáveis.

No quadro a seguir, listamos as habilidades indicadas na BNCC para os diferentes anos do Ensino Fundamental que contém a citação específica de Educação Financeira:

Quadro 3 - Educação Financeira nas habilidades da BNCC para o Ensino Fundamental

ANO	Habilidade	Descrição
5º Ano	EF05MA06	Associar as representações 10%, 25%, 50%, 75% e 100% respectivamente à décima parte, quarta parte, metade, três quartos e um inteiro, para calcular porcentagens, utilizando estratégias pessoais, cálculo mental e calculador, em contextos de educação financeira , entre outros.

6º Ano	EF06MA13	Resolver e elaborar problemas que envolvam porcentagens, com base na ideia de proporcionalidade, sem fazer uso da “regra de três”, utilizando estratégias pessoais, cálculo mental e calculadora, em contextos de educação financeira , entre outros.
7º Ano	EF07MA02	Resolver e elaborar problemas que envolvam porcentagens, como os que lidam com acréscimos e decréscimos simples, utilizando estratégias pessoais, cálculo mental e calculadora, no contexto de educação financeira , entre outros.
9º Ano	EF09MA05	Resolver e elaborar problemas que envolvam porcentagens, com a ideia de aplicação de percentuais sucessivos e a determinação das taxas percentuais, preferencialmente com o uso de tecnologias digitais, no contexto da educação financeira .

Fonte: Elaborado pela autora com base na BNCC 2018.

A análise do detalhamento de cada uma dessas habilidades indica o foco em questões relacionadas a percentuais, restringindo enormemente o campo de conhecimento sobre Educação Financeira. Baseando-se no conceito adotado pela OCDE, a Educação Financeira inclui o conhecimento e compreensão de produtos financeiros, a análise de possibilidades de investimentos e respectivos riscos, bem como a adoção de decisões financeiras que garantam o bem-estar no presente e a tranquilidade no futuro, atuando como indivíduos crítica e socialmente responsáveis. Ao estabelecer como foco apenas a questão de entendimento de percentuais, essa abordagem mais ampla proposta pela OCDE não é contemplada pelas habilidades indicadas.

A sexta referência à Educação está presente na introdução da parte 5.4. referente à área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas:

Há hoje mais espaço para o empreendedorismo individual, em todas as classes sociais, e cresce a importância da **educação financeira** e da compreensão do sistema monetário contemporâneo nacional e mundial, imprescindíveis para uma inserção crítica e consciente no mundo atual (BRASIL, 2018, p. 568).

A BNCC aponta para as transformações da sociedade, principalmente em função do uso de novas tecnologias, que determinam transformações na participação dos trabalhadores nos processos produtivos, nas relações de trabalho e nas alterações dos índices relativos à ocupação, emprego e desemprego. Essas transformações apontam para a necessidade da compreensão dos impactos das inovações tecnológicas nas relações de trabalho e de consumo, principalmente em função da transformação da sociedade, segundo Rifikin (1995).

Por ser tratada como tema transversal dentro da BNCC, a Educação Financeira aparece em mais de um campo de estudos, apresentando abordagens diferenciadas em cada uma delas. O que se apresenta a partir desse ponto é como a temática é apresentada, discutida e proposta em cada um dos campos de estudos da normativa. A relevância do estudo da Educação Financeira está sustentada na norma pela necessidade da observância e atuação dos cidadãos no mundo contemporâneo, que exige das pessoas novas habilidades e competências ao afirmar que:

Atualmente, as transformações na sociedade são grandes, especialmente em razão do uso de novas tecnologias. Observamos transformações nas formas de participação dos trabalhadores nos diversos setores da produção, a diversificação das relações de trabalho, a oscilação nas taxas de ocupação, emprego e desemprego, o uso do trabalho intermitente a desconcentração dos locais de trabalho, e o aumento global da riqueza, suas diferentes formas de concentração e distribuição, e seus efeitos sobre as desigualdades sociais. Há hoje mais espaço para o empreendedorismo individual, em todas as classes sociais, e cresce a importância da educação financeira e da compreensão do sistema monetário contemporâneo nacional e mundial, imprescindíveis para uma inserção crítica e consciente no mundo atual. Diante desse cenário, impõem-se novos desafios às Ciências Humanas, incluindo a compreensão dos impactos das inovações tecnológicas nas relações de produção, trabalho e consumo (BRASIL, 2018, p.568).

Observa-se, a partir dessa consideração, a preocupação da normativa com a construção de sujeitos sociais capazes de refletir e interagir com o meio em que estão inseridos e nele desenvolver-se e estruturar-se de acordo com as mudanças econômicas e pertinentes ao mundo do trabalho e dos negócios de forma sustentável. No campo da Matemática, a Educação Financeira aparece já no Ensino Fundamental, abordando conceitos pertinentes à matemática financeira e oferecendo ferramentas aos estudantes como técnicas de cálculo, raciocínio lógico e possibilitando que esses conceitos possam ser imbricados com outras áreas do conhecimento, ampliando o repertório dos alunos e conferindo-lhes maior capacidade de detectar e resolver problemas e situações complexas em seu cotidiano.

Outro aspecto a ser considerado nessa unidade temática é o estudo de conceitos básicos de economia e finanças, visando à educação financeira dos alunos. Assim, podem ser discutidos assuntos como taxas de juros, inflação, aplicações financeiras (rentabilidade e liquidez de um investimento) e impostos. Essa unidade temática favorece um estudo interdisciplinar envolvendo as dimensões culturais, sociais, políticas e psicológicas, além da econômica, sobre as questões do consumo, trabalho

e dinheiro. É possível, por exemplo, desenvolver um projeto com a História, visando ao estudo do dinheiro e sua função na sociedade, da relação entre dinheiro e tempo, dos impostos em sociedades diversas, do consumo em diferentes momentos históricos, incluindo estratégias atuais de marketing. Essas questões, além de promover o desenvolvimento de competências pessoais e sociais dos alunos, podem se constituir em excelentes contextos para as aplicações dos conceitos da Matemática Financeira e também proporcionar contextos para ampliar e aprofundar esses conceitos (BRASIL, 2018, p.269).

Como finalidades do Ensino Médio na contemporaneidade, considerando as transformações econômicas, sociais e culturais, tanto no âmbito nacional como internacional, a BNCC aponta para a necessidade da formação geral do indivíduo para permitir o exercício da cidadania, a inserção no mundo do trabalho em constante mudanças em função do desenvolvimento tecnológico. A formação geral proposta pela BNCC inclui a educação integral dos estudantes com a construção de seu projeto de vida, proporcionando aprendizagens alinhadas às necessidades, possibilidades e interesses dos jovens, para que possam enfrentar os desafios do mundo do trabalho.

Para a implementação de seu próprio projeto de vida, o desenvolvimento de capacidades de abstração, reflexão, interpretação, proposição e ação são indispensáveis. E essas capacidades estão diretamente relacionadas aos conhecimentos de Educação Financeira, que propiciarão ao jovem assumir o protagonismo de sua vida profissional em um mundo cada vez mais complexo e imprevisível. O conhecimento de Educação Financeira torna-se um sólido alicerce para o equilíbrio financeiro no presente e perspectivas de bem-estar no futuro.

Na área de Matemática e suas tecnologias pode-se observar a presença, de forma transversal, de conteúdos relacionados à Educação Financeira. A proposta na área de Matemática para o Ensino Médio é consolidar, ampliar e aprofundar as aprendizagens desenvolvidas no Ensino Fundamental, de forma que os estudantes percebam a Matemática numa perspectiva aplicada à realidade, nos diferentes contextos em que vivem.

A aprendizagem dos conceitos matemáticos aplicados à realidade permitirá aos estudantes a atuação como protagonistas de seu projeto de vida, sendo capaz de identificar e resolver problemas em diversos contextos, com autonomia e consciência, fazendo uso dos recursos matemáticos. Essa aprendizagem é

fundamental para que o letramento matemático e letramento financeiro sejam densos e eficientes, possibilitando o pleno exercício da cidadania e construção do projeto de vida.

Nas competências específicas de Matemática e suas tecnologias para o Ensino Médio verifica-se que todas se relacionam direta ou indiretamente aos conceitos e conhecimentos de Educação Financeira, temática que deverá ser inserida no currículo de forma transversal:

1. Utilizar estratégias, conceitos e procedimentos matemáticos para interpretar situações em diversos contextos, sejam atividades cotidianas, sejam fatos das Ciências da Natureza e Humanas, das questões socioeconômicas ou tecnológicas, divulgadas por diferentes meios, de modo a contribuir para uma formação geral.
2. Propor ou participar de ações para investigar desafios do mundo contemporâneo e tomar decisões éticas e socialmente responsáveis com base na análise de problemas sociais, como os voltados a situações de saúde, sustentabilidade, das implicações da tecnologia no mundo do trabalho, entre outros, mobilizando e articulando conceitos, procedimentos e linguagens próprios da Matemática.
3. Utilizar estratégias, conceitos, definições e procedimentos matemáticos para interpretar, construir modelos e resolver problemas em diversos contextos, analisando a plausibilidade dos resultados e a adequação das soluções propostas, de modo a construir argumentação consistente.
4. Compreender e utilizar, com flexibilidade e precisão, diferentes registros de representação matemáticos (algébrico, geométrico, estatístico, computacional etc.), na busca de solução e comunicação de resultados de problemas.
5. Investigar e estabelecer conjecturas a respeito de diferentes conceitos e propriedades matemáticas, empregando estratégias e recursos, como observação de padrões, experimentações e diferentes tecnologias, identificando a necessidade, ou não, de uma demonstração cada vez mais formal da validação das referidas conjecturas. (BRASIL, 2018, p. 531)

No itinerário formativo de Matemática e suas tecnologias, encontramos apenas duas habilidades relacionadas à 3^a competência específica que se relacionam diretamente com a Educação Financeira,

EM13MAT304 Resolver e elaborar problemas com funções exponenciais nos quais seja necessário compreender e interpretar a variação das grandezas envolvidas, em contextos como os de abalos sísmicos, pH, radioatividade, **Matemática Financeira**, entre outros.

EM13MAT305 Resolver e elaborar problemas com funções exponenciais nos quais seja necessário compreender e interpretar a variação das grandezas envolvidas, em contextos como os de abalos sísmicos, pH, radioatividade, **Matemática Financeira**, entre outros. (BRASIL, 2018, p. 544)

Dentre os itinerários formativos previstos para o Ensino Médio, nas demais áreas do conhecimento, constatamos a indicação de temáticas indiretamente

relacionadas à Educação Financeira nas competências específicas para cada uma das demais áreas do conhecimento, conforme indicado no quadro a seguir:

Quadro 4 - Competências relacionadas à Educação Financeira

Área	Competências Específicas
Linguagens e suas tecnologias	Utilizar diferentes linguagens (artísticas, corporais e verbais) para exercer, com autonomia e colaboração, protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva, de forma crítica, criativa, ética e solidária, defendendo pontos de vista que respeitem o outro e promovam os Direitos Humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável , em âmbito local, regional e global. (BNCC, p. 490)
Ciências da natureza e suas tecnologias	Analisar fenômenos naturais e processos tecnológicos, com base nas interações e relações entre matéria e energia, para propor ações individuais e coletivas que aperfeiçoem processos produtivos, minimizem impactos socioambientais e melhorem as condições de vida em âmbito local, regional e global. (BNCC. p. 553)
Ciências humanas e sociais aplicadas	Analisar e avaliar criticamente as relações de diferentes grupos, povos e sociedades com a natureza (produção, distribuição e consumo) e seus impactos econômicos e socioambientais com vistas à proposição de alternativas que respeitem e promovam a consciência, a ética socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional, nacional e global. Analisar as relações de produção, capital e trabalho em diferentes territórios, contextos e culturas, discutindo o papel dessas relações na construção, consolidação e transformação das sociedades. Participar do debate público de forma crítica, respeitando diferentes posições e fazendo escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade. (BNCC, p. 570)

Fonte: Elaborado pela autora com base na BNCC, 2018.

O quadro acima evidencia que não está clara a conexão entre Educação Financeira e as competências das áreas de conhecimento propostos na BNCC. Percebe-se a lacuna com relação a como o professor poderá inserir o tema Educação Financeira no conteúdo de cada uma das disciplinas que compõem o currículo escolar, especialmente considerando que grande parte dos educadores não tiveram acesso a uma formação específica na área de Educação Financeira. O desafio que se apresenta ao professor é como associar sua disciplina a conhecimentos com os quais não está preparado e, muitas vezes, nem familiarizado.

2.6 Educação Financeira na Educação Básica

A Educação Básica é estabelecida como política nacional, com o objetivo de direcionar outras políticas e ações, em âmbito federal, nacional, estadual e municipal, referentes aos conteúdos educacionais e infraestrutura adequada para assegurar o desenvolvimento integral dos estudantes no âmbito pedagógico.

A Educação Financeira, conforme proposto na legislação da Educação Básica nacional, é tratada como um tema importante e necessário, que deve ser inserido de forma transversal em todos os níveis escolares. Silva M. (2021) relaciona a Educação Financeira com a cultura da sociedade de consumidores e destaca a importância de “reflexões sobre consumo, consumismo, tomada de decisão e desejos versus necessidades são necessárias em sala de aula, pois auxiliam na construção de um senso crítico e responsável frente às situações envolvendo finanças.” A Educação Financeira Escolar – EFE é definida por Silva e Powell (2013) como:

A Educação Financeira Escolar constitui-se de um conjunto de informações através do qual os estudantes são introduzidos no universo do dinheiro e estimulados a produzir uma compreensão sobre finanças e economia, através de um processo de ensino que os torne aptos a analisar, fazer julgamentos fundamentados, tomar decisões e ter posições críticas sobre questões financeiras que envolvam sua vida pessoal, familiar e da sociedade em que vivem (SILVA; POWELL, 2013, p.12).

A falta de conhecimento e o despreparo para lidar com as situações financeiras cotidianas, ampliada pelo excesso de estímulos para o consumo – próprios da sociedade de consumidores em que vivemos – traz ao consumidor incauto – consequências como o consumo exagerado, a inadimplência, o endividamento que, em casos extremos, pode levar ao superendividamento, com implicações para além da saúde financeira, como saúde física, mental e emocional do indivíduo. As atitudes de consumo impensadas, impulsivas e não planejadas, segundo Silva F. (2021) podem causar danos a curto, médio e longo prazo. A Educação Financeira surge como um conhecimento que pode minimizar os riscos enfrentados especialmente pela camada mais vulnerável da sociedade. Importante ressaltar que para que a Educação Financeira possa efetivamente minimizar esses riscos, necessário se faz o estabelecimento de políticas públicas eficazes para

enfrentar e diminuir a vulnerabilidade econômica e social observada na sociedade brasileira, especialmente nas últimas décadas.

A Educação Financeira Escolar deve ser mais ampla que apenas o desenvolvimento de atividades de matemática financeira, dentro dos conteúdos previstos no itinerário formativo da Matemática e suas tecnologias (BRASIL, 2018). A Educação Financeira deve ter um caráter crítico, voltado para a formação integral do indivíduo, abordando questões sociais, a sustentabilidade e o consumo consciente dos recursos – financeiros e não financeiros – para o pleno exercício da cidadania e transformação social. Os conhecimentos de educação financeira devem ser relacionados com a vivência cotidiana dos alunos com o tema: o ensino deve ser baseado em situações que façam sentido para o aluno para que a aprendizagem seja significativa.

D'Aquino (2008), especialista em desenvolvimento de programas de educação financeira para a Educação Básica, afirma que a Educação Financeira prepara os indivíduos para os obstáculos encontrados na sociedade de consumidores em que estão inseridos. Ao favorecer a assimilação de conhecimentos de Educação Financeira, a educação básica pode contribuir para a formação de consumidores responsáveis e éticos, comprometidos com a sustentabilidade de uma forma geral. Consumidores que entendam o impacto de seu consumo na produção de resíduos descartados, que façam escolhas de produtos de empresas social e ambientalmente responsáveis e que tenham consciência do real significado do ato de consumir.

O panorama atual do sistema financeiro do país com a ampliação da bancarização para as camadas economicamente desfavorecidas deve ser o norteador para a definição de estratégias e conteúdo de educação financeira. A educação financeira deve propiciar a inclusão dos sujeitos no sistema financeiro, possibilitando o exercício consciente da cidadania e do consumo: compreender o mundo em que vivem, atuando como cidadãos críticos e que saibam lidar com as questões financeiras ao ingressarem no mundo do trabalho em uma sociedade de consumo, cientes e zelosos por seus direitos e deveres enquanto cidadãos.

Para que a Educação Financeira Escolar seja efetiva é necessário que os professores sejam preparados, tanto na formação inicial como na continuada para

compreender, assimilar e aplicar conhecimentos de educação financeira. Silva M. (2021) corrobora essa posição ao afirmar que a Educação Financeira deve promover e facilitar o desenvolvimento de reflexões críticas e proporcionar uma aprendizagem contextualizada e significativa que leve o aluno a aplicar os conhecimentos adquiridos para o enfrentamento e solução de questões financeiras que se deparam no cotidiano.

2.7. A Educação Financeira na Educação Profissional e Tecnológica

Para que a Educação Financeira seja implementada como tema transversal na Educação Profissional e Tecnológica, é necessário que o tema EF esteja presente no currículo dos programas de formação continuada, uma vez que, para que possa atuar como formador, é necessário que o professor saiba lidar com sua realidade financeira de forma crítica, consciente e equilibrada. O formador deve demonstrar aos jovens, de forma clara e transparente, por meio de atitudes e comportamentos, que detém conhecimentos sobre Educação Financeira.

A Educação Financeira vai muito além do conhecimento do sistema monetário, do cálculo de juros simples, juros compostos e taxas percentuais:

É, sim, subsidiar as pessoas com informações e capacitá-las a tomar as melhores decisões quando o assunto envolve dinheiro, auxiliando a orçar e gerir a sua renda, a poupar e investir, e a evitar que se tornem vítimas de fraudes publicitárias, de promoções e do endividamento (SCHNEIDER, 2018, p. 128).

O objetivo da inserção da Educação Financeira como tema transversal na Educação Básica e Educação Profissional e Tecnológica é possibilitar que os indivíduos, quando de sua inserção no mercado de trabalho e na vida adulta possam gerir bem os seus recursos financeiros. A assimilação dos conceitos e princípios da Educação Financeira influencia a adoção de atitudes e comportamentos, o desenvolvimento de habilidades e aquisição de conhecimentos, contribuindo para a formação de cidadãos capazes de gerenciar a própria vida financeira de forma consciente e autônoma.

Cada educador, enquanto formador de jovens, insere em sua prática as lembranças de sua história familiar, especialmente com relação à vida financeira:

se não teve acesso à Educação Financeira quando de sua formação, o educador vai reproduzir na sua prática docente aqueles conhecimentos adquiridos no âmbito familiar. Tais conhecimentos nem sempre se baseiam e refletem os conhecimentos relevantes para a adequada gestão financeira. Muitos formadores vivenciaram experiências familiares de acesso restrito ao crédito e hoje encontram-se perdidos em uma sociedade de consumidores, com amplo acesso ao crédito e inúmeras oportunidades de consumo, por meio das quais o fantasma do endividamento passeia incessantemente. Este cenário de facilidade de crédito, incentivo ao consumo e inversão de valores entre ‘querer’ e ‘precisar’ é o mesmo para os jovens que estão no ensino profissionalizante, sendo preparados para o acesso ao mercado de trabalho na condição de aprendizes.

Para resistir aos fascínios dos objetos de consumo, o indivíduo, seja jovem ou adulto, precisa ser capaz de diferenciar o impulso para comprar o que realmente precisa daquele impulso de consumir por desejo, como enfatiza D’Aquino (2014). Na sociedade de consumidores, todos são influenciados pelo canto da sereia das marcas e produtos em evidência, sem levar em consideração o seu valor financeiro, sua utilidade e, principalmente, a sua própria condição financeira.

A Educação Financeira, como tema transversal proposto pela BNCC está em sintonia com o pressuposto de assegurar uma formação que auxilie o jovem na definição de seu projeto de vida, tanto com relação aos estudos como quanto a sua carreira profissional. Esses jovens, participantes ativos da sociedade na qual estão inseridos, fundamentarão suas escolhas, princípios e valores alinhados a um estilo de vida saudável, sustentável e ético, no qual a Educação Financeira tem papel primordial:

Para formar esses jovens como sujeitos críticos, criativos, autônomos responsáveis, cabe às escolas de Ensino Médio proporcionar experiências e processos que lhes garantam as aprendizagens necessárias para a leitura da realidade, o enfrentamento dos novos desafios da contemporaneidade (sociais, econômicos e ambientais) e a tomada de decisões éticas e fundamentadas (BRASIL, 2018, p. 465).

Importante sinalizar que esses jovens estão inseridos em uma sociedade capitalista e de consumidores, como denomina Bauman (2010), uma sociedade que propõe a igualdade e equidade, ao mesmo tempo que estabelece parâmetros e relações econômicas que produzem, reproduzem e acentuam as desigualdades

sociais. As diferenças econômicas e financeiras, bem como as diferenças de acesso ao conhecimento dos princípios básicos da Educação Financeira corroboram para a ampliação do abismo de desigualdades socioeconômicas no nosso país.

A preparação do jovem para o trabalho se dá em diferentes dimensões – filosófica, econômica, sociológica e histórica – promovendo a inserção no mundo do trabalho como forma de produzir riqueza, gerar renda e fazer parte da sociedade de consumidores – mas hoje num contexto de transformação:

Observamos transformações nas formas de participação dos trabalhadores nos diversos setores da produção, a diversificação das relações de trabalho, e o aumento global da riqueza, suas diferentes formas de concentração e distribuição, seus efeitos sobre as desigualdades sociais. Há hoje mais espaço para o empreendedorismo individual, em todas as classes sociais, e cresce a importância da educação financeira e da compreensão do sistema monetário contemporâneo nacional e mundial, imprescindíveis para uma inserção crítica e consciente no mundo atual (BRASIL, 2018, p, 570).

Fica evidente, desta forma, a importância da Educação Financeira para a preparação do jovem para a compreensão e enfrentamento dos impactos das transformações nas relações de produção, de trabalho e de consumo. A precarização das condições de trabalho para os jovens e a falta de políticas públicas adequadas dificultam a estabilidade financeira de jovens empreendedores. Não basta ter iniciativa, espírito empreendedor e conhecimento aprofundado de Educação Financeira para criar, desenvolver e manter um negócio próprio em uma realidade econômica pouco promissora.

Então, como estruturar a inserção da Educação Financeira no universo do jovem que busca a inserção no mercado de trabalho para poder se sustentar, consumir e pensar em aprofundamento dos estudos? Na próxima seção discutiremos sobre a inserção da Educação Financeira na Educação Não Formal.

2.8 A Educação Financeira na Educação Não Formal

A Educação Não Formal é objeto de estudo uma vez que a presente pesquisa visa responder ao questionamento ‘quais os desafios para elaborar e implementar um projeto de formação em Educação Financeira para educadores de um programa

de capacitação de jovens aprendizes?’. O *locus* de pesquisa escolhido é uma Organização Não Governamental – ONG que tem como propósito promover o desenvolvimento humano e social para a integração de pessoas ao mundo do trabalho, unindo esforços da sociedade civil, empresas e poder público.

Desta forma, é importante definir claramente o que é a Educação Não Formal, como se organiza, onde se desenvolve, quem é o profissional que atua e como a questão da Educação Financeira está inserida neste contexto educacional. Maria da Gloria Gohn, notadamente uma estudiosa do assunto, estabelece a definição de Educação Não Formal pelo que de fato ela é, e não pelo que não é, como na maioria das definições:

A Educação Não Formal é aquela que se aprende ‘no mundo da vida’, via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivos cotidianos. [...] a Educação Não Formal não é nativa, ela é construída por escolhas ou sob certas condicionalidades, há intencionalidades no seu desenvolvimento, o aprendizado não é espontâneo, não é fado por características da natureza, não é algo naturalizado (GOHN, 2010, p. 16).

Na Educação Não Formal, temos como agente do processo de construção do saber o Educador Social, que não necessariamente tem uma formação pedagógica formal, mas assume um relevante papel no processo de cidadania, autonomia e emancipação sociocultural dos beneficiários da organização em que atuam. No caso de instituições que atuam na formação do jovem para sua inserção no mundo do trabalho, esse papel torna-se determinante para que, como afirma Gohn (2010), os indivíduos se tornem cidadãos do mundo, no mundo. A Educação Não Formal possibilita ampliar o conhecimento sobre o mundo para que o jovem estabeleça relações sociais e possa se posicionar de forma autônoma e afirmativa:

O(A) cidadão(ã) emancipado(a), para impor-se, como cidadão(ã), tem que ter **autonomia do pensar e do fazer**. [...] autonomia como instrumento de formação de um cidadão capaz de ser e agir, de ter um entendimento crítico da sociedade globalizada, de ler o mundo a partir de valores e metas de emancipação (GOHN, 2010, p. 41)

Para Gohn, a metodologia para a Educação Não Formal é caracterizada pelo dinamismo e movimentos constantes que são intrínsecos à vivência dos indivíduos em programas de formação de jovens aprendizes:

Há metodologias, em suma, que precisam ser desenvolvidas, codificadas, ainda que com alto grau de provisoriedade, pois o dinamismo, a mudança, o movimento da realidade segundo o desenrolar dos acontecimentos, são marcas que singularizam a Educação Não Formal (GOHN, 2016, p.65).

A Educação Não Formal é fundamental para a formação dos indivíduos como cidadãos para se integrarem na sociedade líquida e de consumidores em que vivemos. A inserção do jovem no mundo do trabalho, por sua vez, relaciona-se diretamente com o tema Educação Financeira: ao se deparar com o mundo do trabalho, o jovem tem acesso ao mundo do consumo e das finanças e deve se posicionar como cidadão consumidor consciente e sustentável.

Mas qual a origem dos conhecimentos de Educação Financeira para que possa navegar com tranquilidade no mundo do consumo? A formação do educador social ou formador deve prever a aquisição de conhecimentos de Educação Financeira para que possam conduzir e apoiar os jovens na construção de significados sobre o consumo, o planejamento e a gestão dos próprios recursos.

Para Gomes da Silva (2021), os professores confundem a Educação Financeira com o ensino do sistema monetário ou conceitos básicos de Matemática Financeira. Para alguns educadores, os conteúdos de educação financeira se restringem aos conhecimentos adquiridos na gestão cotidiana dos próprios recursos financeiros – gestão esta nem sempre bem-sucedida. Esse grau de conhecimento sobre educação financeira apontado por Gomes da Silva pode ser classificado, de acordo com os estudos de Tardif (2014) como fundamentos existenciais dos saberes docentes:

São existenciais, no sentido de quem um professor ‘não pensa somente com a cabeça’, mas ‘com a vida’, com o que foi, com o que viveu, com aquilo que acumulou em termos de experiência de vida, em termos de lastros de certezas. Em suma, ele pensa a partir de sua história de vida não somente intelectual, no sentido rigoroso do termo, mas também emocional, afetiva, pessoal e interpessoal (TARDIF, 2014, p. 103).

Como novo campo de ação coletiva, a Educação Não Formal é fundamental para a formação dos indivíduos e o tema educação financeira é relevante, uma vez que são conhecidas as dificuldades decorrentes da carência na formação dos educadores sociais que atuam na formação de jovens, assim como há carência na formação de professores de uma forma geral. A Educação Financeira também deve

estar inserida de forma transversal e integradora nos currículos adotados nos programas de formação de jovens aprendizes, assim como preconiza a BNCC para a Educação Básica.

A Educação Financeira na Educação Não Formal poderá possibilitar uma formação que apoie o jovem na definição de seu projeto de vida, tanto com relação aos estudos como quanto à sua carreira profissional. Esses jovens, ao serem inseridos no mundo do trabalho e como participantes ativos da sociedade de consumidores na qual vivemos, fundamentarão suas escolhas, princípios e valores alinhados a um estilo de vida saudável, sustentável e ético, atuando como sujeitos críticos, criativos, autônomos e responsáveis. Jovens que saibam lidar de maneira equilibrada e saudável com as questões financeiras presentes no dia a dia de cada um.

A EF na formação dos jovens aprendizes deve ser mais ampla que o ensino de cálculo de juros, parcelas e percentuais. A Educação Financeira tem um papel relevante no sentido de despertar o senso crítico e de cidadania para formar jovens que façam escolhas financeiras baseadas em conhecimentos consolidados e fundamentados – que sejam protagonistas de suas próprias vidas e que possam alcançar o equilíbrio financeiro no tempo presente, garantindo qualidade de vida no tempo futuro.

O próximo capítulo trata da questão da Educação Matemática Crítica, que apresenta princípios e valores a serem aplicados na Educação Financeira de uma forma geral.

CAPÍTULO 3 – EDUCAÇÃO MATEMÁTICA CRÍTICA

A BNCC propõe a inserção da Educação Financeira como tema transversal em todos os níveis da Educação Básica, o que assegura uma formação integral ao indivíduo, tanto com relação ao seu projeto de vida como com relação aos estudos e sua carreira profissional. A normativa estabelece o compromisso com a educação integral e se propõe a fundamentar a formação dos jovens em experiências e processos que os levem a aprendizagens significativas para a leitura da realidade e o enfrentamento dos desafios da vida na sociedade contemporânea. Aspectos sociais, ambientais e econômicos são determinantes para a construção da realidade que exige posicionamento e tomada de decisões de forma ética, crítica e cidadã:

No novo cenário mundial, reconhecer-se em seu contexto histórico e cultural, comunicar-se, ser criativo, analítico-crítico, participativo, aberto ao novo, colaborativo, resiliente, produtivo e responsável requer muito mais do que o acúmulo de informações. Requer o desenvolvimento de competências para aprender a aprender, saber lidar com a informação cada vez mais disponível, atuar com discernimento e responsabilidade nos contextos das culturas digitais, aplicar conhecimentos para resolver problemas, ter autonomia para tomar decisões, ser proativo para identificar os dados de uma situação e buscar soluções, conviver e aprender com as diferenças e as diversidades (BRASIL, 2018, p.16).

A Educação Financeira está diretamente mas não exclusivamente relacionada ao conhecimento matemático. A Matemática não se restringe apenas a cálculos, medianas ou sistemas abstratos; a matemática tem relevante aplicação na sociedade contemporânea, especialmente pela sua potencialidade na formação de cidadãos críticos, cientes de suas responsabilidades sociais.

3.1 Educação Matemática Crítica

Para ampliar o entendimento sobre como a Educação Financeira é significativa para a formação integral do indivíduo, é necessário apresentarmos o conceito de Matemática Crítica. Segundo Skovsmose (2014), especialista que formulou na década de 1970 as bases para a Educação Matemática Crítica, a matemática crítica visa minimizar ou neutralizar qualquer forma de adestramento causado pela educação matemática.

Em seus estudos, Skovsmose (2014, 2015) aponta que a educação matemática, por poder acontecer dos mais variados modos, em diferentes locais e atender a diversos propósitos nos campos social, político e econômico, possibilita uma intervenção real na realidade, não apenas no sentido de criar novas interpretações para os fatos, mas também interferir e rearrumar esta realidade. Em um mundo globalizado e em uma sociedade segmentada em guetos, o ensinar e aprender matemática se dá em diversos lugares e em diferentes oportunidades. A matemática está presente na vida de todos os indivíduos, quaisquer que sejam suas classes sociais, econômicas e posicionamentos políticos e para ser crítica, a educação matemática deve reagir às contradições sociais.

A matemática está presente no dia a dia de diversas profissões, desde a área de tecnologia, da medicina, do design, do marketing, entre outras. Encontramos matemática nos jornais, nas compras para abastecimento da casa, no consumo de combustível para o carro, nos pagamentos de boletos: o indivíduo se depara cotidianamente com a educação matemática fora da escola.

Skovsmose, em entrevista a Hermann e Ceolim (2012), aponta o caráter de adestramento da educação matemática, quando esta se restringe a apresentar listas de exercícios com comandos que devem ser seguidos pelos alunos, sem conexão alguma ao contexto e experiências vivenciadas por estes alunos. Exercícios matemáticos estão presentes no ensino de matemática tradicional, mas esta prática não auxilia no desenvolvimento de um indivíduo criativo e crítico. O conteúdo matemático, no modelo tradicional, é recebido como algo fechado, exato e suficiente (SKOVSMOSE, 2014).

A Educação Matemática Crítica surge em oposição à Matemática tradicional, assumindo um papel de potencializar ou despotencializar o indivíduo, dependendo da forma em que é abordada na escola. Potencializar quando incentiva o raciocínio, a visão crítica sobre as situações e possibilita o desenvolvimento da criatividade para a solução dos problemas. Despotencializa quando se limita a apresentar situações estáticas, desconectadas do cotidiano do aluno, em que se espera apenas a aplicação de fórmulas e cálculos memorizados, mas não compreendidos e vivenciados.

Skovsmose apresenta um exemplo de exercícios de matemática que despontencializam o aluno:

Uma loja fornece maçãs ao preço de R\$ 0,12 a unidade ou R\$ 2,80 uma cesta de três quilos (um quilo corresponde a 11 maçãs). Calcule quanto Pedro economizaria se ele comprasse 15 quilos de maçãs, pagando o preço por cesta em vez de pagar o preço por unidade (SKOVSMOSE, 2014, p. 16).

No exemplo acima, observamos que todos os dados estão no enunciado, mas não há espaço para que os alunos busquem mais informações, confirmem o custo da maçã no mercado, parte-se da premissa que todas as maçãs têm o mesmo peso, entre outras informações fechadas e estáticas. Cabe ao aluno apenas calcular o valor que Pedro economizaria. Sob a ótica da Matemática Crítica, poderia ser apresentado um cenário de investigação, envolvendo os alunos na busca de informações a respeito do preço de frutas, das variações do preço em função da sazonalidade de cada fruta, a variação no peso de cada fruta, o cálculo de peso médio, entre outras análises. Desta forma, ao lidar com uma questão matemática, o aluno é instigado a desenvolver a criatividade, o espírito crítico e relacionar a matemática com a vivência cotidiana; isto é, potencializa o aluno. Para ser crítica, a educação matemática deve reagir às contradições sociais e incentivar o posicionamento crítico e responsável do indivíduo perante a realidade.

A Educação Matemática Crítica apresenta-se como uma área do conhecimento que permite oferecer aos envolvidos uma visão que pode promover a justiça social e o empoderamento dos jovens a partir da percepção e intervenção nos problemas da sociedade. Skovsmose entende a educação de forma semelhante à visão de Mandela: ‘a educação é a arma mais poderosa que você pode usar para mudar o mundo’ (CEOLIM; HERMANN, 2012). Segundo Ceolim e Hermann (2012, p. 13), Skovsmose considera que “a educação tem um papel sociopolítico a cumprir. E essa é a ideia que está por trás da Educação Matemática Crítica”.

Questões de democracia, questões sociais, econômicas, culturais e políticas podem ser abordadas sob a ótica da Educação Matemática Crítica, promovendo a formação de cidadãos críticos, capazes de interagir e intervir na realidade social na qual estão inseridos. A Educação Matemática Crítica pode fazer a diferença para alguns alunos em situações distintas: a percepção que lidam diariamente com

processos matematizados passa a fazer sentido e promover uma visão mais crítica do mundo.

Para Skovsmose (2010), vivemos em uma sociedade matematizada, enquanto para Bauman (1998), vivemos em uma sociedade líquida. Mas qualquer que seja a visão que temos da sociedade, a educação tem um papel sociopolítico a cumprir. Seja matematizada ou líquida essas diferentes visões se complementam e se fortalecem.

A Educação Matemática Crítica, com a visão sobre as questões sociais e o empoderamento do jovem, está relacionada à ideia de leitura e escrita do mundo: o jovem pode interpretar o mundo e interagir nesse mundo. Ceolim e Hermann (2012) transcrevem a resposta de Skovsmose sobre a questão da alfabetização matemática:

A alfabetização matemática pode ser interpretada de forma semelhante, referindo-se à capacidade de se interpretar um mundo estruturado por números e figuras, e à capacidade de se atuar nesse mundo. Em particular, é uma preocupação da Educação Matemática Crítica desenvolver a matemacia⁴, e penso essa noção como outra palavra para alfabetização financeira (CEOLIM; HERMANN, 2012, p. 19).

A Educação Matemática Crítica não é uma solução para todas as questões sociais, mas é uma valiosa ferramenta para ser utilizada na leitura e interpretação do mundo, possibilitando refletir sobre a aplicação da matemática na sociedade, tornando-se parte da linguagem do poder. Dentre outros resultados da Educação Matemática Crítica, Skovsmose (2014) ressalta sobre a importância de combater a opressão na sociedade.

Chiarello (2014), com base nos estudos de Skovsmose, aponta para a utilização da matemática de forma não questionada, sem conhecer a sua origem nem justificar seu uso, caracterizada por Skovsmose como a ideologia da certeza: a matemática e os números sempre expressam a verdade. Esta visão da matemática corrobora para a sua utilização como linguagem do poder.

[...] a ideologia da certeza torna-se problemática quando a utilizamos fora da escola, ao trabalharmos com compras, preços, dinheiro, velocidade, aceleração, geometria,

⁴ Matemacia: competência para lidar com técnicas matemáticas (SKOVSMOSE, 2014, p. 105).

etc. Precisamos enfrentar essas incertezas, ensinando suas relações com a realidade. Não podemos esquecer que a natureza crítica da educação matemática representa uma grande incerteza (CHIARELLO, 2014, p. 35-36).

A Educação Matemática Crítica pressupõe o reconhecimento da diversidade das condições de ensino e aprendizagem da matemática em função do público-alvo, das políticas locais de educação e de características culturais e socioeconômicas da sociedade na qual está sendo aplicada. Para que a aprendizagem da matemática seja significativa, é necessário estabelecer relações entre o conteúdo educacional e o repertório prévio dos alunos (SKOVSMOSE, 2014). E, para Skovsmose, proporcionar aos alunos uma aprendizagem significativa em matemática é um dos maiores desafios da educação matemática. O conteúdo de Educação Matemática Crítica deve se relacionar com a vida real – este é um dos pilares da teoria desenvolvida por Ole Skovsmose. Os cenários para investigação e a referência à vida real aliados aos demais ambientes de aprendizagem praticados na sala de aula tornam a experiência matemática crítica valiosa para o desenvolvimento dos estudantes.

Skovsmose dedicou-se também aos estudos sobre pedagogia dos projetos, enfatizando a importância dos cenários de investigação para favorecer as atividades de ensino-aprendizagem. Ao invés de apresentar listas infindáveis de exercícios, muitas vezes desconectados da realidade dos alunos, ao adotar os cenários investigativos, o educador oferece a possibilidade de busca de sentidos e soluções. Os alunos são convidados a participarem do cenário de investigação, respeitando-se o interesse e o perfil de cada um: a aprendizagem ocorrerá de acordo com o nível de envolvimento e engajamento de cada aluno.

A Educação Matemática Crítica deve se basear nas práticas e conhecimentos com os quais o aluno está ambientado e tem afinidade. Deve-se pensar também, não apenas no repertório acumulado pelos alunos, mas também no potencial de desenvolvimento e nas oportunidades que as condições sociais, políticas, econômicas e culturais oferecem a cada indivíduo – o *foreground* do indivíduo (SKOVSMOSE, 2014). É uma questão de desenvolver habilidades para enfrentar os desafios encontrados na vida cotidiana, utilizando a matemática como ferramenta de compreensão do mundo.

Tradicionalmente, uma preocupação importante da educação tem sido a de preparar os alunos para sua futura participação nos processos de trabalho na sociedade. Mas tendências alternativas na educação têm enfatizado que ela deve também preparar os indivíduos para lidar com aspectos da vida social fora da esfera do trabalho, incluindo aspectos culturais e políticos. Em resumo, um dos objetivos da educação deve ser preparar para uma cidadania crítica (SKOVSMOSE, 2015, p. 89).

A perspectiva da Educação Matemática Crítica pode ser refletida na Educação Financeira: na próxima parte do capítulo, apresentaremos alguns fundamentos e argumentos a respeito da Educação Financeira Crítica.

3.2. Educação Financeira Crítica

A Educação Financeira visa oferecer aos indivíduos conhecimentos acerca de como conduzir as decisões financeiras que estão presentes em seu cotidiano: escolhas a respeito de compras, consumo, alimentação, lazer, educação e outras tantas atividades diárias. Para que as escolhas sejam adequadas, faz-se necessário uma visão crítica do mundo, tanto nos aspectos econômicos como financeiros, sociais e culturais. Desta forma, defendemos a abordagem da Educação Financeira Crítica, que visa preparar e formar cidadãos críticos, conscientes de seus direitos e deveres, que possam fazer escolhas que promovam o bem-estar no tempo presente e segurança e equilíbrio financeiro no futuro.

Em relatório da OCDE – Financial Education Programmes in school: Analysis of Selected Current Programmes and Literature - Draft Recommendations for Best Practices, Mundy (2008) aponta para a defasagem de conhecimentos, observada em pessoas de diversos países para a gestão dos próprios recursos financeiros:

Pesquisas em vários países mostraram que muitas pessoas não têm a habilidade para administrar bem seu próprio dinheiro. Ao mesmo tempo, as consequências, tanto para os indivíduos quanto para a sociedade em geral, de uma falha das pessoas em tomar as medidas adequadas para salvaguardar seu futuro financeiro, estão se tornando cada vez mais graves (MUNDY, 2008, p. 54).⁵

O relatório citado, que teve por objetivo analisar dados sobre programas de Educação Financeira desenvolvidos pelos países membros da OCDE, ressalta que

⁵ Research in a number of countries has shown that many people lack the ability to manage their Money well. At the same time, the consequences, both to individuals and Society are large, of a failure by people to take adequate steps to safeguard their financial future are becoming increasingly serious.

o objetivo destes programas é possibilitar que os indivíduos assimilem e adotem atitudes e comportamentos que contribuam para a independência e autonomia nas decisões financeiras de forma a promover o bem-estar no presente e no futuro. Os programas de educação financeira eficazes podem possibilitar o desenvolvimento de habilidades, comportamentos e atitudes que propiciarão boa gestão de seus recursos financeiros durante suas vidas (MUNDY, 2008).

Ponto comum nos programas de Educação Financeira relaciona-se à questão do desenvolvimento do pensamento crítico e da autonomia com consciência, em detrimento da ênfase ao consumo e imediatismo (SAITO, 2007). A Educação Financeira Crítica é um dos pilares fundamentais para a inserção do indivíduo na sociedade de consumidores, tornando-o autônomo, crítico e consciente com relação às decisões financeiras.

Em uma sociedade de consumidores, na qual os indivíduos são incentivados ao consumo por impulso e sem refletir sobre a questão da necessidade e disponibilidade de recursos, a Educação Financeira Crítica tem papel crucial. Não basta ser bancarizado e ter acesso ao crédito por meio de cartões de crédito, empréstimos e outras modalidades de produtos se o indivíduo não tem consciência de sua situação financeira para que adote decisões fundamentadas e conscientes. A ampliação da oferta de crédito e a diversidade de produtos financeiros ampliam a complexidade das decisões financeiras e fazem com que a Educação Financeira Crítica seja cada vez mais necessária:

A globalização, a inserção da economia brasileira no cenário mundial e a estabilização econômica ocasionaram profundas mudanças no mercado brasileiro, e o resultante desenvolvimento de novos instrumentos financeiros e a sua complexidade demonstram que os indivíduos e suas famílias necessitam compreender, cada vez mais, os conceitos financeiros, para embasar suas decisões de investimento e de financiamento, e maximizar seu bem-estar econômico e social (SAITO, SAVOIA e PETRONI, 2006, p.3)

Depara-se mais uma vez com o discurso de Bauman, quando afirma que as pessoas buscam a qualquer custo a sua inclusão na sociedade dos consumidores para se afastarem do risco de serem considerados consumidores falhos. Desta forma, os programas de educação financeira encontram cada vez mais eco e espaço nesta sociedade, a despeito da visão de que os programas de educação financeira existem para atender aos interesses do mercado financeiro.

Ole Skovsmose argumenta a favor da importância da integração entre a Educação Matemática e a Educação Crítica (SKOVSMOSE, 2015) e consideramos pertinente ampliar esta reflexão para a questão da Educação Financeira. A EF deve ser mais ampla que o domínio do cálculo de juros simples e compostos, porcentagem e sistema monetário. A Educação Financeira vai além: tem por objetivo promover o entendimento crítico do tema financeiro, incluindo saber orçar e gerir sua renda, poupar e investir, identificar necessidades e desejos, evitar golpes e fraudes, cuidar o bem-estar no presente, preparando para uma vida equilibrada no futuro (SCHENEIDER; ROSSETO; QUARTIERI; OLIVEIRA, 2018). Esta é a Educação Financeira Crítica, que vai contribuir para a formação de cidadãos críticos, éticos e livres, trafegando com tranquilidade no cenário econômico e financeiro atual quase sempre turbulento.

Gomes da Silva (2021) relaciona as contribuições da Educação Matemática Crítica para a Educação Financeira:

[...] para o ensino de Educação Financeira, os professores precisam ter domínio para trabalhar o tema em sala de aula, de forma crítica, reflexiva e contextualizada em aspectos sociais, considerando a cultura, o lugar de fala e potencialidades de cada indivíduo; em aspectos econômicos, considerando o ensino da linguagem e princípios econômicos do país; em aspectos matemáticos, que consideram o ensino da Matemática Básica e da Matemática Financeira; em aspectos psicológicos, ao considerar que a tomada de decisão é muito mais complexa do que ter apenas as informações, pois as diferentes heurísticas e vieses fornecem um atalho às muitas decisões que tomamos no cotidiano; e em aspectos políticos que indicam conhecer as ações governamentais que afetam os indivíduos e a sociedade como um todo. Faz-se necessário refletir sobre o consumo de recursos finitos e sobre como esse consumo se relaciona com o tempo, acometendo o presente e o futuro (GOMES DA SILVA, 2021, p. 17).

Educação Financeira Crítica é uma demanda presente e atual para a formação de cidadãos conscientes e críticos em uma sociedade menos desigual e que promova a inserção de todos. Educação Financeira é mais um campo de conhecimento que precisa ser ampliado e fortalecido, tanto na formação inicial quanto na formação continuada de professores e educadores.

Diante destas reflexões acerca da Matemática Crítica e Educação Financeira Crítica, cabe o questionamento sobre o educador: quem é esse profissional? Como é a sua formação? Como deveria ser a sua formação?

Na próxima seção, aprofunda-se a questão da formação docente em Educação Financeira Crítica.

3.3. Formação docente em Matemática Crítica e Educação Financeira

Com o objetivo de aprofundar a questão da formação docente em Educação Financeira, foi realizada pesquisa na base do Portal Brasileiro de Acesso Aberto à Informação Científica para identificar a produção científica e acadêmica – artigos e dissertações de mestrado – no período de 2012 a 2022. As palavras-chave utilizadas para a pesquisa foram: (i) Formação; (ii) Matemática Crítica; e (iii) Educação Financeira. O intuito deste levantamento foi verificar se a questão da formação do formador em Educação Financeira e Matemática Crítica tem sido abordada nas produções científicas e acadêmicas.

Como resultado dos parâmetros utilizados foram selecionados 67 documentos, entre artigos e dissertações de mestrado. Analisando os documentos apontados pelo levantamento, foram identificados 21 documentos que tratam diretamente da formação de formadores – inicial e continuada – para o trabalho com o tema Educação Financeira e/ou Matemática Crítica, sendo 14 dissertações de mestrado e 5 artigos em periódicos da área de Educação Matemática.

Ao refinar a análise dos documentos, constatamos a ocorrência de citações a respeito de formação de formadores para os temas Matemática Crítica e Educação Financeira em 2 artigos e 5 dissertações de mestrado. A primeira constatação é que a questão da formação de formadores para o desenvolvimento do tema Educação Financeira ainda é bem pouco explorada nas produções científicas.

Com relação à inserção do tema Educação Financeira na BNCC, a preocupação com a formação dos professores está presente, conforme artigo de Baroni e Maltempi:

A recente homologação da Base Nacional Comum Curricular reforça a necessidade de se pensar no desafio de promover a Educação Financeira, desde as séries iniciais da educação escolar até a formação em nível superior, em especial nos cursos de formação do professor de Matemática, devido ao elo existente entre a Educação Financeira e a Matemática Financeira (BARONI, MALTEMPI, 2019, p. 248).

A Educação Matemática Crítica – proposta por Skovsmose – está alinhada à Educação Financeira, pois pressupõe a aprendizagem da matemática como forma de promover o desenvolvimento de indivíduos críticos e conscientes do seu papel na sociedade, o que é de suma importância para a aprendizagem dos conceitos de Educação Financeira. Mais do que aprender a poupar para gastar no futuro, a Educação Financeira Crítica (sobreposição da Educação Financeira com a Matemática Crítica) pretende o entendimento dos conceitos básicos de educação financeira para a formação de consumidores conscientes e socialmente responsáveis:

[...] a inserção da EF no ambiente escolar e, conseqüentemente, a formação docente e as atividades desenvolvidas para esse trabalho, ocorram numa perspectiva crítica, abordando discussões que não se limitam ao “poupar hoje para comprar amanhã” ou que direcione a prática docente ao ensino de como os alunos devem agir. Entendemos e defendemos no presente estudo, que a EF tem como objetivo, dentre outros, mobilizar ambientes de reflexão para que os alunos possam tomar decisões de forma consciente e crítica (OLIVEIRA, 2017, p.149).

A Matemática Crítica é apontada por Reis (2013) como fundamental para oferecer à Educação Financeira uma perspectiva de formação de indivíduos críticos e conscientes:

Ensinar MF, na perspectiva da EMC, significa explorar e desenvolver competências que torne os estudantes participativos e críticos no modo como a MF realiza-se em suas vidas (REIS, 2013. p.21).

Para Pontes da Silva (2018), a utilização de cenários para investigação propostos pela Educação Matemática Crítica de Skovsmose é importante ferramenta para os professores, independentemente do nível de conhecimento sobre o tema Educação Financeira:

Concluimos ser possível criar cenários para investigação em aulas de Educação Financeira, mesmo que os professores tenham pouco conhecimento sobre o tema. Contudo, reforçamos a necessidade de serem desenvolvidas ações de formação continuada nessa área (PONTES DA SILVA, 2018, p.191).

Teixeira da Silva (2017), aponta a articulação entre a Educação Financeira e a Educação Matemática Crítica ao enfatizar a importância da aproximação dos

profissionais das duas áreas para potencializar a implementação dos conteúdos de Educação Financeira como tema transversal na educação:

[...] necessidade de que a Educação Financeira seja discutida por educadores matemáticos, na medida em que parece haver forte articulação entre elas, podendo a Educação Matemática Crítica ajudar e potencializar o trabalho com Educação Financeira na escola (TEIXEIRA DA SILVA, 2017, p.160)

Os conteúdos de Educação Financeira são apontados como um convite ao diálogo crítico por Hartmann (2021), em sintonia com o posicionamento de Gianetti (2012) que destaca o impacto da situação financeira na construção da identidade do indivíduo consumidor:

Entendemos que, embora muito precise ser feito, cada vez mais estamos nos aproximando de uma Educação Financeira como um convite a ações e diálogos críticos, acerca do contexto social, financeiro e econômico dos indivíduos, visando a melhoria da qualidade de vida das pessoas e da sociedade em que vivem, proporcionando tomadas de decisão, pautadas em aspectos econômicos, financeiros, sociais, culturais e comportamentais (HARTMANN, 2021, p.161).

Baroni e Maltempi (2019) apoiam a inserção da Matemática Financeira nos currículos de licenciatura, mas advertem para a necessidade de diferenciação com a Educação Financeira – que é mais ampla que a transmissão de conceitos matemáticos, visto que abrange também aspectos sociais, econômicos e culturais. Aspecto esse apontado pela BNCC, quando considera a Educação Financeira como tema transversal em todas as trilhas de conhecimentos da educação básica.

O grupo de formadores de professores, a partir de uma análise inicial, parece compreender ser evidente a presença da Matemática Financeira nos currículos da Licenciatura, mas que lecionar Matemática Financeira é diferente de promover Educação Financeira, visualizando os espaços da primeira, mas compreendendo que a segunda parece abranger um campo de atuação maior, não se restringindo a abordagem matemática e não sendo possível de ser contemplada em uma única disciplina durante a graduação (BARONI, MALTEMPI, 2019, p. 255).

Em artigo que analisa a produção científica sobre a formação de professores e educação financeira apresentada nas edições XX e XXI do Encontro Brasileiro de Estudantes de Pós-Graduação em Educação Matemática (EBAPREM), Aguiar,

Neres e Sales (2022) apontam a necessidade de ampliação das discussões acerca da formação dos professores e formadores para a implementação da Educação Financeira na educação brasileira:

Os resultados revelaram que se faz necessário, principalmente nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, fazer mais discussões com professores que trabalham com Educação Financeira, com os alunos e principalmente com os cursistas da formação inicial (AGUIAR, NERES, SALES, 2022, p.1)

Hartmann (2021) reforça a importância da inserção da temática Educação Financeira nas escolas, destacando a necessidade da formação de professores. Pode-se relacionar este posicionamento à visão de Shulman a respeito da base do conhecimento docente, que tem como uma de suas categorias o conhecimento do conteúdo. Para que o tema Educação Financeira seja inserido como transversal na educação, necessário se faz inserir na formação dos formadores e/ou professores o embasamento mínimo de conhecimentos sobre o referido tema.

Retomando as reflexões sobre a importância de a temática referida ser discutida nas escolas, visualizamos a necessidade de formação de professores, seja inicial ou continuada, para que estejam preparados para a abordagem da Educação Financeira no ambiente escolar (HARTMANN, 2021, p. 21).

Na dissertação de Melo (2019) encontra-se mais uma vez o reforço da necessidade de estruturação e oferecimento de formação em Educação Financeira para professores, seja na formação inicial ou continuada:

Como proposições de estudos futuros, acreditamos ser importante o oferecimento de um curso de formação em EFE em uma perspectiva crítica para um grupo maior de professores (MELO, 2019, p. 101).

As dissertações e artigos analisados reforçam o nosso posicionamento acerca da importância da formação dos formadores para que a Educação Financeira seja inserida de forma eficiente na educação formal e não formal. Somente tendo conhecimento do conteúdo de Educação Financeira que o formador poderá estruturar atividades e cenários de investigação para que estes conteúdos façam sentido para os alunos e que os auxiliem a assumir o controle de sua vida financeira de forma responsável, consciente e sustentável.

Para a implementação de programas de educação financeira eficazes, não podemos deixar de apontar a importância da formação dos professores, educadores e/ou monitores para que possam dominar o tema a ser compartilhado com os alunos. Os programas de Educação Financeira serão tão ou mais eficientes quanto os educadores dominarem efetivamente competências e habilidades para a gestão financeira de recursos e estiverem verdadeiramente engajados com a importância da Educação Financeira Crítica para a formação integral dos indivíduos por ele formados.

No próximo capítulo discutimos a questão da formação do educador de uma forma geral e, mais especificamente, da formação do educador com relação aos conteúdos de Educação Financeira.

CAPÍTULO 4 – FORMAÇÃO DO FORMADOR

Para refletir sobre a inserção da Educação Financeira como tema transversal na Educação Básica e, especialmente na Educação Profissional e na Educação Não Formal, faz-se necessário um olhar atento aos embasamentos teóricos sobre a formação de formadores e a construção dos saberes docentes. O entendimento da construção do conhecimento do profissional da educação – os saberes docentes - é de fundamental relevância para a reflexão acerca da formação do formador para a inserção da Educação Financeira na sua atuação no ensino.

4.1. O caráter fluido do fazer docente

A prática educativa está repleta de desafios: a formação do profissional, a construção dos saberes, a busca constante de aperfeiçoamento, os diferentes perfis do corpo docente, entre outras. O ditado utilizado por Zabala (1998) para representar o desafio de ensinar é rico e inspirador: ‘às vezes as árvores não nos deixam ver a floresta’ (ZABALA, 1998, p.10).

Trazendo esta reflexão para a prática educativa, podemos entender que o docente deve ter o olhar para cada um de seus alunos, para cada aspecto do currículo e para cada objetivo estabelecido pela instituição, sem deixar de considerar a inserção de todos esses parâmetros na realidade maior em que estão inseridos, isto é, o contexto da sociedade como um todo. Então, para além das diretrizes formais e legais acerca dos currículos a serem desenvolvidos, cabe ao formador a intrincada e delicada tarefa de transformar esses conhecimentos para uma forma palatável e propícia ao aprendizado dos alunos.

Para Zabala (1998) a prática educativa também tem um caráter líquido: o fazer docente está inserido em um contexto fluído, onde transitam a complexidade e a simplicidade, os valores, crenças e hábitos pedagógicos. Para entender a prática docente, é necessário afastar-se para olhar o todo, assim como não podemos perder de vista a floresta ao fixarmos apenas nas árvores. Cada situação de ensino é diversa, cada aluno é distinto e cada atuação do formador é única, mas sem perder a coerência com os parâmetros estabelecidos pela legislação do ensino.

Os professores, denominados docentes por Zabala (1998), são aqueles profissionais que se dedicam diariamente à solução de problemas para que o

processo de aprendizagem seja bem-sucedido. Cabe aos docentes perceber o contexto em que atuam, identificar as necessidades e habilidades de seus alunos e selecionar as estratégias para que a tarefa de ensinar seja exitosa.

O conhecimento dos processos de aprendizagem favorece a atuação do docente principalmente com relação ao respeito à diversidade e à individualidade de cada um de seus alunos. Cabe ao docente traduzir os conhecimentos a serem transmitidos de acordo com as habilidades, necessidades e nível cognitivo de seus alunos. Conhecer em profundidade o perfil do corpo discente é fator decisivo para o sucesso do processo de aprendizagem, como comenta Zabala:

A natureza dos esquemas de conhecimento de um aluno depende de seu *nível de desenvolvimento* e dos *conhecimentos prévios* que pôde construir; a situação de aprendizagem pode ser concebida como um processo de comparação, de revisão e de construção de esquemas de conhecimento sobre os conteúdos escolares (ZABALA, 1998, p. 37).

O fazer docente deve estar alicerçado em bases sólidas de conhecimento, mas ter fluidez suficiente para se adaptar ao perfil de cada corpo discente. A solidez e a fluidez representam duas dimensões do fazer docente.

4.2 Saberes docentes

A partir do olhar de Zabala para como são estruturados os conteúdos a serem desenvolvidos com os alunos – “o que se deve saber”, “o que se deve saber fazer?” e “como se deve ser”, podemos levantar outros questionamentos: “o que o professor deve saber?”, “como o professor assimila esses saberes?”, “como o professor aprende a ser professor?”. Analisar os ‘saberes docentes’ é indispensável para a compreensão sobre o processo educacional e suas finalidades.

A questão dos saberes docentes é amplamente analisada e estudada por Maurice Tardif (2014) em *Saberes Docentes e Formação Profissional*:

Quais são os saberes que servem de base ao ofício de professor? Noutras palavras, quais são os conhecimentos, o saber-fazer, as competências e as habilidades que os professores mobilizam diariamente, nas salas de aula e nas escolas, a fim de realizar concretamente as suas diversas tarefas? Qual é a natureza desses saberes? (TARDIF, 2014, p.9)

Para Zabala e Arnau (2010), a finalidade principal da educação deve consistir no pleno desenvolvimento do ser humano em sua dimensão social. Para Tardif (2014), o saber é social, compartilhado pelo grupo de indivíduos que atuam como professores e é estruturado sobre as diretrizes do sistema educacional. Esse saber – ou saberes produzidos socialmente – é assimilado pelo professor que, para além de conhecer os saberes a serem ensinados, deve desenvolver sua maneira de ensinar – que constitui o saber-ensinar. O trabalho intermedia a relação do professor com os saberes, relações estas que possibilitam ao professor a elaboração e implementação de estratégias para enfrentar as situações vivenciadas em sala de aula no processo de ensino.

Os saberes docentes, na visão de Tardif (2014) são plurais, originados na formação profissional e nos conhecimentos das disciplinas a que se dedica, como Matemática, História, Línguas, dentre outras. Para a consolidação dos saberes docentes contribuem ainda os saberes curriculares – aqueles relacionados aos discursos, objetivos, conteúdos e métodos definidos pela instituição educativa – e os saberes experienciais, que são os saberes individuais adquiridos pela prática no dia a dia do ensino, seja na educação básica, profissional ou universitária.

A análise crítica da própria experiência e a importância da prática possibilitam a consolidação dos saberes docentes, que estão permanentemente em ampliação e/ou atualização. Fazendo um paralelo com a visão de uma sociedade líquida, proposta por Bauman (1998), os saberes docentes estão sempre em movimento, seja para acompanhar as inovações tecnológicas, seja para possibilitar o diálogo mais transparente com todos os personagens envolvidos no processo educativo.

Os estudos sobre a formação e o desenvolvimento profissional de professores tem sido influenciados sobremaneira pelas contribuições de Lee Shulman. Mizukami (2004) destaca a reflexão de Shulman sobre como o professor aprende a ensinar aos alunos o que conhece e aprendeu anteriormente: o ensino pode ser entendido como a construção de pontes entre o professor e os alunos, uma vez que há um fluxo de mão dupla entre as suas mentes, onde transitam conhecimentos, representações e saberes.

De acordo com essa visão, os saberes docentes são compostos por conhecimentos de conteúdo específicos – diferentes conceitos de disciplinas específicas –, conhecimentos pedagógicos gerais – como funciona o processo de ensinar e aprender – e o conhecimento pedagógico do conteúdo – onde o professor atua como protagonista, transformando seu conhecimento de conteúdo específico, de acordo com os propósitos do ensino e diversidade dos alunos. Esse último – o conhecimento pedagógico do conteúdo – é considerado como a contribuição mais inovadora de Shulman (1987, 2016) para o campo de estudos dos Saberes Docentes.

A partilha dos saberes com outros professores surge dentro do contexto educativo: a colaboração entre professores promove a construção e consolidação dos saberes docentes, aprofundando a sua formação profissional. O compartilhamento de saberes entre os pares é uma oportunidade de traduzir ou retraduzir a formação teórica adquirida, adequando-a aos matizes da realidade encontrada na sala de aula. Essa experiência prática possibilita uma visão crítica dos saberes adquiridos na formação e na prática profissionais, validados pela prática cotidiana e pela avaliação dos pares.

4.3. Construção do conhecimento para o ensino

Os próprios professores, educadores ou formadores, ao serem questionados, têm dificuldades em apontar com clareza como articulam o que sabem, como o sabem e como ensinam. É condição *sine qua non* para o ensino eficaz que o professor perceba e compreenda o que deve ser aprendido e como deve ser ensinado. Shulman (1987, 2016) propõe uma relevante discussão acerca da base de conhecimento para o ensino, isto é, quais são as habilidades básicas, os conhecimentos de conteúdo e as habilidades pedagógicas necessárias para os professores visando garantir o sucesso do processo de ensino-aprendizagem.

Mizukami (2004) apresenta a visão de Shulman a respeito da base do conhecimento docente, que pode ser organizado nas seguintes categorias: (1) conhecimento do conteúdo; (2) conhecimento pedagógico geral; (3) conhecimento do currículo; (4) conhecimento pedagógico do conteúdo; (5) conhecimento dos alunos e de suas características; (6) conhecimento de contextos educacionais; e (7) conhecimento dos fins, propósitos e valores da educação e de sua base histórica e filosófica. Estes sete conhecimentos são agrupados em três níveis: conhecimento

do conteúdo em si, conhecimento curricular do conteúdo e conhecimento pedagógico do conteúdo.

Cabe ressaltar que conhecimento pedagógico do conteúdo é o conhecimento que possibilita ao professor identificar e assimilar os conhecimentos necessários para ensinar. Trata-se de saber transformar o conhecimento que possui para que possa ser assimilado pelos alunos – construir pontes para o compartilhamento de conhecimentos e aprendizagem, adequando um conteúdo específico de acordo com necessidades e perfil de determinada turma de alunos. Fernandes (2015) resalta que para Shulman, esse conhecimento – Conhecimento Pedagógico do Conteúdo ou Pedagogical Content Knowledge, PCK na sigla em inglês – é o conhecimento que diferencia um professor de uma disciplina de um especialista dessa mesma disciplina. É um tipo de conhecimento específico de conhecimento de professores, pois não basta conhecer o conteúdo; é indispensável conhecer como ensinar este determinado conteúdo.

Com relação à compreensão sobre os modos pelos quais os professores aprendem e, também, como aprendem a ensinar, considerando a diversidade de comunidades e contextos em que atuam, Shulman (2008/2009) aponta importantes reflexões para aprofundamento desta questão. Os professores encontram em suas práticas profissionais diversos desafios, em especial, com relação ao desenvolvimento profissional docente. O que se aprende nas escolas, nas universidades e nas instituições de ensino está, muitas vezes, bem distante da realidade encontrada pelo docente no dia a dia de sua prática. Cabe ao docente traduzir os conceitos aprendidos em atividades e experiências que façam sentido para os alunos, propiciando a aprendizagem.

Os modelos teóricos estruturados por Shulman para compreender como e o que os professores aprendem, visam identificar e detalhar como os professores aprendem ao adotarem uma reflexão crítica a respeito da própria prática. Para o desenvolvimento da competência do professor, Shulman (2016) aponta as principais características como:

- visão de salas de aula que constituam comunidades de aprendizagem;
- disposição e persistência para implementar comunidades de aprendizagem;

- conhecimento dos conceitos e princípios desse tipo de ensino;
- engajados em práticas pedagógicas que favoreçam a realidade pragmática e funcional, que aprendam com as experiências próprias e do grupo e adotem uma postura reflexiva e ativa sobre suas ações;
- capazes de trabalhar como membros ativos em comunidades de aprendizagem.

A partir destas características, Shulman estabelece as bases para o novo modelo de aprendizagem docente e o conceito de professor competente:

Na forma de lista, o novo modelo sustenta que as características do desenvolvimento do professor competente e, portanto, da aprendizagem docente são: visão, motivação, compreensão, prática, reflexão e comunidade (SHULMAN, 2016, p. 124).

A reflexão sobre a própria prática e o compartilhamento de experiências profissionais com pares, paralelamente à formação continuada, propiciam ao docente o seu desenvolvimento profissional de maneira integral. A importância da reflexão sobre a própria prática e a dimensão social e coletiva da atuação do professor ficam evidenciadas nos estudos de Zabala, Tardif e Shulman.

Com relação ao ensino reflexivo, Mizukami (2010) considera que é uma ferramenta para que os professores se conscientizem e se apropriem das crenças, valores pessoais que fundamentam sua própria prática. Quando os professores refletem, descrevem, analisam e fazem inferências sobre a própria prática, são capazes de estabelecer os próprios princípios e conhecimentos pedagógicos.

[...] há um acordo geral no sentido de que o professor reflexivo é aquele capaz de analisar a própria prática e o contexto no qual ela ocorre, de avaliar diferentes situações de ensino/escolares, de tomar decisões e de ser responsável por elas (MIZUKAMI, 2010, p.51).

Os professores reflexivos, sob a ótica de Mizukami, são aqueles que apoiam sua prática pedagógica nos componentes do conhecimento docente, estabelecido por Shulman – conhecimento do conteúdo em si; conhecimento curricular do conteúdo e conhecimento pedagógico do conteúdo. A reflexão acerca da própria prática é característica importante no perfil do professor.

4.4 Dimensões da formação docente

Quem são os profissionais da educação e como se dá a sua formação na dimensão da legislação? A resposta encontra-se no disposto no parágrafo único do Artigo 61 da LDB – nº 9.394/1996, alterado pela Lei nº 12.014/2009:

Art. 61 Consideram-se profissionais da educação escolar básica os que, nela estando em efetivo exercício e tendo sido formados em cursos reconhecidos, são:

I – professores habilitados em nível médio ou superior para a docência na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio;

II – trabalhadores em educação portadores de diploma de pedagogia, com habilitação em administração, planejamento, supervisão, inspeção e orientação educacional, bem como com títulos de mestrado ou doutorado nas mesmas áreas;

III – trabalhadores em educação, portadores de diploma de curso técnico ou superior em área pedagógica ou afim.

Parágrafo único. A formação dos profissionais de educação, de modo a atender às especificidades do exercício de suas atividades, bem como aos objetivos das diferentes etapas e modalidades da educação básica, terá como fundamentos:

I – a presença de sólida formação básica, que propicie o conhecimento dos fundamentos científicos e sociais de suas competências de trabalho;

II – a associação entre teorias e práticas, mediante estágios supervisionados e capacitação em serviço;

III – o aproveitamento da formação e experiências anteriores, em instituições de ensino e em outras atividades. (BRASIL, 2009)

A formação de educadores tem como objeto principal a aquisição e o desenvolvimento dos Saberes Docentes. E falar em Saberes Docentes implica questionar e analisar a questão da Formação dos Formadores, de uma forma geral e sob a ótica da Educação Financeira. O formador precisa construir a sua base de conhecimento de Educação Financeira para que possa inserir esse tema nas disciplinas em que atua.

Em alinhamento com a colocação de Ramirez (2014), pode-se intuir que a atuação do formador – sob a dimensão econômica – está sob influência direta de um mundo globalizado, de uma sociedade de consumidores e da construção da identidade do próprio formador, enquanto profissional da educação.

A globalização minimizou as distâncias e as influências no campo da educação tornaram-se mais intensas e rápidas. Organizações internacionais como a OCDE realizam pesquisas e desenvolvem projetos para orientar as iniciativas dos países com relação à educação, incluindo a Educação Financeira, mas é necessário um olhar crítico para esses projetos, visando identificar a favor de quem

efetivamente estão: do mercado financeiro ou do indivíduo consumidor, com restrito e insuficiente acesso aos conhecimentos de Educação Financeira?

A sociedade de consumo e a ampliação do acesso à bancarização trazem benefícios para as pessoas, mas também comprometem a renda e o equilíbrio financeiro dos indivíduos que não receberam nenhuma orientação financeira nos anos que passaram pelo sistema de educação formal e não formal. E essa demanda de conhecimentos sobre Educação Financeira sobrecarrega o educador, que passa a ter que dar conta também do ensino deste tema – ele que tampouco foi preparado para tal, trabalhando para fortalecer as instituições financeiras e ampliar as dificuldades de sobreviver numa sociedade de consumidores. Aqui fica evidente a importância e a necessidade do olhar cuidadoso sobre a formação do educador para trabalhar com os conteúdos de Educação Financeira.

A construção da identidade do formador – dimensão identitária – inicia-se quando da sua entrada na educação básica: no ofício de aluno, o potencial e futuro formador observa a prática cotidiana do ofício do professor e se depara com modelos de atuação que terão influência significativa na sua forma de atuação quando tornar-se formador. A identidade como professor, educador ou formador vai sendo construída por meio da formação prática, inicial e continuada.

[...] a docência é uma profissão que se aprende pela vivência da discência. [...] a docência é uma profissão que se aprende desde que se entra na escola, pela observação do comportamento dos nossos professores. [...] O professor utiliza, para transmitir o saber profissional, o seu próprio saber profissional. Isto é, um profissional de ensino, ao ensinar, transmite inevitavelmente conhecimentos e atitudes sobre esse processo de ensino, pelo que diz e pelo que faz (FORMOSINHO, 2009, p. 98).

A formação inicial proporciona um bom suporte para a atuação como formador, segundo Mizukami (2010) que, baseando-se nos estudos de Imbernón, afirma que o papel da formação inicial é fornecer as bases para construir um conhecimento pedagógico especializado. Essa base será fundamental para o desempenho do papel de formador, com base em princípios éticos e conhecimentos científicos.

[...] dotar o futuro professor ou professora de uma bagagem sólida nos âmbitos científico, cultural, contextual, psicopedagógico e pessoal deve capacitá-lo a assumir a tarefa educativa em toda sua complexidade, atuando reflexivamente com a

flexibilidade e o rigor necessários, isto é, apoiando suas ações em uma fundamentação válida para evitar cair no paradoxo de ensinar a não ensinar ou em uma falta de responsabilidade social e política que implica todo ato educativo [...] (IMBERNÓN, 2006 p.60-61).

Entretanto, a formação inicial não encerra o percurso da formação do formador. A formação prática e a formação continuada são impreterivelmente necessárias para a formação integral do futuro formador. O docente, como profissional totalmente inserido na prática educativa está, para Zabala (1998), sempre em busca de aperfeiçoamento e da ampliação de sua competência profissional. A formação continuada torna-se indispensável para o alcance desses objetivos e determinam a melhoria contínua da atividade profissional docente. A percepção e avaliação da própria atuação e a comparação com a prática educativa de seus pares propicia ao docente a compreensão da própria prática.

Formosinho (2009) decompõe a formação prática do professor em três etapas distintas: (i) desempenho do ofício de aluno; (ii) prática docente dos seus formadores na formação inicial; (iii) prática pedagógica. Todos os potenciais e futuros formadores, na formação inicial, possuem uma imagem consolidada sobre o que é ser aluno e o que é ser professor. A partir desta percepção e da formação pedagógica propriamente dita, o futuro formador vai construir a sua identidade e forma de atuação, desenvolvendo competências práticas indispensáveis para o desempenho docente adequado, responsável e ético.

Para Machado e Formosinho (2009), a função docente é uma atividade profissional complexa que exige uma formação continuada dos professores. A formação continuada é importante para o fortalecimento e valorização do saber docente e deve ser proporcionada de forma articulada ao desempenho profissional, de forma a ampliar os saberes docentes, incluindo o saber experiencial e o científico. A formação do formador é um processo que se prolonga durante toda a vida: jamais poderemos afirmar que a formação do formador está concluída.

O novo perfil do formador, decorrente do cenário mundial atual, determina mudanças no conceito e estruturação da formação do formador para que possa responder às demandas de um mundo em constante mudanças em um ritmo frenético:

Coerentemente com o novo perfil do professor, o conceito de formação docente é relacionado ao de aprendizagem permanente, que considera os saberes e as competências docentes como resultados não só da formação profissional e do exercício da docência, mas também de aprendizagens realizadas ao longo da vida, dentro e fora da escola (MIZUKAMI, 2010, p. 31).

Mizukami (2010) apresenta pesquisa realizada por Torres, onde o formador desejado é caracterizado como um sujeito polivalente, competente, agente de mudança, prático, reflexivo, investigador, intelectual crítico e transformador. Dentre outras características apontadas na pesquisa, o formador domina os saberes, provoca e facilita aprendizagens, reflete criticamente sobre seu papel e sua prática pedagógica, desenvolve e ajuda os alunos a desenvolverem conhecimentos, valores e habilidades para a inserção cidadã na sociedade em que vivem. Ao formador, além do domínio dos aspectos teóricos sobre determinados campos de conhecimento, são exigidos conhecimentos e habilidades relativas ao desenvolvimento integral do indivíduo que tem como aluno.

Para Nóvoa (2019), o formador precisa, além de conhecimentos científicos das disciplinas, de conhecimento científico em Educação, que abrange didática, currículo, psicologia, entre outros. Esses dois tipos de conhecimento são complementados pelo conhecimento profissional docente, pelo embasamento cultural e a identidade profissional dos professores. Segundo Tardif (2002), a formação docente deve ter como base os conhecimentos próprios da profissão docente, além de outros conteúdos curriculares relacionados com a prática profissional e o contexto em que se realiza esta prática.

A formação de formadores – seja inicial, prática ou continuada – é relevante para a qualidade da prática docente que favorece a aprendizagem e possibilita o desenvolvimento de todos os atores do processo – formadores e formandos. A excelência na formação de formadores contribui para a atuação crítica e consciente dos futuros formadores, que poderão se transformar em agentes de mudança na sociedade em que estão inseridos, por meio do exercício pleno da cidadania.

Nóvoa (1988) considera que, na sociedade contemporânea, a profissão de formador é uma das profissões mais difíceis, mas também das mais apaixonantes. Para a excelência na formação de formadores, o autor destaca alguns princípios:

1º O adulto em situação de formação é portador de uma história de vida e de uma experiência profissional. [...] Mais importante do que formar esse adulto é refletir sobre o modo como ele próprio se forma.

2º A formação é sempre um processo de transformação individual, na tripla dimensão do saber (conhecimentos), do saber-fazer (capacidades) e do saber-ser (atitudes).

3º A formação é sempre um processo de mudança institucional, devendo por isso estar intimamente articulada com as instituições onde os formandos exercem a sua atividade profissional.

4º Formar não é ensinar às pessoas determinados conteúdos, mas sim trabalhar coletivamente em torno da resolução de problemas. A formação faz-se na ‘produção’, e não no ‘consumo’ do saber.

5º A formação deve ter um cariz essencialmente estratégico, preocupando-se em desenvolver nos formandos as competências necessárias para mobilizarem em situações concretas os recursos teóricos e técnicos adquiridos durante a formação.

6º E não nos esqueçamos nunca de que, como dizia Sartre, o homem caracteriza-se pela capacidade de ultrapassar as situações, pelo que consegue fazer com que os outros fizeram dele (NÓVOA, 1988, p. 172-175).

Os princípios apontados por Nóvoa corroboram com a importância de pensar na formação de formadores como um processo complexo, contínuo e infinito enquanto durar a prática docente. A reflexão sobre as vivências e os contextos sociais, culturais vivenciados pelo formador em formação serão componentes relevantes para o resultado a longo prazo do próprio processo de formação. A formação de formadores envolve ‘ação’, ‘investigação’ e ‘inovação’ para construção dos saberes docentes e deve envolver toda a comunidade educacional.

Mizukami (2010) afirma que a colaboração é a base de todo o trabalho desenvolvido pela equipe docente. A autonomia do coletivo de formadores deve ser incentivada e privilegiada acima da questão curricular e de regulação. O formador deve ser o protagonista do seu processo de formação e da formação de seus alunos.

Fiorentini e Crecci (2016) afirmam que a investigação da própria prática tem se tornado um aspecto presente tanto na formação inicial quanto na formação continuada do professor. Os autores apresentam o posicionamento de Cochram-Smith e Lytle acerca de três diferentes concepções de aprendizagem docente com base na análise das relações entre conhecimento e prática profissional: (i) Conhecimento PARA prática; (ii) Conhecimento NA prática; e (iii) Conhecimento DA prática.

A primeira concepção – conhecimento PARA prática, refere-se aos conhecimentos formais e teorias desenvolvidos por especialistas e acadêmicos para

que os professores possam utilizar e aplicar na prática docente. Sob essa ótica, os problemas da prática profissional podem ser solucionados através da aplicação de teorias e técnicas originadas na pesquisa acadêmica.

Como segunda concepção – conhecimento NA prática – Cochran-Smith e Lytle consideram que os conhecimentos essenciais para a atuação docente são de natureza prática, não sendo, portanto, passíveis de serem ensinados e sim são aprendidos mediante a própria experiência prática e também pelo compartilhamento de experiências entre os professores.

Desta forma, os professores são considerados os próprios produtores e construtores da ação educativa:

Embora as pesquisadoras reconheçam que os professores aprendem e produzem conhecimentos relevantes na prática, mediante reflexão na ação e sobre a ação de ensinar e aprender, elas propõem que os professores também desenvolvam conhecimentos e teorias por meio da investigação da própria prática, constituindo comunidades investigativas locais conectadas com outras comunidades mais amplas ou globais (FIORENTINI; CRECCI, 2016, p. 511).

Com base nesta perspectiva, Cochran-Smith e Lytle definem a terceira concepção: conhecimento DA prática, que consiste em considerar que o conhecimento relativo ao ensino é um saber composto tanto pelo conhecimento formal quanto pelo conhecimento prático. A própria prática é considerada como objeto de investigação para a reflexão sobre o conhecimento necessário para a ação educativa.

Alguns questionamentos surgem a partir do exposto sobre o conhecimento docente: quais seriam os conhecimentos necessários para a construção do conhecimento e ensino da Educação Financeira? Quais são as fontes para a base do conhecimento do ensino de Educação Financeira?

Para atender à demanda de inserção da Educação Financeira como tema transversal na Educação Básica, na Educação Profissional e Tecnológica e, mais especificamente, na Educação Não Formal – foco da presente pesquisa – necessário se faz o questionamento sobre como o formador vai ensinar o que não tem conhecimento e não foi formado para tal? Como encontrar coerência para ensinar aquilo que não teve acesso na própria formação e como se apropriar deste conhecimento para desenvolver suas aulas? Como fazer com que os formadores de

jovens aprendizes se identifiquem com o tema EF e passem a atuar contagiando os jovens para o tema?

Estes questionamentos são o cerne deste projeto de pesquisa que se propõe a refletir sobre quais os desafios para elaborar e implementar um projeto de formação em educação financeira para educadores de um programa de capacitação de jovens aprendizes.

4.5 Comunidades de Prática

Segundo Fiorentini e Crecci (2018) e Wenger (2012), Comunidades de Prática – também denominadas Comunidades Colaborativas, Comunidades Investigativas, Comunidades de Aprendizagem Profissional ou Grupos Temáticos – é um conceito seminal apresentado por Wenger em seus estudos relativos à aprendizagem das pessoas para além dos muros da escola. Para Wenger (2012), as pessoas aprendem socialmente através das redes e comunidades implantadas pelas organizações, instituições ou pelos próprios indivíduos que tenham motivação em debater e refletir acerca de temas do seu interesse.

Comunidades de Prática são grupos de pessoas que compartilham uma preocupação ou paixão por algo que fazem e para aprender a fazê-lo melhor à mediada que interagem regularmente (WENGER, 2011, p.1).⁶

Fiorentini e Ximenez (2018), ao analisar a questão da Comunidade de Prática na formação de professores em comunidades colaborativas no interior da Amazônia, apresentam o conceito de Comunidade de Prática formulado por Lave e Wenger em 1991, considerado como o conceito seminal:

Uma comunidade com postura investigativa e/ou comunidade de prática é entendida por Lave e Wenger (1991) como um grupo de indivíduos que participam juntos de uma prática social em que compartilham percepções sobre suas atividades em diferentes contextos, o que influencia em suas vidas (FIORENTINI; XIMENEZ, 2018, p. 268).

Para Wenger (2012), participar de uma comunidade de prática significa apropriar-se da prática, dos saberes e valores do grupo, contribuindo com o

⁶ Communities of practice are groups of people who share a concern or a passion for something they do and learn how to do it better as they interact regularly (Wenger, 2011, p.1).

compartilhamento da própria experiência, saberes e valores. Uma comunidade de prática pressupõe o compromisso mútuo, uma prática conjunta e um interesse comum.

A aprendizagem pode ser a mola propulsora da constituição da Comunidade de Prática, como também pode ser o produto da interação entre os membros que constituem essa comunidade. Entretanto, nem todas as comunidades podem ser classificadas como Comunidades de Prática – grupos de vizinhos, grupos em redes sociais, torcedores de um determinado time, clientes de uma determinada marca – não podem ser considerados como membros de uma Comunidade de Prática.

Shulman (2008) indica as características indispensáveis para a constituição de uma Comunidade de Prática:

- 1) Domínio: corpo de técnicas e saberes que gera senso de responsabilidade e identidade do grupo caracterizado pelo compartilhamento de interesses comuns;
- 2) Comunidade: a partir do interesse pelo domínio, ocorre o engajamento dos membros em atividades e discussões, apoio mútuo e compartilhamento de informações;
- 3) Práticas: modos de agir dos membros que efetivamente são praticantes na área de domínio e compartilham experiências, ferramentas, modelos e conhecimentos sobre o domínio específico da própria comunidade.

As Comunidades de Prática, segundo Shulman (2008), podem apresentar uma variedade de atividades, tais como: solução de problemas, busca de informações, compartilhamento de experiências, reutilização de recursos, estabelecimento de ações conjuntas, desenvolvimento de projetos, mapeamento de conhecimento e necessidades, entre outras. Tais comunidades propiciam a aproximação entre os profissionais e possibilitam a aprendizagem com o outro e a partir de cada um (WENGER, 2011, p. 4).

[...] o novo modelo sustenta que as características do desenvolvimento do professor competente, e, portanto, da aprendizagem docente, são: visão, motivação, compreensão, prática, reflexão e comunidade (SHULMAN, 2008, p.124).

Com aplicação em diversas áreas – organizações governamentais, da iniciativa privada e instituições de classes entre outras – as Comunidades de Prática também têm vasta aplicação na área educacional, especialmente na formação de professores. Na educação, onde a aprendizagem é o foco e o objetivo da ação, as Comunidades de Prática propiciam a troca de experiências, o aprendizado com o outro e o fortalecimento do próprio educador membro da comunidade e sujeito produtor de conhecimento.

As Comunidades de Prática também são objeto de estudo de Nóvoa (2022), que propõe interessantes reflexões acerca dos saberes docentes e como os professores participam da metamorfose da escola, participando de uma comunidade de trabalho que tem como objetivo o bem comum. A formação do professor, neste contexto de mudanças na escola exige uma nova estruturação:

Tornar-se professor – para nos servirmos do célebre título de Carl Rogers, *Tornar-se pessoa* – obriga a refletir sobre as dimensões pessoais, mas também as dimensões coletivas do professorado. Não é possível aprender a profissão docente sem a presença, o apoio e a colaboração dos outros professores (NÓVOA, 2022, p. 62).

Encontramos nessa citação de Nóvoa um alinhamento com as ideias de Shulman, quando este aponta a importância das trocas de experiências e conhecimentos entre os professores a partir da implementação de Comunidades de Prática. A colocação de Nóvoa também é aderente às reflexões de Tardif sobre os saberes experienciais. A constatação inequívoca é de que os Saberes Docentes são complexos, amplos, indispensáveis e determinantes para o sucesso do processo de ensino aprendizagem.

O engajamento dos educadores nas comunidades de prática pode ser observado, segundo Gruber e Wollinger (2020) nos traços de pertencimento expressos na linguagem técnica e outras formas de comunicação como a postura, a vestimenta, as atitudes e nos valores e comportamentos dos membros da comunidade em questão. As comunidades favorecem, ainda, a construção de conhecimento e constituição do legado daquele grupo de profissionais.

Em entrevista a Fiorentini e Crecci (2018), Marilyn Cochran-Smith afirma que o conhecimento relativo ao ensino é visto como um saber que não pode ser segmentado em *conhecimento teórico* e *conhecimento prático*. O conhecimento

relativo ao ensino é um conhecimento DA prática, que é apropriado pelos professores quando apresentam relatos de suas práticas em Comunidades de Investigação ou Comunidades de Prática. Para Cochran-Smith e Susan Lytle (Fiorentini e Crecci, 2018, p. 513), o conhecimento gerado por educadores em comunidades de investigação pode favorecer a solução de problemas enfrentados por todos os docentes na prática educativa. Considerar e identificar relação entre os conhecimentos acadêmicos e conhecimentos da prática favorece o desenvolvimento profissional dos envolvidos na comunidade.

As comunidades são um dos poucos lugares em que os professores podem realmente desenvolver a investigação como postura, porque eles constroem ideias com outros professores. Comunidades são investigativas, e assim as pessoas trabalham com dados de suas comunidades que trazem para as reuniões (FIORENTINI; CRECCI, 2018, p. 515).

Ximenez e Fiorentini (2018) afirmam que a força e a capacidade de sobrevivência de uma comunidade de prática estão em seu potencial de abertura a novas ideias, valores e práticas. O compartilhamento de experiências e a reflexão sobre as práticas de cada educador e de todos os demais possibilitam a ampliação dos conhecimentos e a reflexão acerca da própria prática, identificando possibilidades de melhoria e aperfeiçoamento da prática docente para ‘saber mais’ e ‘ensinar melhor’. A participação nas comunidades de prática oferece oportunidade para conhecer e analisar diferentes contextos de atuação na área e instiga o participante a fortalecer seu arcabouço de conhecimentos e sua trajetória profissional.

As comunidades de prática se constituem em um novo paradigma na formação de professores, tanto em espaços de formação como de desenvolvimento profissional de professores (XIMENES-ROCHA; FIORENTINI, 2018). As transformações na educação e no mundo do trabalho demandam novas competências do educador para que possa lidar com o processo de globalização, com o acelerado desenvolvimento de tecnologias da informação e da comunicação.

Participar de uma Comunidade de Prática pressupõe engajar-se na atividade da comunidade como membro atuante, produtivo e participativo que assimila e se apropria da prática, dos saberes e valores do grupo (WENGER, 2008). As comunidades propiciam momentos de diálogo e de confiança favorecendo a

ampliação da visão sobre o trabalho docente, uma vez que diferentes experiências e percepções são compartilhadas pelos seus membros. O desenvolvimento profissional é potencializado, pois a comunidade oferece oportunidades de pensar, conversar, estudar e refletir sobre a própria prática, considerando os diferentes contextos e cenários sociais, culturais e políticos dos membros de cada comunidade.

Para Shulman (2016), o professor competente é aquele que é membro de uma comunidade profissional, tem visão, está preparado, tem motivação e está disposto e capacitado para ensinar e aprender com sua experiência prática – sabe fazer, sabe ensinar como fazer e é capaz de fazer. Esse professor é reflexivo, investiga e aprende com a própria prática e tem espírito comunitário ao participar de uma comunidade de prática que promove a ampliação do conhecimento para todos os seus membros. A comunidade de prática propicia a investigação e análise reflexiva da ação educativa – chave para a aprendizagem e desenvolvimento docente.

Para Bergamo (2021), a comunidade de prática propicia a criação coletiva de conhecimento, a adoção de uma postura investigativa e a formação continuada para o enfrentamento dos desafios da prática educativa:

[...] a finalidade principal, tanto da postura investigativa quanto das comunidades de prática, é a de trabalhar em prol da aprendizagem do aluno e as suas chances de participação e contribuição para uma sociedade diferente e democrática a partir do preparo e formação ideal dos professores (BERGAMO, 2021, p. 55).

Ao analisar a questão da formação do educador com relação ao ensino de Educação Financeira, nos deparamos com o principal desafio: quais são as fontes para a base do conhecimento a ser ensinado? Como ensinar um conteúdo sobre o qual não teve acesso ou preparo? O conhecimento e a compreensão da matéria específica – Educação Financeira – é indispensável para a construção do conhecimento DA prática. As comunidades de prática em torno do tema surgem como uma estratégia para suprir a defasagem da formação do conteúdo específico de educação financeira. Parafraseando Shulman, ensinar é, primeiro, entender – o ponto de partida e de chegada do processo de ensino é um ato de compreensão.

CAPÍTULO 5 – METODOLOGIA

Neste capítulo, apresenta-se o percurso metodológico trilhado para a execução da presente pesquisa. A fundamentação teórica para a análise do cenário atual de formação do educador de jovens aprendizes no que diz respeito ao tema Educação Financeira, foi realizado um levantamento bibliográfico e documental sobre a temática Educação Financeira, legislação da Educação Básica e Educação Financeira; teorias sobre a sociedade contemporânea, a formação de formadores e as comunidades de prática. Esses estudos foram indispensáveis para a proposição de uma formação que contemple o professor como sujeito produtor de conhecimentos – objetivo proposto para a presente pesquisa.

A metodologia adotada foi uma pesquisa aplicada, de abordagem qualitativa, exploratória descritiva, pois visa analisar o cenário da formação dos formadores para o desenvolvimento do tema Educação Financeira em sua prática educativa, apontando proposições para a produção de conhecimentos pelos formadores e enfrentamento dos desafios encontrados no cotidiano na educação de jovens aprendizes.

A escolha da abordagem justifica-se a partir da definição de Creswell (2010):

A pesquisa qualitativa é um meio para explorar e para entender o significado que os indivíduos ou os grupos atribuem a um problema social ou humano. O processo de pesquisa envolve as questões e os procedimentos que emergem, os dados tipicamente coletados no ambiente do participante, a análise dos dados indutivamente construída a partir das particularidades para os temas gerais e as interpretações feitas pelo pesquisador acerca do significado dos dados (CRESWELL, 2010, p. 26).

A escolha do *locus* de pesquisa se deve ao fato de manter relacionamento profissional por meio da promoção de ações de Educação Financeira para os jovens educandos desde 2017 – critérios de conveniência e acessibilidade, conforme descrito por Sampieri, Collado e Lucio (2013):

[...] duas dimensões são essenciais em relação ao ambiente: conveniência e acessibilidade. A primeira responde às seguintes perguntas: O ambiente definido contém os casos, pessoas, eventos, situações, histórias e/ou experiências de vida de que precisamos para responder à(s) pergunta(s) de pesquisa? A segunda está ligada à pergunta: Será que é possível realizar a coleta de dados? Podemos ter acesso aos dados

que precisamos? Conseguir o acesso ao ambiente é uma condição para continuar com a pesquisa e implica obter autorização daqueles que controlam a entrada (os denominados *gatekeepers*) (SAMPLEIRI; COLLADO; LUCIO, 2013, p. 383-384).

A objetivo da pesquisa é investigar o cenário atual da formação de educadores de jovens aprendizes com relação ao tema Educação Financeira, a fim de propor uma estratégia de formação que contemple o professor como sujeito produtor do conhecimento.

5.1 Análise Temática (AT)

A escolha da Análise Temática como método de pesquisa justifica-se pois é um método que possibilita identificar, analisar e relatar padrões (temas) dentro dos dados (BRAUN; CLARK, 2006, p. 5). Considerando que as entrevistas individuais, seguindo roteiro semiestruturado, previstas para a presente pesquisa possibilitou a coleta de um conjunto de dados ricos em detalhes, a AT é um método adequado para a organização desses dados para a fundamentação da proposta de produto para contemplar o objetivo da pesquisa, que é investigar o cenário atual da formação de educadores de jovens aprendizes com relação ao tema Educação Financeira:

A análise temática pode ser um método essencialista ou realista, que relata experiências, significados e a realidade dos participantes, ou pode ser um método construtivista, que examina as maneiras como eventos, realizadas, significados, experiências e assim por diante são efeitos de uma série de discursos que operam dentro da sociedade. Também pode ser um método ‘contextualista’, localizado entre os dois polos do essencialismo e construtivismo, e caracterizada por teorias como o realismo crítico, que reconhece as formas como os indivíduos criam significado de suas experiências, e, por sua vez, as formas como o contexto social mais amplo se apresenta nesses significados, mantendo o foco no material e em outros limites da ‘realidade’ (BRAUN; CLARKE, 2006, p.7).

Ao analisar-se a inserção do tema Educação Financeira em um ambiente de formação de jovens aprendizes na Rede Cidadã a partir de relatos e experiências dos formadores, a Análise Temática possibilitou o estabelecimento de pressupostos baseados na prática dos formadores e em seus saberes docentes. A reflexão acerca da prática dos formadores nos remete aos estudos de Shulman ao propor que os saberes docentes são compostos por conhecimento de conteúdos específicos – diferentes conceitos de disciplinas específicas como a Educação Financeira –

conhecimentos pedagógicos gerais – como funciona o processo de ensino de conceitos e práticas de Educação Financeira – e o conhecimento pedagógico do conteúdo – onde o professor atua como protagonista, transformando seus próprios conhecimentos de Educação Financeira coerentes com os propósitos do ensino e com a diversidade dos alunos.

Ainda segundo Shulman (2008), o professor aprende a ensinar aos alunos o que conhece e aprendeu anteriormente. O ensino deve ser entendido como a possibilidade de construção de pontes entre o professor e alunos para o compartilhamento de conhecimentos, representações e saberes.

Uma vantagem da escolha da Análise Temática como método de pesquisa é que possibilita a flexibilidade – aspecto fundamental para a pesquisa qualitativa – vital na aplicação das etapas em um processo não necessariamente linear e no entendimento dos dados coletados.

[...] através de sua liberdade teórica, ela permite que a pesquisa seja feita de forma flexível e útil, que permite uma coleta de dados repleta de detalhes (IGNACIO; 2022, p.64).

A AT encaixa-se perfeitamente na proposta da presente pesquisa e certamente será fundamental para a adequada e valiosa análise dos dados coletados para a sua elaboração, de acordo com fases e critérios estabelecidos por Braun e Clarck (2006; 2013).

Na próxima seção apresentaremos o lócus de pesquisa que abriga a amostra para a pesquisa.

5.2 Rede Cidadã – *locus* de pesquisa

A Rede Cidadã é uma entidade de Assistência Social, que desenvolve programas e projetos de forma continuada, permanente e planejada⁷. É considerada uma das entidades pioneiras em investimento no trabalho social em rede e, desde 2002, integra sociedade civil, empresas, órgãos públicos, organizações sociais e voluntários na busca e implementação de soluções para geração de trabalho e renda.

⁷ Fonte: site da Rede Cidadã – www.redecidada.org.br

Muito além da obrigatoriedade legal da inclusão de jovens no mercado de trabalho como aprendizes, a Rede Cidadã adota uma estratégia de desenvolvimento pessoal e profissional para adolescentes, jovens e pessoas com deficiência. O programa de Socioaprendizagem prepara os participantes para fazerem uma transição adequada do mundo escolar para o mundo do trabalho. Ao alinhar o conhecimento teórico à prática nas empresas, a Rede Cidadã aplica ferramentas para mapear as competências comportamentais e o perfil de cada jovem, a fim de encaminhá-lo a uma vaga adequada a cada indivíduo. Por meio da Educação Biocêntrica, o programa de Socioaprendizagem promove o autoconhecimento e o desenvolvimento de competências comportamentais de cada um dos jovens participantes.

Os participantes do programa de Socioaprendizagem da Rede Cidadã são estimulados a se manterem informados e atuantes em questões relevantes para a sociedade, exercitando a sua cidadania de forma ampla. Por meio da arte, de debates e da participação em espaços de defesa de direitos, os jovens participantes do programa desenvolvem sua consciência civil, iniciando a sua participação cidadã na sociedade em que estão inseridos. A educação financeira está presente de forma transversal nesta formação integral do cidadão e é abordada em diferentes atividades propostas pelos educadores do programa.

Para a Rede Cidadã, a qualificação profissional é essencial no processo de inclusão produtiva e, nesse sentido, oferece capacitação profissional para adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade e/ou risco social, estimulando o conhecimento das competências e habilidades socioemocionais com o objetivo de ampliar os índices de empregabilidade e permanência do público do programa no mundo do trabalho. O desenvolvimento integral do jovem participante do programa é alcançado por meio do desenvolvimento de competências socioemocionais e profissionais, favorecendo a sua inclusão social, produtiva e financeira.

O primeiro contato para coleta de dados foi uma conversa com roteiro não estruturado para alinhar com a Gerente Regional / São Paulo da instituição Rede Cidadã sobre o tema da pesquisa de mestrado e sobre o interesse em aplicar a pesquisa na referida instituição. Tendo em vista o relacionamento e conhecimento

profissional de longa data, especialmente com relação ao tema educação financeira, a demanda foi recebida com satisfação. A proposta de identificar o cenário de formação dos educadores com relação ao tema educação financeira bem como de apresentar uma proposta de estratégia para ampliar os conhecimentos e constituir uma comunidade de prática foi prontamente aprovada. A Gerente Regional SP designou o Supervisor Pedagógico do Programa de Aprendizagem para atuar como mediador do contato com os educadores.

Posteriormente, foi realizada uma conversa com o Supervisor Pedagógico – por meio da plataforma *Microsoft Teams* com base no seguinte roteiro: (a) apresentação da proposta da pesquisa; (b) premissas e fundamentação da metodologia do Programa de Aprendizagem da instituição; (c) perfil dos educadores do Programa de Socioaprendizagem; (d) educação financeira no Programa de Aprendizagem; e (e) desafios e possibilidades para o educador com relação ao tema Educação Financeira; e (f) metodologia da pesquisa. A partir do alinhamento com o Supervisor Pedagógico e com base na questão de pesquisa sobre a formação em educação financeira, o instrumento de pesquisa propriamente dito foi elaborado.

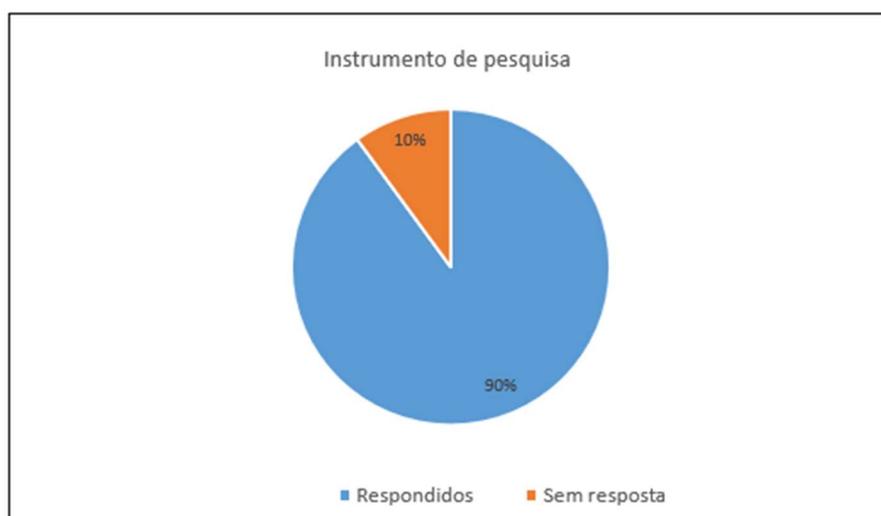
O instrumento de pesquisa é um questionário semiestruturado (ver Apêndice A) para levantamento de dados sobre o perfil dos educadores e sua visão acerca do tema Educação Financeira. Este instrumento de pesquisa foi enviado via *Google Forms* para que a coleta de dados seja ampla e confiável, possibilitando a adequada análise de dados e formulação de hipóteses acerca da questão de pesquisa. O instrumento de pesquisa foi aprovado pela Comissão de Ética em Pesquisa do Mestrado do Centro Paula Souza, conforme apresentado no Anexo C.

5.3 Perfil do educador/formador do Programa de Socioaprendizagem

O instrumento de pesquisa foi enviado para o grupo de educadores do Programa de Aprendizagem da Rede Cidadã – Polo São Paulo, composto por 9 Educadores e 01 Supervisor Pedagógico com o objetivo de estabelecer um contato inicial e levantar dados relativos ao perfil destes profissionais. No gráfico abaixo, observa-se que o índice de respostas alcançou 90% da amostra, o que indica

interesse e disponibilidade dos profissionais da Rede Cidadã em participarem da presente pesquisa:

Figura 1 - Índice de retorno do Instrumento inicial de pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora.

A seguir, serão apresentados os dados coletados relativos a cada questão inserida no instrumento de pesquisa, que foram essenciais para a identificação do perfil dos educadores e a percepção individual de cada um acerca do tema Educação Financeira de uma forma ampla.

A questão 1 refere-se à compreensão sobre o objetivo da participação do educador na pesquisa, declarando sua concordância em participar:

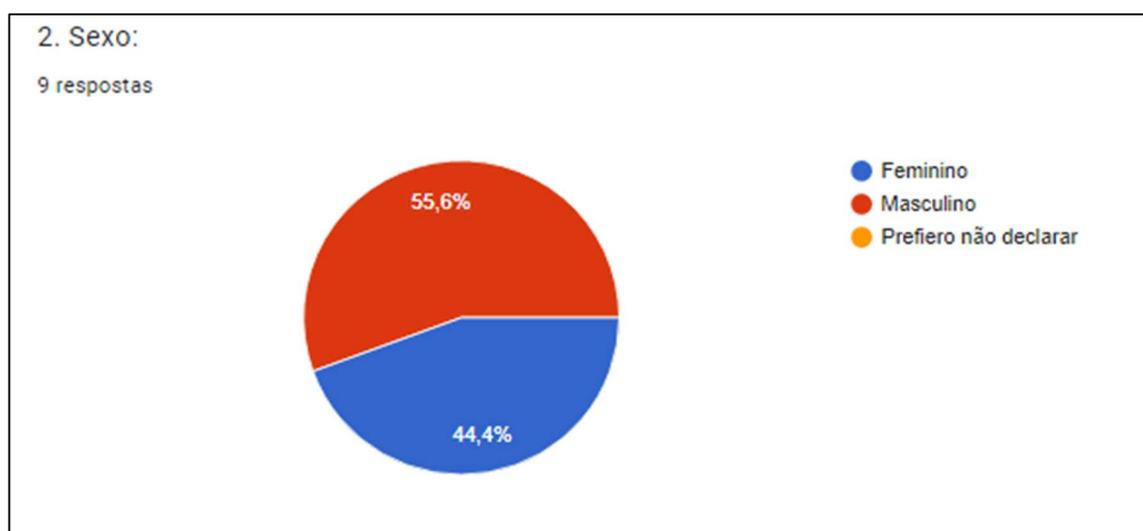
Figura 2 – Concordância em participar da pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora.

A composição da amostra por gênero indica um equilíbrio entre educadores do sexo feminino e do sexo masculino:

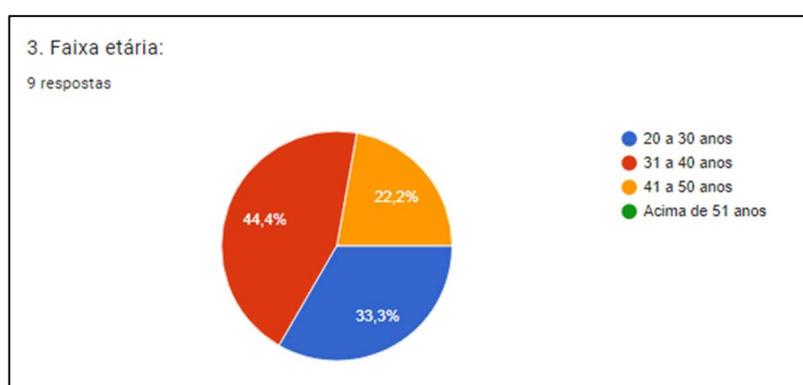
Figura 3 – Sexo



Fonte: Elaborado pela autora.

A questão 3 buscou identificar a faixa etária dos educadores da Rede Cidadã, participantes da pesquisa. Pelos dados coletados, constatamos a distribuição praticamente equilibrada entre as faixas de idade: 20 a 30 anos, 31 a 40 anos e 41 a 50 anos, conforme indicado na figura 4:

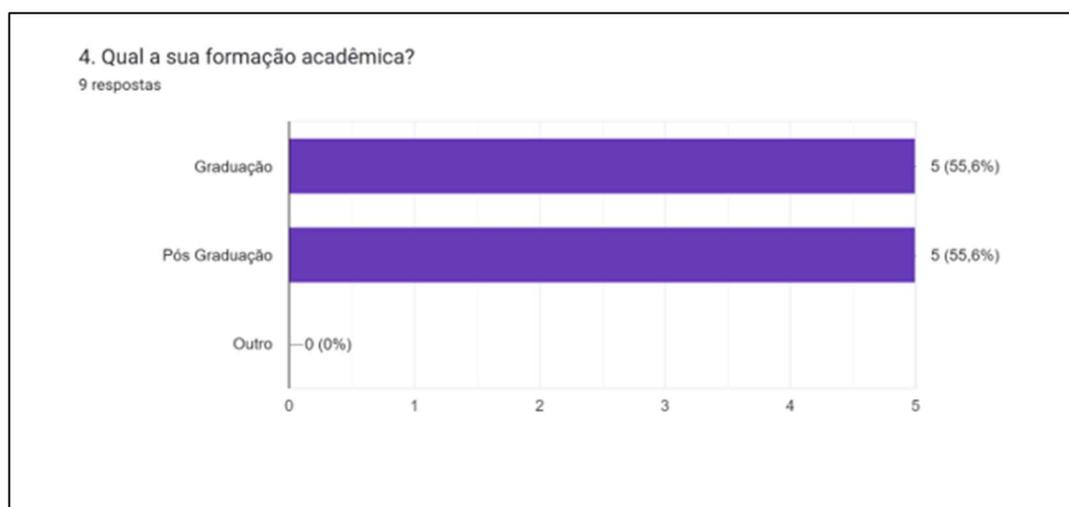
Figura 4 – Faixa etária



Fonte: Elaborado pela autora.

Com relação à formação acadêmica, o percentual apresentado indica 55,6% para cada categoria porque um respondente assinalou as duas opções. Considerando apenas o maior grau de formação, temos 44,44% com graduação completa e 55,56 com pós-graduação. Abaixo figura 4 que representa a amostra considerando duas respostas para um dos respondentes:

Figura 5 – Formação acadêmica



Fonte: Elaborado pela autora.

Na complementação da questão 4, solicitou-se a indicação da área do curso mais recente de graduação ou pós-graduação. Na tabela abaixo, indicamos a distribuição da amostra com relação às áreas de formação.

Quadro 5 – Áreas de formação

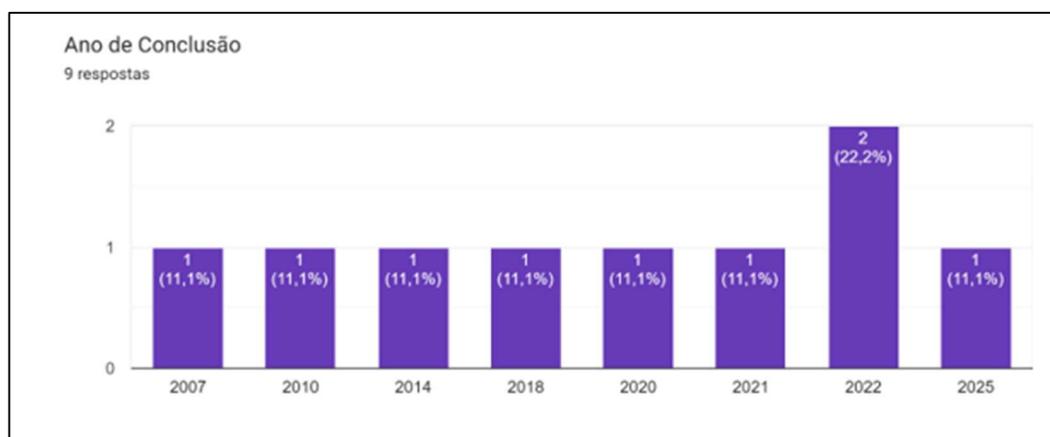
GRADUAÇÃO	PÓS-GRADUAÇÃO
Pedagogia (02)	Letras – Libras (01)
Comunicação Social – Rádio e TV (01)	Educação Matemática (01)
Tecnologia da Informação (01)	Docência do Ensino Superior (01)
	Psicopedagogia Clínica e Institucional (01)
	Didática e Metodologias Ativas para Aprendizagem (01)

Fonte: Elaborado pela autora.

Ao analisar o quadro acima, é interessante ressaltar que apenas um dos formadores tem formação específica na área de Matemática, o que poderá facilitar a inclusão do tema educação financeira em suas aulas. Outro ponto interessante é que o grupo tem uma formação bastante eclética, isto é, o grupo é composto por profissionais de diferentes – mas complementares – áreas de formação. Este aspecto será valioso para a construção do conhecimento na Comunidade de Prática proposta como produto na presente pesquisa.

Em relação ao ano de conclusão da última formação – graduação ou pós-graduação, constatamos uma distribuição em um intervalo de 18 anos: então, na amostra estão educadores formados quase duas décadas antes dos que estão finalizando os estudos. Este intervalo pode indicar uma significativa diferença de formação, de domínio de conhecimentos de tecnologias de comunicação, de metodologias de ensino, bem como uma relevante modificação no cenário da sociedade com relação ao consumo e à necessidade de conhecimentos de educação financeira tanto pelo corpo docente quanto discente.

Quadro 6 - Ano de conclusão da formação final



Fonte: Elaborado pela autora.

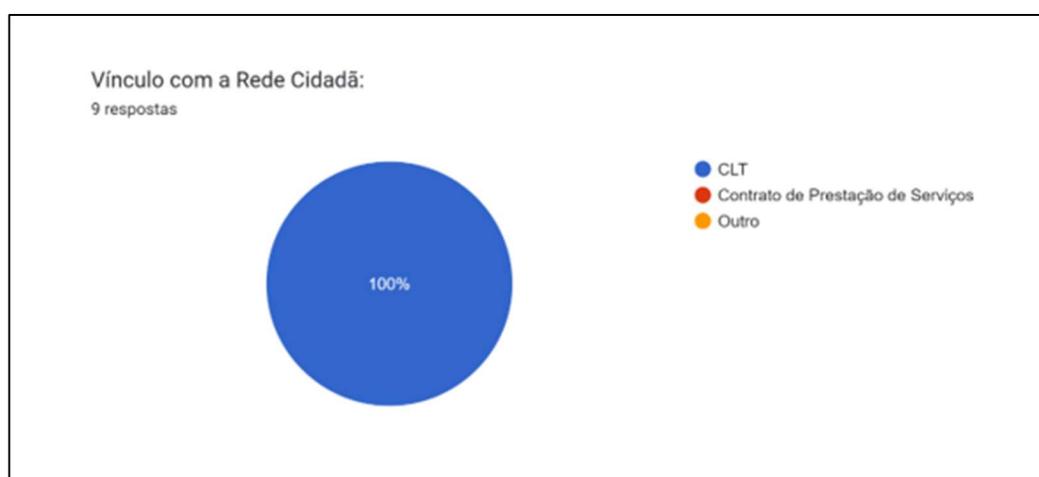
Com o objetivo de investigar quanto tempo de atuação como formador, constata-se uma distribuição equilibrada entre as diferentes faixas de tempo de experiência, a partir de ‘menos de 4 anos’ até ‘acima de 12 anos’.

Figura 6 – Tempo de atuação como formador

Fonte: Elaborado pela autora.

Com base na análise dos dados acima, pode-se inferir que a diversidade de tempo de experiência poderá também ser um aspecto relevante para a troca de experiências e construção de conhecimentos comuns acerca da Educação Financeira na implementação da Comunidade de Conhecimento, produto proposto na presente pesquisa.

Sobre o vínculo profissional dos formadores com a Rede Cidadã, 100% são contratados no regime da CLT, como apresentado na figura a seguir:

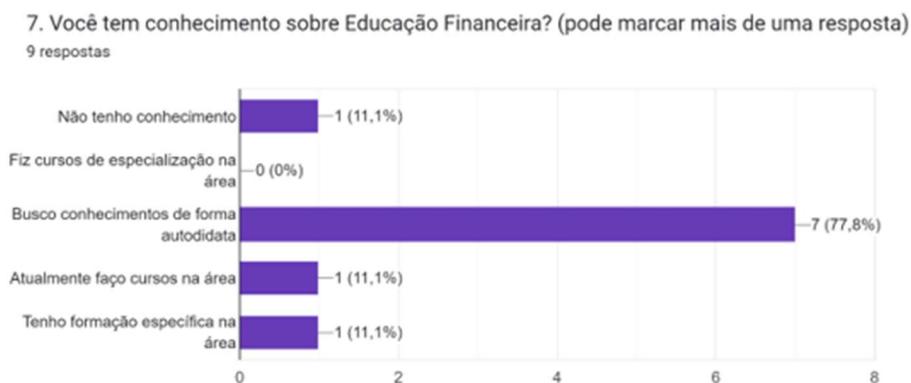
Figura 7 – Vínculo profissional com a Rede Cidadã

Fonte: Elaborado pela autora.

A partir da questão 7, o instrumento de pesquisa foi direcionado para coleta de informações diretamente relacionadas ao tema da pesquisa, isto é, ao conhecimento sobre Educação Financeira, sua importância no programa de Socioaprendizagem da Rede Cidadã, sobre formação específica em Educação Financeira e principais assuntos relacionados ao tema.

Em relação à percepção sobre o próprio nível de conhecimento sobre Educação Financeira, destacamos que 77,8% dos formadores buscam conhecimentos sobre o tema de forma autodidata.

Figura 8 – Conhecimento próprio sobre Educação Financeira

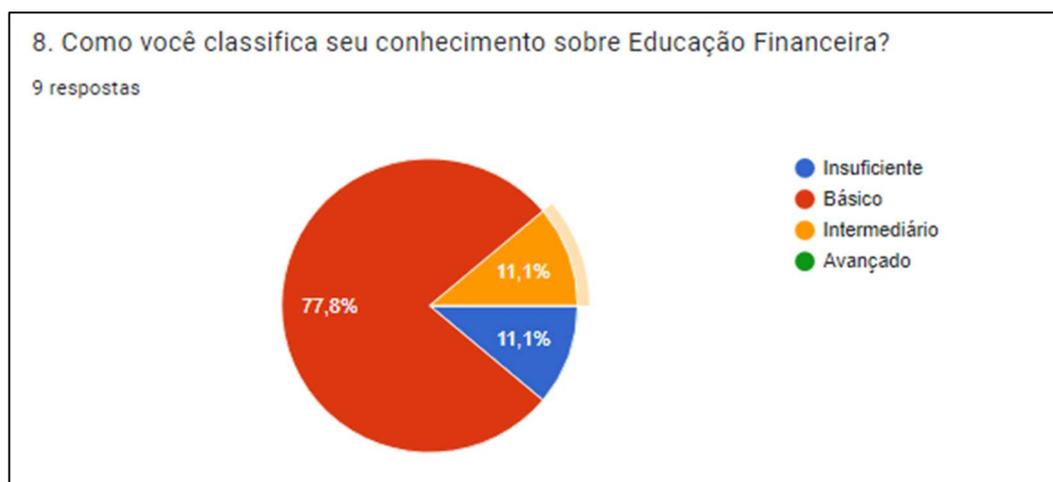


Fonte: Elaborado pela autora.

A constatação acima corrobora a tese da presente pesquisa de que a formação inicial e continuada dos formadores não contempla suficientemente bem o tema, impulsionando que cada um busque de forma autônoma e independente ampliar os conhecimentos na área. Essa iniciativa é positiva, mas pode levar a conhecimentos pouco confiáveis e nem sempre benéficos para o equilíbrio financeiro do indivíduo. Pode-se, a partir desta questão, referenciar e fortalecer a tese de que uma formação específica em Educação Financeira é indispensável e necessária.

A figura a seguir aponta a autoavaliação de cada formador com relação ao próprio nível de conhecimento sobre Educação Financeira, onde 77,8% da amostra afirma ter conhecimento de nível básico:

Figura 9 – Autoclassificação do conhecimento sobre Educação Financeira

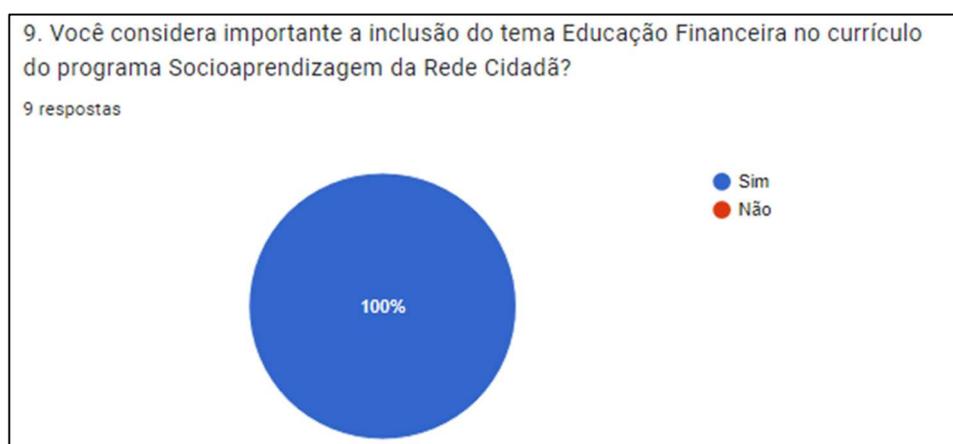


Fonte: Elaborado pela autora.

Considerando que apenas 11,1% da amostra considera que tenha conhecimento sobre Educação Financeira em nível intermediário e nenhum respondente considera ter conhecimentos em nível avançado, percebe-se amplo espaço para a proposta de uma formação continuada específica sobre o tema, o que está diretamente alinhada aos objetivos da presente pesquisa.

Em resposta à questão 9, 100% dos formadores afirmam ser importante a inclusão do tema Educação Financeira no programa Socioaprendizagem da Rede Cidadã, no qual atuam como formadores de jovens aprendizes:

Figura 10 – Inclusão do tema Educação Financeira no programa Socioaprendizagem



Fonte: Elaborado pela autora.

A questão 10 relaciona-se diretamente com as duas anteriores – conhecimento sobre Educação Financeira e importância do tema no currículo do programa Socioaprendizagem da Rede Cidadã: percepção individual quanto à importância de uma formação específica sobre o assunto:

Figura 11 – Importância de formação específica sobre Educação Financeira



Fonte: Elaborado pela autora.

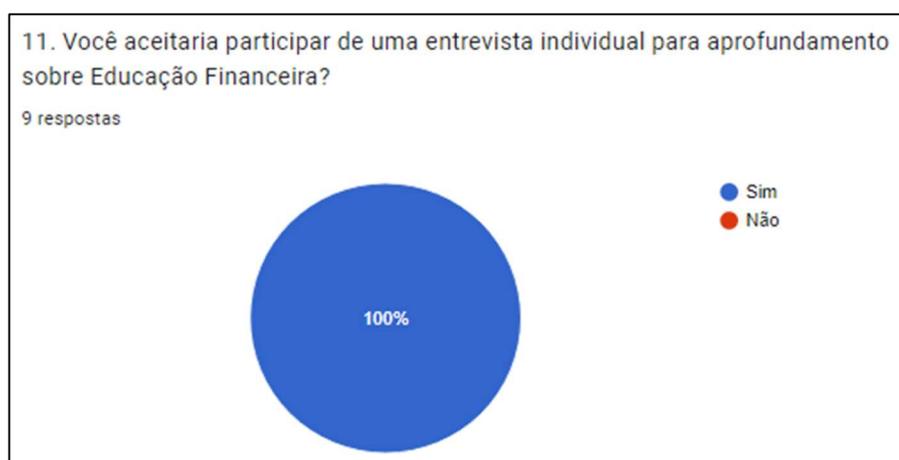
Para ampliar a coleta de dados sobre a formação específica sobre Educação Financeira, apresentamos 10 assuntos para que os participantes indicassem sua relevância no programa de formação de formadores. Na figura a seguir apresentamos estas informações:

Figura 12 – Assuntos mais importantes para a formação de formadores

Fonte: Elaborado pela autora.

Cabe ressaltar que nesta questão foram obtidas apenas 8 respostas visto que um participante responde, na questão anterior, que não considera importante a formação de formadores em Educação Financeira e por isso não sinalizou os temas importantes.

O instrumento de pesquisa foi finalizado com a pergunta sobre a disponibilidade e interesse em participar de uma entrevista individual para aprofundamento sobre Educação Financeira, conforme indicado na figura abaixo:

Figura 13 – Interesse em participar de entrevista individual

Fonte: Elaborado pela autora.

Após o prazo para recebimento dos questionários individuais foram agendadas entrevistas individuais, com roteiro semiestruturado para ampliar a coleta de dados e fundamentar a proposta de estratégia para a formação e constituição de uma comunidade de prática.

O contato com os participantes do grupo de formadores da Rede Cidadã para o agendamento das entrevistas foi realizado por meio de mensagem pelo WhatsApp. Apesar de poder se contar com o apoio e incentivo do Supervisor Pedagógico da Rede Cidadã para o agendamento das entrevistas, em função do cronograma para realização desta etapa, foram agendadas entrevistas com 05 participantes, o que corresponde a 55,56% da amostra – percentual que consideramos adequado e suficiente para a complementação da coleta de dados e posterior análise temática das respostas.

CAPÍTULO 6 – ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo, apresenta-se a análise dos dados coletados nas entrevistas, fundamentada por todo o arcabouço teórico levantado para a elaboração da presente pesquisa. O estudo dos dados, por meio da metodologia Análise Temática, teve por objetivo investigar o cenário do tema Educação Financeira na prática de ensino dos formadores do programa Socioaprendizagem da Rede Cidadã, identificando dados que subsidiem a elaboração do produto da presente pesquisa de Mestrado.

Para tanto, buscamos identificar nas colocações dos educadores entrevistados como percebem a importância da formação do formador em temas específicos de Educação Financeira e como esses devem ser inseridos na prática de ensino. Além disso, a entrevista propiciou a troca de informações a respeito de como esses formadores buscam conhecimentos sobre Educação Financeira para que possam inserir nas suas atividades educacionais de formação de jovens aprendizes.

Após a análise temática detalhada das transcrições das entrevistas, cinco temas emergiram das entrevistas com cinco formadores, quais sejam: (1) Educação Financeira na Vida das Pessoas; (2) Propósitos dos Programas de Educação Financeira; (3) Importância da Educação Financeira na Educação de Jovens Aprendizes; (4) Formação Docente em Educação Financeira; e (5) Construção do Conhecimento sobre Educação Financeira.

Nas próximas sessões, serão apresentados os temas detalhadamente para posteriormente embasar as considerações para a continuidade do trabalho de pesquisa.

6.1 Educação Financeira na vida das pessoas

A Educação Financeira visa oferecer conhecimentos para fundamentar as decisões financeiras presentes no cotidiano das pessoas e, segundo Mundy (2008), muitas pessoas não têm a habilidade para administrar bem seu próprio dinheiro, o que traz consequências negativas para o indivíduo – inadimplência e endividamento– como também para a sociedade – sociedade de consumidores.

Nas entrevistas encontramos pontos relacionados a essa questão, reforçando a presença da educação financeira na vida das pessoas, conforme segue:

Educador 2: Nós temos no Brasil uma situação nem todo mundo ganha tão bem. Só que como a educação financeira, ela é inserida no cotidiano da pessoa. Mesmo que ela não ganhe essas maravilhas, ela consegue identificar os gargalos do dinheiro que está escapando e consegue fazer uma contenção disso.

Educador 2: Por que é importante a educação financeira? Porque nós estamos num país de tributação muito alta. Então é aquele negócio quem quanto menos você ganha, mais imposto você paga, infelizmente. Então e então, ensinar a educação financeira incide também nos tributos que você paga.

Educador 5: Por consequência, a economia do Brasil sofre com isso, porque na vida adulta as pessoas que não tiveram uma educação financeira não tiveram uma noção, acabam se tornando inadimplentes em suas contas, em suas finanças aí e sofrem com o nome indo pro Serasa, SPC. Então eu vejo que ela é fundamental, é a base.

Educador 5: Para saber lidar com a matemática financeira, a gente precisa lidar com a matemática em si, né? Porém, a matemática financeira é uma matemática que dá sentido à vida. [...] Mas quando na faculdade eu tive um módulo chamado Matemática Financeira, eu falei: Poxa, agora encontrei sentido, agora eu vi que aprender a calcular, aprender, fazer ali, regra de três os juros, etc, etc etc. Deu um sentido para minha vida. Agora eu me encontrei.

Educador 5: Bom, primeiro que a importância, eu acho ela total. Ela é muito importante até para nos educar financeiramente, que nós não sabemos como lidar com as finanças. A gente acha que é só ganhar e gastar, ganhar e gastar.

Pode-se constatar, nas declarações dos formadores entrevistados, que eles percebem a importância do tema nas próprias vidas e na gestão dos próprios recursos financeiros:

Educador 1: E a gente sente muita carência em relação a esse tema, porque é um tema que ele está sempre nos cercando, nos rodeando, é presente nas nossas vidas, né?

Educador 4: Eu tinha uma vida financeira muito desregrada e aí eu comecei a buscar conhecimento nas plataformas digitais. Então, um é o “Me poupe!”. Outro é “O primo pobre”. Eu falo para o meu esposo que o primo pobre ele me converteu a não gastar além da conta. Então é o conhecimento e o interesse particular mesmo de aplicar na minha vida. E eu busco esses recursos. Aí vou lendo um conteúdo que eles falam, ler tal livro segue tal pessoa. Então é assim. Dessa forma, eu me reeduquei [...].

Despertar o interesse e a consciência sobre a importância da Educação Financeira na vida das pessoas é um dos fundamentos da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) que tem como objetivo organizar, produzir e disseminar conhecimentos sobre educação financeira, conscientizando os indivíduos para a importância do tema. Estabelecida em 2010, a ENEF impulsionou

a ampliação de iniciativas do poder público, da iniciativa privada e de instituições educacionais para a ampliação dos debates sobre o tema.

Ao oferecer a oportunidade de um espaço aberto e transparente para a troca de ideias e percepções sobre o tema, foi possível confirmar que a questão do endividamento e dificuldades para lidar de forma equilibrada com as próprias finanças faz parte do cotidiano de vários entrevistados. A questão que ressurge é: como o educador pode ensinar conceitos básicos de Educação Financeira se são esses os conceitos que não estão presentes em sua própria realidade? A importância da formação dos formadores em Educação Financeira fica, mais uma vez, evidente.

6.2 Propósitos dos programas de Educação Financeira

Na sociedade de consumidores, definida por Bauman (1998), ampliam-se as fronteiras para a comercialização de produtos e serviços, promete-se o bem-estar por meio do consumo, aumentando as desigualdades sociais. Consumidores plenos se deleitam, enquanto consumidores falhos se perdem nos labirintos do consumo irrefletido e insustentável.

Kistemann (2010) sugere uma importante reflexão acerca dos objetivos dos programas de Educação Financeira. Aos interesses de quem estão a serviço os programas de Educação Financeira? Do indivíduo, para que se torne um consumidor responsável, consciente e sustentável? Ou do mercado financeiro, que visa incentivar o consumo de produtos financeiros e objetos de desejo, ampliando os lucros do setor?

Este dilema também pode ser observado nas falas dos entrevistados, quando questionados sobre os propósitos dos programas de Educação Financeira disponíveis na sociedade brasileira:

Educador 1: Em alguns momentos eu enxergo que eles estão preparando, mesmo como consumidor, para a gente manter os gastos para fazer a engrenagem desse universo financeiro girar.

Educador 4: quando a gente vai a uma instituição bancária e poderia nos ofertar, por exemplo, uma gestão, a vida financeira, um aplicativo que fosse, quando você abrir uma conta, ter alguém lá que falasse assim olha, tem esse aplicativo aí que você coloca todas as suas contas, você consegue gerenciar sua vida financeira e não existe isso.

Então, quando a gente pensa em educação financeira, primeiro a gente tem que arrumar a casa, depois investir. É o que as instituições trazem pra gente, é invista. Tome crédito. É isso, entende? Então é muito errado, porque primeiro a gente tem que arrumar casa, entender os nossos gastos para depois a gente investir.

Educador 1: É um exemplo também é os jovens que já entram na faculdade, né? Porque aí ele passa a ser um universitário. Aí vêm os bancos oferecendo os cartões de crédito e aí ele não conhece muito desse universo e é onde eles criam uma bola de neve e aí eles se perdem e acabam até já deixando o nome restrito, né? Por quê? Porque é a falta de informação. Então eu considero muito importante se eles tivessem um conteúdo que fosse, que tivessem introdução, desenvolvimento e conclusão, para que ele possa entender, né?

Educador 2: Então eu acho que da parte de educação financeira tá equilibrado ali. Tanto tem o consumista para você fazer girar o mercado, claro. Mas tem também a parte consciente. Eu acho que é um equilíbrio legal.

Educador 4: Assim eu, particularmente, eu percebo que que essas instituições, principalmente as bancárias, quando elas disponibilizam essa questão de educação financeira, é muito mais para atender a algumas demandas da própria instituição do que você realmente formar consumidores críticos e assim por diante. Então, acho que assim eu nunca tive contato, mas assim, acho que a única instituição que se aproximou um pouco mais sobre mim, sobre a respeito de criar consumidores críticos, foi o [...].

Para a elaboração de programas de Educação Financeira deve-se ter clareza com relação aos seus objetivos e a serviço de quem esses programas são constituídos. Defendo a proposta de que os programas de Educação Financeira devem ser elaborados tendo em vista a formação de indivíduos consumidores conscientes, responsáveis e éticos. A Educação Financeira pode contribuir para a construção de uma sociedade mais equilibrada, menos desigual e mais sustentável, conforme aponta Kistemann (2010) em seus estudos.

6.3 Importância da Educação Financeira na educação de jovens aprendizes

A Educação Financeira é citada na BNCC (2018) como um tema transversal a ser inserido em todos os conteúdos da Educação Básica. Na Educação Profissional e na Educação Não Formal, a Educação Financeira torna-se um tema relevante, principalmente considerando que nessas modalidades da educação, a formação de jovens para a inserção no mercado de trabalho é um dos objetivos principais. E, ao entrar no mercado de trabalho, o jovem se depara com o desafio de administrar seus recursos financeiros de forma equilibrada e sustentável, defendendo-se das tentações impostas pela sociedade de consumidores.

Para os formadores da Rede Cidadã que participaram das entrevistas, este tema foi destaque, conforme declarações transcritas abaixo:

Educador 1: A gente tem que sempre, como eu falei, ter um pensamento além, né? Porque a gente tem que estar preparando esses meninos para a vida.

Educador 1: E a Educação Financeira acaba estando sempre presente, até porque eu estou trabalhando aí com o processo de ensino e aprendizagem dos jovens. Então, os temas que envolvem a administração, qualquer coisa que venha viabilizar o empreendedorismo precisa de cálculo. Então a gente precisa sempre estar passeando nesse universo dos números, né?

Educador 1: Agora, aquele jovem que já vem do ensino médio, onde foi só passando a bola, vamos usar esse termo. Ele não consegue entender nada sobre a matemática financeira. Ele acha que é uma besteira que ele não vai precisar, mas é igual quando ele já faz muitas perguntas para a gente em relação aos descontos, que eles sofrem no holerite? E aí, o que eu falaria? O cálculo está presente na vida de vocês.

Educador 1: [...] educação fiscal também vai envolver parte financeira e empreendedorismo também. Hoje, inclusive, eu trabalhei com o tema empreendedorismo. Então tem um momento que eles precisam entender quanto que vai custar o negócio deles, o que que eles vão gastar se precisar fazer o empréstimo. Então tudo isso engloba, né? O tema administração. Você também precisa mostrar como ele vai administrar, então muitas coisas vai envolver o cálculo. Então a gente passeia por muitos horizontes que o financeiro está o tempo todo presente.

Educador 3: Então para você trazer essa crítica à matemática, colocar a essa aplicação a matemática, então precisa reestruturar até mesmo essa base curricular que a gente tem sobre a matemática hoje, para então a gente entrar em matemática, em educação financeira, educação doméstica e aí a gente começar a ter gerações e um pouco mais conscientes em relação ao dinheiro.

Educador 5: Então, assim, a educação financeira, ela é de suma importância, porque esses jovens já vem empregados aqui, vão ter uma capacitação teórica e o educador precisa ter a noção para passar para ele um planejamento financeiro. Olha como você vai lidar com seu dinheiro agora? Como você vai fazer pra agora administrar, se vai investir em quê? Você vai fazer um curso? Você vai guardar esse dinheiro, você vai comprar uma motinha, você vai comprar roupa, você vai gastar todo o fast food? O que você vai fazer? Então, a educação financeira ajuda a ter uma gama de escolhas também para que esse jovem possa ser orientado.

Educador 5: Então eu acho que a educação financeira, ela é a base de todo e qualquer ensino. Eu penso que o Brasil sofre muito na parte educacional por não ter uma disciplina específica de educação financeira.

Segundo Zabala, é necessário ao formador o conhecimento sobre os processos de aprendizagem, respeitando a diversidade e individualidade de seus alunos. A aquisição de conhecimentos pelos alunos depende de seu nível de desenvolvimento e dos conhecimentos previamente construídos. Desta forma, o trabalho com os conteúdos de educação financeira deve respeitar essa premissa para que possam despertar o interesse dos jovens e favorecer a aprendizagem.

Ao analisar partes das falas dos entrevistados, indicadas acima, percebe-se que têm consciência da importância do seu papel como educador para a formação dos jovens aprendizes e que consideram indispensável a aprendizagem de conceitos

básicos de Educação Financeira de uma forma interessante e motivadora, quaisquer que sejam as trilhas profissionais a serem seguidas pelos jovens. Abaixo seguem outros pontos sobre o tema apontados pelos entrevistados:

Educador 2: E aí você pega quando você vai descortinando para eles o que é um tesouro direto, o que é um tesouro IPCA, o que é um tesouro Selic? Os caras começam a dar uma acordada, falar putz, meu, quer dizer que quer dizer que eu posso começar a investir a partir de 100, 150? Tipo 30, 40 R\$? Então, você pode. E é um dinheiro que vai ficar aparecendo para você. E querendo ou não, esse dinheiro, ele começa a constituir para você uma outra renda além daquela que você está trabalhando, né? E isso deixa as pessoas meio que encantados.

Educador 2: A gente percebe que algumas informações, principalmente de educação financeira, se não virem para os jovens de uma forma dinâmica, os caras não vão ficar lendo um texto gigantesco.

Educador 4: Sou educadora social já há seis anos e eu acho que é assim a educação financeira, ela é muito negligenciada no Brasil como um todo, tanto na educação básica, que já deveria ser incorporada na educação básica, tanto com o nosso decorrer da vida, né? Porque a gente fala assim: Ah, mas a educação financeira tinha que vir desde a educação primária. Enquanto adultos, nós também não temos uma educação financeira muito tranquila, né? E nesse contexto de educadora, é muito difícil falar sobre educação financeira quando a gente tem uma população que a gente atende em situação de vulnerabilidade, né? Então é muito difícil você falar sobre educação financeira quando as pessoas precisam ganhar de dia para comer de noite, né? Porque esse é o contexto.

A Educação Matemática Crítica, que para Skovsmose, visa minimizar ou neutralizar qualquer forma de adestramento causado pela educação matemática, também é citada pelos formadores:

Educador 1: [...] conseguir entender por que eu falo muito para eles assim: quando você assiste uma matéria ou uma reportagem que está falando de economia e você não vê a importância do quanto do quanto a economia está presente na nossa vida. Aí eles ficam mais familiarizados, entendeu? Vai ter mais interesse e se abster (posicionar?) de forma crítica.

Educador 2: E inclusive é aquela situação a partir do momento que você ensina a matemática de maneira crítica, você ensina também as pessoas a irem atrás dos seus direitos, do tipo eu pago três impostos sobre a mesma coisa [...]

Educador 3: [...] a grade curricular de matemática para mim, ela já tinha que começar a ter esse pensamento crítico desde o início. E segundo, a gente precisa estimular esse público desde cedo a ter prazer em matemática. Assim. É porque o que eu percebo até mesmo nas vezes em que eu fui, em que atuei como professor de matemática, que as pessoas têm uma aversão pela matemática, a pessoa não gosta, a pessoa odeia e elas têm uma relação muito visceral com a matéria em si. E até você converter essa situação leva muito tempo; até você fazer a pessoa entender que a matemática de fato está na vida dela e isso leva um tempo.

Educador 3: Assim da minha parte, que eu particularmente sempre trabalhei com educação profissional desde cedo dentro do terceiro setor. Então é um tema que que hora e outra acaba surgindo porque: Ah, mas quais são os meus direitos né? [...] Então é um tema que, mesmo que não esteja aqui na nossa trilha do conhecimento - educação financeira, então sempre aparece um jovem aprendiz perguntando alguma coisa voltada a isso, né?

Educador 4: Precisamos acolher essa matemática, porque quando a gente começa na escola, primeiro que as professoras passam o conteúdo, aí fala assim vamos resolver um problema e não é um problema. A Maria comprou cinco laranjas e chupou duas laranjas, né? A forma com que é colocado. Eu acho que a gente deveria trazer isso humanizado e começar a trazer formas lúdicas, porém reais pra nossa vida, né? Então aquele cofrinho que a gente até o meu filho já tem, o meu filho tem dois anos e meio, ele tem um cofrinho [...]

Educador 4: Se você coloca lá assim uma planilha do Excel e fala coloca suas dívidas e o quanto você ganha. É uma disparidade enorme. Eles não fazem ideia do quanto eles gastam, né? Nem como. E aí fica meio que uma. Nem como gasta. Eu falo assim como você sabe que você dá conta de todos esses gastos. É aí que eles vão ver a importância da vida financeira dos pais, né?

Segundo Harari (2018), na sociedade da informação, os alunos já possuem um arsenal de informações. O desafio para o professor é contribuir para que os alunos consigam compreender a importância e necessidade dos conhecimentos de Educação Financeira. Abaixo, apresentamos a percepção dos entrevistados sobre quando e como inserir este tema na educação de jovens aprendizes.

Educador 4: Eu acho que ela é tão importante que ela deveria ser inserida aqui já no módulo da Ambientação, que é o primeiro módulo da Rede Cidadã. Eu acho que a educação financeira ela é tão importante que ela já tem que entrar logo no início, sabe?

Educador 3: [...] colocar esse conteúdo de educação financeira, não somente na ambientação, mas durante a trilha do conhecimento do aprendiz e principalmente na capacitação final, porque ele tá encerrando o contrato e muita das vezes ele vai ficar um tempo sem trabalhar, sem ter essa entrada, então é como como gerenciar esse dinheiro da rescisão? E se preparar pra isso, né? A gente fala muito aqui também sobre empreendedorismo, geração de trabalho, de renda e formas alternativas de renda também, pra que não fique tão contando apenas com esse, com esse salário que ele recebe enquanto jovem aprendiz.

Educador 5: A partir do momento em que falamos e colocamos a vida deles no centro, trazendo as questões financeiras, eles entendem a importância e pedem que isso aconteça mais vezes. Tem muito que se organizam mais e tem noção, assim tipo a gente que é jovem, que ajuda em casa, é jovem, que tira uma parcela ali e o que sobra, ele não sabe muito o que fazer, como fazer. Com a orientação, aí ele acaba entendendo a importância de tudo isso.

Os entrevistados afirmam buscar, em sua prática de ensino, relacionar o tema Educação Financeira com situações concretas do dia a dia dos jovens como preconiza Skovsmose, evitando trazer apenas listas de exercícios, desconectados

da realidade. O jovem precisa perceber que a Educação Financeira faz parte da vida dele e que poderá ser uma aliada na construção do seu projeto de vida pessoal e profissional.

6.4 Formação docente em Educação Financeira

A formação de formadores – seja inicial ou continuada, é relevante para a prática docente que favorece a aprendizagem e possibilita o desenvolvimento tanto dos formadores quanto dos alunos. Segundo Nóvoa (1988), a profissão do formador é uma das profissões mais difíceis na atualidade, por exigir uma gama de conhecimentos e habilidades nem sempre adquiridas em seus processos de formação. Para os formadores da Rede Cidadã, a formação dos formadores em Educação Financeira está aquém do desejado e é fonte de preocupação constante:

Educador 1: Vou ser bem sincera, a grande maioria não está preparada e muitas vezes acaba se apoiando só no material que é ofertado pelo núcleo que está trabalhando, né? E aí ele se apoia só naquilo. [...] Porque a gente dentro de uma sala de aula vamos pegar um exemplo e a gente pode ter desde aquele aluno que é leigo, como você pode, até um aluno que ele sabe até mais que você. Então a gente precisa estar preparado. Mas a grande maioria, enquanto nós, profissionais que não somos do universo da área de exatas, acaba não se preocupando tanto.

Educador 1: Conseguir entender essa fatia do mercado e deixar de ter medo dos números. Porque a gente sente muito isso. Porque quando a gente trabalha a educação financeira, a maioria fica naquela resistência porque tem dificuldade.

Educador 1: Porque é como eu falo a nossa mochila em relação a educação financeira, ela é básica, porque o conteúdo que a gente passa para os meninos não é algo complexo, mas eu acho que é importante a gente ter um curso, nem que fosse online, para poder aprimorar mais e a gente não ficar até a palavra é essa, meio ocioso (receioso?) de trabalhar esse conteúdo e depois chegar a uma pergunta e a gente não conseguir dar uma resposta, entende?

Educador 1: Quando a gente não é tão familiarizado com essa educação financeira que a gente acaba passando só aquele conteúdo básico e acaba talvez não abrangendo outras visões, possibilidades, até para não implicar um conhecimento que você não esteja tão seguro de transpassar adiante.

Educador 3: Olha, eu particularmente eu acho um tanto defasada quando no que diz respeito à educação financeira em si, comércio focado nesse tema, né? Ah tá, eu coloco até me coloco na roda, porque muita das vezes, na faculdade, inclusive você tem uma formação muito mais voltada para você lidar de forma corporativa, mas você não tem nenhum momento para você lidar com as suas próprias finanças, então fica meio casa de ferreiro, espeto de pau, né?

Educador 5: Eu não vou dizer que eles estão preparados, porque não estão. Para este assunto, eles têm uma pequena noção, né? E estou falando também me colocando nesse pacote. Tenho uma pequena noção e pouco podem contribuir para ajudar a dar um empurrãozinho nesses jovens. Sobre essa questão da educação financeira, eu acho

que precisa de um trabalho profundo voltado a isso e bem canalizado. É o que eu percebo.

Educador 5: Acho que os educadores precisam mesmo todos, não somente da Rede Cidadã, mas falando dos meus aqui, eles precisam porque trabalham diretamente com jovens que estão ganhando seu dinheiro pela primeira vez ali e precisam orientar. E para orientar, precisam ser orientados, penso eu.

Educador 5: [...] pra quem é educador e trabalha com questões muito humanas. As questões de matemática, de finanças, acabam ficando pra trás. Ele foca muito numa coisa, deixa a outra menos focada ou não foca naquela. Então eu acho que, por um lado, tirá-lo da zona de conforto e fazê-lo pensar e trazer outros indivíduos a pensar junto com ele e ajuda também a ele se auto-organizar dentro de suas aulas, o que vai fazer sentido.

A excelência na formação dos formadores contribui para a atuação crítica e consciente dos jovens aprendizes no que diz respeito à aplicação dos conceitos de educação financeira em suas vidas. A preocupação e investigação da própria prática, como afirmam Fiorentini e Crecci (2016) contribuem para a ampliação do conhecimento PARA a prática, do conhecimento NA prática e do conhecimento DA prática, conforme concepções estabelecidas por Cochram-Smith e Lytle.

Os entrevistados reconhecem a lacuna da Educação Financeira em sua própria formação – seja inicial ou continuada. A maioria não mede esforços em buscar, por conta própria, ampliar os conhecimentos sobre o tema para que possam atender de uma forma mais adequada às necessidades dos jovens em formação, no que tange o conhecimento de princípios e conceitos básicos de Educação Financeira. Cabe pontuar, entretanto, que nem sempre os conhecimentos adquiridos pelos educadores têm por objetivo a formação de consumidores conscientes, responsáveis e sustentáveis. O canto da sereia do consumo e do próprio mercado financeiro pode levar ao consumo exagerado e consequente endividamento.

6.5 Construção do conhecimento sobre Educação Financeira

Para Shulman (1987, 2016), as comunidades de práticas consistem na reunião de profissionais de áreas correlatas que aspiram objetivos comuns e que promovem, de maneira voluntária, oportunidades para discussão, troca de experiências e desenvolvimento de estratégias e soluções para o enfrentamento dos desafios encontrados na prática educativa de cada um.

Para Wenger (2011), comunidades de Prática são grupos de pessoas que compartilham uma preocupação ou paixão por algo que fazem e para aprender a fazê-lo melhor à mediada que interagem regularmente. A aplicação do conceito de comunidades de prática de Wenger possibilita a criação de um espaço de aprendizagem, minimizando as dificuldades encontradas pelos formadores ao enfrentar o desafio de ensinar o que não aprenderam em suas formações iniciais e/ou continuadas.

Questionando os entrevistados a respeito de sua percepção sobre Comunidades de Prática como oportunidade de construção de conhecimentos sobre Educação Financeira para fortalecer a prática de cada um, os seguintes relatos merecem destaque:

Educador 1: [...] porque quando a gente vai fazer um plano de aula, a gente conversa, a gente troca informação e muitos acabam tendo dificuldade [...]

Educador 1: Tem hora que a gente precisa ir um pouquinho mais específico. E quando a gente precisa de algo mais complexo, aí a gente já pede o apoio para quem são das áreas de exatas.

Educador 1: No meu ponto de vista, eu acredito ser muito positivo e válido, porque todo conhecimento vai agregar conceito de informação para eles, né? E essa troca qualifica muito. Porque independente do lugar que eu esteja, esteja eu aqui em São Paulo ou em outro estado, eu vou estar vendo um conhecimento que de repente uma pessoa tem uma facilidade maior de me mostrar.

Educador 2: Então, tipo, eu acredito que enquanto educação financeira para formação, a informação ela é bem difundida. Assim você tem várias fontes para onde pesquisar e ler.

Educador 2: Eu acho que uma proposta excelente e extremamente válida, porque aquela situação, por melhor que a gente filtre o conteúdo, escutar de um especialista é sempre melhor, porque você já tem todo o direcional de como seguir. Então você aqui a gente acaba meio que pensando os temas inter-relacionados eles e faz todo sentido para o jovem. Mas receber isso de um profissional com formação na área, tudo certinho, eu acho que vai ser mais um diferencial que a gente pode trazer para os jovens. Então, essa orientação, essa monitoria de alguém que é formado na área, eu acho de vital importância do trabalho que nós estamos exercendo hoje.

Educador 3: E assim, eu particularmente eu já passei até com alguns certos momentos assim de constrangimento, porque assim né, como é que eu vou ensinar educação financeira se esse eu não tenho esse aporte, né? E se eu não considero, eu não considero que a minha vida também está dentro de um eixo minimamente confortável para eu poder ensinar alguém a respeito nesse sentido, porque querendo ou não, o educador o educador é visto como exemplo, né? Então como é que eu vou falar de determinadas matérias se eu não sei? Na minha vida eu não me sinto tão confortável com esse assunto.

Educador 4: Eu acho incrível porque assim, primeiro a gente vai lucrar muito com isso e lucrar aí está dentro de um contexto bem assertivo!

Educador 4: Então a gente vai lucrar muito e creio que a gente vai ter informações mais alinhadas, mais assertivas, mais direcionadas, né? E esses grupos de discussão, de valores e tudo mais, eu acho que só tem a acrescentar, principalmente porque os nossos jovens estão entrando no mercado de trabalho.

Educador 3: Eu concordo em gênero, número e grau com o que vocês trouxeram agora com essa proposta. Eu acho que é muito enriquecedor em todos os sentidos, só pra trazer mais o valor de uma palavra aí dentro do contexto. E é isso, não tem muito pra onde correr não.

Educador 4: E acho que eu acho que é interessante a gente ter um aprofundamento desse tipo de conhecimento até mesmo para nossa vida, né? E até pra que a gente também se sinta um pouco mais confortável em aplicar esse conhecimento dentro de sala também.

Educador 5: Eu me vejo na necessidade de aprender mais. Se houver uma oportunidade em que eu possa aprender mais, eu quero. Eu quero aprender. Porque assim eu vejo que determinados momentos a gente acaba relaxando um pouco e esbanja um pouquinho tal gasto um pouquinho a mais.

Educador 5: Então eu estou disposto a participar de qualquer movimento relacionado a educação financeira, porque eu preciso me educar mais.

Fica evidente nos relatos acima que, embora os formadores tenham consciência sobre a defasagem na sua formação com relação aos conceitos e conhecimentos de Educação Financeira e tenham uma rotina de trabalho intensa, dificilmente encontram por si só soluções e caminhos para enfrentar esse desafio. A proposta de uma formação continuada e a constituição de uma comunidade de prática vem ao encontro dos desejos e interesses dos formadores participantes da presente pesquisa.

Bergamo (2021) resume a importância da formação do formador para que possa de fato contribuir para a prática docente:

O professor deve ser considerado como aquele que aprende e se desenvolve profissionalmente por meio da participação em diferentes práticas, processos e contextos, intencionalmente ou não, e esse caminho promove a formação ou a adequação da prática docente (BERGAMO, 2021, p. 28).

Com base nos pontos destacados das entrevistas com os educadores, apresentaremos, na próxima seção, considerações para a continuidade do trabalho e a proposta de produto educacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo norteador do presente projeto de pesquisa foi investigar o cenário atual da formação de educadores de jovens aprendizes com relação ao tema Educação Financeira, a fim de propor uma estratégia de formação que contemple o professor como sujeito produtor do conhecimento. A inquietação que impulsionou a definição do tema foi a percepção das dificuldades enfrentadas pelos educadores de jovens aprendizes em relação ao trabalho com um tema que eles próprios enfrentam dificuldades e lidam com o desconhecimento e despreparo na própria formação profissional.

A análise do cenário econômico nacional, com a ampliação do acesso à bancarização e a produtos financeiros, o aumento do índice de endividamento e os encantos da sociedade de consumidores, se contrapõem às lacunas na formação dos educadores a quem são atribuídas as responsabilidades de inserir de forma transversal a Educação Financeira nos programas da educação básica, profissional e não formal. Desta análise, surgiram os seguintes questionamentos: como o educador deverá incluir o tema Educação Financeira no conteúdo de cada disciplina que ministra se ele próprio não teve acesso a uma formação específica na área de educação financeira? Como associar sua disciplina a conhecimentos para os quais não está preparado e, muitas vezes, nem familiarizado?

O problema de pesquisa fica claro e evidente: Quais os desafios para elaborar e implementar um projeto de formação em Educação Financeira para educadores de um programa de capacitação de jovens aprendizes?

Para que fosse possível responder estes questionamentos e alcançar o objetivo proposto para a pesquisa, foi estruturado um percurso de estudos de produções científicas e acadêmicas relacionadas à Educação Financeira e Formação de Formadores, além de temas correlatos que possibilitaram ampliar a visão sobre o problema de pesquisa. Com base na análise aprofundada da literatura disponível sobre o tema, foi possível o delineamento da estrutura do instrumento de pesquisa e do roteiro de entrevista para os educadores da Rede Cidadã, *locus* de pesquisa.

Os dados coletados nas entrevistas individuais foram analisados e identificados temas que nortearão a estruturação de uma proposta de formação de

formadores em Educação Financeira. Os temas emergentes da análise das falas dos entrevistados estão alinhados ao percurso desenvolvido na presente pesquisa e podem ser agrupados em dois grandes desafios: (i) como inserir a Educação Financeira na vida das pessoas, seja na educação formal ou na educação não formal; e (ii) como preparar o docente para atuar com conteúdo de Educação Financeira.

Com relação à inserção da educação no sistema educacional, cabe ressaltar que a Educação Financeira tem presença inequívoca na vida das pessoas, especialmente na sociedade globalizada e de consumidores em que vivemos. Mesmo que para alguns indivíduos, essa percepção não seja tão contundente, o despertar para a importância da educação financeira para esses indivíduos tem sido influenciado pela oferta de diversos programas sobre o tema.

Os programas de Educação Financeira são ofertados por diversos segmentos da sociedade: poder público, iniciativa privada, instituições de ensino e organizações sociais. Do primeiro ao terceiro setor, observam-se iniciativas relacionadas à Educação Financeira. Entretanto, os objetivos genuínos divergem: alguns têm como foco o fortalecimento do sistema financeiro – que pode implicar em aumento do endividamento e inadimplência – enquanto outros visam o fortalecimento do indivíduo consumidor ético, consciente e socialmente responsável. De qualquer forma, o sujeito imerso na sociedade de consumidores precisa buscar conhecimentos para que possa tramitar com segurança entre as diversas possibilidades de produtos e serviços financeiros.

Estreitando o olhar para o foco da presente pesquisa, constatamos que os educadores reconhecem as lacunas na própria formação com relação ao tema Educação Financeira e estão dispostos e interessados em participar na construção do conhecimento sobre o tema. Esse conhecimento é importante para cada educador pessoalmente, mas também, e principalmente, é indispensável que seja incluído no currículo do programa Socioaprendizagem para garantir a preparação integral do jovem para sua inserção no mercado de trabalho.

A inserção da Educação Financeira nos currículos está amparada por instrumentos legais como a ENEF, a BNCC, entre outros, mas a questão da formação do formador é um gargalo que se impõe neste cenário. Por maior que

sejam a motivação e o interesse que demonstraram os entrevistados, na prática, o assunto Educação Financeira fica relegado a um segundo plano, pois a falta de conhecimento do assunto impede a sua implementação com a profundidade necessária.

Para enfrentar este ponto crucial, apresentamos como produto educacional a elaboração de um programa de formação dos formadores da Rede Cidadã abordando os conceitos principais da Educação Financeira para que possam ampliar seus conhecimentos, se apropriar das práticas básicas de gestão das próprias finanças e compreender como inserir este tema de forma transversal na sua atuação como formador de jovens aprendizes. Ao fortalecer o conhecimento do conteúdo, estes formadores estarão aptos a estruturar o conhecimento pedagógico do conteúdo – de acordo com os estudos de Shulman.

Os fundamentos da Educação Matemática Crítica de Skovsmose serão inspiradores para a estruturação da proposta de formação dos formadores em Educação Financeira, visto que a Matemática Crítica instiga o aluno a desenvolver a criatividade, o espírito crítico e a relacionar a matemática com a vivência cotidiana. Assim, ao promover a formação de cidadãos críticos, capazes de interagir e intervir na realidade social na qual estão inseridos, os conhecimentos de educação financeira possibilitarão a formação de consumidores conscientes, éticos e socialmente responsáveis.

Além da formação, apresentaremos aos educadores da Rede Cidadã a proposta de constituição de uma Comunidades de Prática, na qual os membros poderão compartilhar um repertório de ações comuns, entremeados de conhecimentos e experiências individuais que possibilitarão a construção de um conhecimento comum a respeito da inserção da Educação Financeira no percurso curricular do programa Socioaprendizagem.

A partir do percurso metodológico adotado e a posterior análise dos dados coletados, foi possível a proposição de estratégia para a formação dos professores para que atuem como sujeitos produtores do conhecimento. Desta forma, consideramos que o objetivo da pesquisa foi alcançado.

Entretanto, acreditamos que a presente pesquisa não esgota o assunto; outrossim, abre caminhos para a ampliação dos estudos em nível de mestrado e

doutorado para aprofundar as reflexões e propor ações sobre o desafio de inserir nos programas de formação de formadores o tema Educação Financeira para que esses educadores possam ser sujeitos produtores de conhecimento sobre o tema.

REFERÊNCIAS

AEF Brasil. **Mapeamento de Iniciativas de Educação Financeira**. Abr 2018. Disponível em < https://www.vidaedinheiro.gov.br/wp-content/uploads/2018/05/Mapeamento_2018.pdf> Acesso em 05 abr 2022.

AGUIAR, Márcia Angela; DOURADO, Luiz Fernandes (orgs) **A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas**. [livro eletrônico] – Recife: ANPAE, 2018. Disponível em <(PDF) [A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas ANPAE \(researchgate.net\)](#)> Acesso em 07 jun 2021.

AGUIAR, Reullyanne Freitas de; NERES, Raimundo Luna; SALES, Francisco Alexandre de Lima. Educação Financeira na Formação de Professores: uma discussão salutar ocorrida no EBRAPEN. **Research, Society and Development**, v.11, n.9, p. e17411931752, 2022.

ALESSANDRINI, Cristina D. O desenvolvimento de competências e a participação pessoal na construção de um novo modelo educacional. In: PERRENOUD, P. et all. **As competências para ensinar no século XXI: a formação dos professores e o desafio da avaliação**. Tradução: Claudia Schiling e Fatima Murad. Porto Alegre: Artmed Editora, 2002.

ALMEIDA, Patrícia Cristina Albieri de. DAVIS, Claudia Leme Ferreira; CALIL, Ana Maria Gimenes Corrêa; VILALVA, Adriana Mallmann. Categorias teóricas de Shulman: revisão integrativa no campo da formação docente. **Cadernos de Pesquisa – Educa**, Fundação Carlos Chagas, vol. 4, n.174, p. 130-149, nov. 2019.

ALLAIN, Olivier; GRUBER, Crislane; WOLLINGER, Paulo R. **O que avaliar em Educação Profissional: Princípios Epistemológicos da formação de trabalhadores**. In: MORAES, G. H. (ORG). **Avaliação da Educação Profissional e Tecnológica: um campo em construção**. Brasília: INEP, 2020.

AMESTOY, Micheli Bordoli; FOLMER, Ivania; MACHADO, Gabriella Eldereti. (Org.) **BNCC em cenários atuais** [livro eletrônico]: currículo, ensino e a formação docente. 2021. Disponível em <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/565/2020/01/BNCC_CenariosAtuais_AMESTOY_Arco_2021.pdf>. Acesso em 16 out 2021.

ALVES, Luis. Tipos de Análise Qualitativa: Análise Temática. Disponível em <<http://urban-myth.tumblr.com>>. Acesso em 20 jan 2023.

BACEN. Banco Central do Brasil. O Programa de Educação Financeira do Banco Central, 2012. Disponível em <<https://www.bcb.gov.br/acessoinformacao/legado?url=https:%2F%2Fwww.bcb.gov.br%2Fpre%2Fpef%2Fport%2Fpefpublicoexterno.asp>>. Acesso em 22 set 2022.

BARONI, Ana Karina Cancian; MALTEMPI, Marcus Vinicius. Os espaços de Educação Financeira na formação de professor de Matemática em uma instituição federal de São Paulo. **Revemop**, Ouro Preto/MG, v.1, n. 2, p, 248-265, maio/ago, 2019.

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Trad. Mauro Gama, Cláudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro, Zahar, 1998.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo**. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BAUMAN, Zygmunt. **Capitalismo parasitário**. Trad. Eliana Aguiar. Rio de Janeiro, Zahar, 2010.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida a crédito**. Trad. Alexandre Werneck. Rio de Janeiro, Zahar, 2010.

BAUMAN, Zygmunt. **Sobre educação e juventude**. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro, Zahar, 2013.

BCB – Banco Central do Brasil. **O que é cidadania financeira? Definição, papel dos atores e possíveis ações**. Brasília, 2018. Disponível em <https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos_cidadania/Informacoes_gerais/conceito_cidadania_financeira.pdf>. Acesso em 31 mar. 2022.

BERGAMO, Renata Oliveira Campos. **Coordenador pedagógico: comunicação e desenvolvimento da competência socioemocional docente na educação profissional**. 108 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Desenvolvimento da Educação Profissional). Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, São Paulo, 2021.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular versão final. 2018**. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_site.pdf> . Acesso em 05 jun 2021.

BRASIL. **Estratégia Nacional de Educação Financeira – Plano diretor**. Brasília, 2010. Disponível em <<https://www.vidaedinheiro.gov.br/wp-content/uploads/2017/08/Plano-Diretor-ENEF-Estrategia-Nacional-de-Educacao-Financeira.pdf>>. Acesso em 19 jun. 2021.

BRASIL. **Decreto Federal nº 7.397/10**, de 22 de dezembro de 2010. Institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira. Brasília, dez. 2010.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica** Ministério da Educação; Secretaria de Educação Básica; Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão; Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Básica. Brasília: MEC; SEB; DICEI, 2013. Disponível em:<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 16 jul. 2021.

BRASIL. **Decreto 10 393 de 9 de junho de 2020**, institui a nova ENEF. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Decreto/D10393.htm#art10> Acesso em 28.jul.2021.

BRASIL. **Lei 12.796/13**, de 4 de abril de 2013. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112796.htm> Acesso em 30.jul.2021.

BRASIL. **Lei 13.415/17**, de 16 de fevereiro de 2017. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm> Acesso em: 30.jul.2021.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **LDB – Lei nº 9394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **Lei nº 12.014/09**, de 06 de agosto de 2009. Altera o art. 61 da Lei 9394/96, com a finalidade de discriminar as categorias de trabalhadores que se devem considerar profissionais da educação. Brasília: Casa Civil, 2009.

BRAUN, Virginia; CLARKE, Victoria. Using Thematic analysis in psychology. **Qualitative Research in Psychology**, V. 3, N. 2, P. 77-101. Disponível em <http://eprints.uwe.ac.uk/11735>. Acesso em 24 jan 2023.

BRAUN, Virginia; CLARKE, Victoria. **Usando Análise Temática em Psicologia**. Trad. Luiz Fernando Mackedanz. Instituto de Matemática, Estatística e Física. Universidade Federal do Rio Grande.

BRITTO, Reginaldo R. **Educação Financeira: uma pesquisa documental crítica**. Universidade Federal de Juiz de Fora - Instituto de Ciências Exatas - Pós-graduação em Educação Matemática - Mestrado profissional em Educação Matemática. Juiz de Fora -MG, 2012.

CAMPOS, André Bernardo. **Investigando como a Educação Financeira Crítica pode contribuir para tomada de decisões de consumo de Jovens-Indivíduos-Consumidores (JIC's)**. 178 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Matemática). Instituto de Ciências Exatas da Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2013.

CAMPOS, Celso Ribeiro; COUTINHO, Cileda de Queiroz e Silva (org). **Educação Financeira no contexto da Educação Matemática: pesquisas e reflexões**. Taubaté: Editora Akademy, 2020.

CASTRO, Marcelo Macedo Corrêa e; AMORIM, Rejane Maria de Almeida. A formação inicial e a continuada: diferenças conceituais que legitimam um espaço de formação permanente de vida. **Caderno Cedes**, Campinas, v. 35, n. 95, p. 37-55, jan/abr. 2015.

CEOLIM, Amauri Jersi; HERMANN Wellington. Ole Skovsmose e sua Educação Matemática Crítica. **Revista Paranaense de Educação Matemática**. Campo Mourão, PR, v.1, n. 1, jul-dez. 2012. Disponível em <<https://periodicos.unespar.edu.br/index.php/rpem/article/view/5922>>. Acesso em 17 jun 2022.

CHIARELLO, Ana Paula Rohrbek. **Educação Financeira Crítica: novos desafios na formação continuada de professores**. 149 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Comunitária da Região de Chapecó, Chapecó, 2014.

CHIARELLO, Ana Paula Rohrbek; BERNARDI, Luci dos Santos. Educação Financeira Crítica: novos desafios na formação continuada de professores. **Boletim GEPEM – Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Matemática**. Rio de Janeiro, n. 66, p.31-44, jan-jul, 2015.

CORDEIRO, Nilton José Neves; COSTA, Manoel Guto Vasconcelos Costa; SIVLA, Marcio Nascimento da. Educação Financeira no Brasil: uma perspectiva panorâmica. **Ensino da Matemática em Debate**. São Paulo, v. 5, n. 1, p. 69-84, 2018.

CRECCI, Vanessa Moreira; FIORENTINI, Dario. Desenvolvimento Profissional em Comunidades de Aprendizagem Docente. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 34, e. 172761, 2018.

CRESWELL, John W. **Projeto de Pesquisa – Métodos Qualitativo, Quantitativo e Misto**. Trad. Magda Lopes. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

D'AQUINO, Cássia. **Educação financeira: como educar seus filhos**. 1 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008. Disponível em: <<https://www.indicalivros.com/livros/educacao-financeira-como-educar-seu-filho-cassia-daquino>>. Acesso em 17 set 2021.

D'AQUINO, Cássia. **Como falar de dinheiro com seu filho**. 1 ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

DELORS, Jacques et al. **Educação: um tesouro a descobrir – Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI**. – MEC. Brasília: Cortez Editora, 1998.

DITTA, Aline Wanderley Camisassa. **Educação Financeira: uma análise das práticas de instituições financeiras brasileiras**. 60 f. TCC (MBA em Gestão de Sustentabilidade) Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2014.

DITTA, Aline Wanderley Camisassa; MATOS, Tiago de; IGNÁCIO, Fabiana; RAMIREZ, Rodrigo Avella. A Educação Financeira como tema transversal na BNCC. **Anais do XVI Simpósio dos Programas de Mestrado Profissional**. Unidade de Pós-graduação e Pesquisa do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, São Paulo, 2021.

DOURADO, Luiz Fernandes; OLVEIRA, João Ferreira de. Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e os Impactos nas Políticas de Regulação e Avaliação da Educação Superior. In: AGUIAR, Márcia Angela; DOURADO, Luiz Fernandes (orgs) **A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas**. [livro eletrônico] – Recife: ANPAE, 2018. Disponível em <(PDF) [A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas ANPAE \(researchgate.net\)](#)> Acesso em 07 jun 2021.

ENEF – **Orientação para Educação Financeira nas Escolas**. Disponível em: <<https://www.vidaedinheiro.gov.br/wp-content/uploads/2017/08/DOCUMENTO-ENEF-Orientacoes-para-Educ-Financeira-nas-Escolas.pdf>>. Acesso em: 17 maio 2021.

FARIAS, Lucia dos Santos Bezerra de. **Educação Financeira Escolar: um olhar sobre as práticas educativas para os anos iniciais do Ensino Fundamental com professores em um processo de formação**. 127 f. Monografia (Licenciatura em Matemática). Instituto Federal do Espírito Santo, Vitória, 2021.

FERNANDES, Carmen. Revisitando a base de conhecimentos e o conhecimento pedagógico do conteúdo (PCK) de professores de ciências. **Revista Ensaio**, Belo Horizonte, v. 17, n. 2, p. 500-528, maio-ago, 2015

FIGUERÊDO SILVA, Maria Manuela. **Educação Financeira na Educação de Jovens e Adultos: o livro didático, as concepções dos professores e o planejamento de suas práticas**. 233 f. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática e Tecnológica). Centro de Educação da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2021.

FIorentini, Dario; CRECCI, Vanessa. Interloquções com Marilyn Cochran-Smith sobre aprendizagem e pesquisa do professor em comunidades investigativas. *Revista Brasileira de Educação*, Campinas, v. 21, n. 65, abr.-jun. 2016.

FORMOSINHO, João (org). **Formação de professores: aprendizagem profissional e ação docente**. Coleção Currículo, Políticas e Práticas. Porto: Porto Editora, 2009.

FORTE, Claudia (org). **Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) – Em busca de um Brasil melhor**. 1ª ed. São Paulo, Riemma Editora, 2020.

FROHMUT, Bruna Duarte Ferreira. **A contribuição das narrativas na formação docente de professoras do Ensino Técnico**. 149 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Desenvolvimento da Educação Profissional) Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, São Paulo, 2021.

GADELHA, Rayane Marcelino. A formação inicial e continuada de professores. Cap 4 In **Formação Docente, Tecnologia**. GONÇALVES, Maria Célia da Silva; JESUS, Bruna Guzman Educação Contemporânea - Volume 06 – Formação Docente, Tecnologia – Belo Horizonte–MG: Poisson, 2020.

GATTI, Bernadete Angelina; BARRETO, Elba Siqueira de Sá; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de; ALMEIDA, Patrícia Cristina Albieri de Almeida. **Professores do Brasil: novos cenários de formação**. Brasília: UNESCO, 2019.

GIANNETTI, Eduardo. **O valor do amanhã: ensaio sobre a natureza dos juros**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

GOHN, Maria da Glória. Educação Não Formal: um novo campo de atuação. **Ensaio: avaliação políticas públicas Educação**, Rio de Janeiro, v.6, n. 21, p. 511–526, out/dez. 1998.

GOHN, Maria da Glória. Educação Não-Formal e o Papel do Educador (a) Social. **Revista Meta: Avaliação**, v. 1, n. 1, p. 28-43, jan/abr. 2009.

GONH, Maria da Glória. **Educação Não Formal e o educador social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais** (Coleções questões da nossa época; v.1). São Paulo: Cortez, 2010.

GONH, Maria da Glória. **Educação Não Formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor** (Coleção questões da nossa época; v.71). 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

GOHN, Maria da Glória. Educação Não Formal nas instituições sociais non formal education in social institutions la educación no formal en las instituciones sociales. **Revista Pedagógica – Revista do Programa de Pós-graduação em Educação da Unochapecó**. v. 18, p. 59–75, 2016.

GOMES DA SILVA, Fabiana. **Conhecimentos docentes para o ensino de Educação Financeira Escolar**. 118 f. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática e Tecnológica). Centro de Educação da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2021.

GRÜTZMANN. Thais Philipsen. Saberes docentes um estudo a partir de Tardif e Borges. **Revista Temas em Educação**, João Pessoa, Brasil, v. 28, n.3. p. 02-23, set/dez 2019.

HARARI, Yuval Noah. **21 lições para o século XXI**. Trad. Paulo Geiger. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

HALL, Stuart. **Identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomás Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 11^a ed., 2006.

HARTMANN, Andrei Luís Berres. **A Educação Financeira nos cursos de Licenciatura em Matemática da Universidade Estadual Paulista – UNESP**. 183 f. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) Instituto de Geociências e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, Rio Claro, 2021.

IGNACIO, Fabiana. **O inglês como meio de instrução (EMI) na Educação Profissional: possibilidades e desafios para a formação docente**. 130 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Desenvolvimento da Educação Profissional) Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, São Paulo, 2022.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza** (Coleção Questões da Nossa Época, v. 77). 6 ed. São Paulo, Cortez, 2006.

KISTEMANN JR, Marco Aurélio. Economização, capital humano e literacia financeira na ótica instrumental da OCDE na ENEF. In: CAMPOS, Celso Ribeiro; COUTINHO, Cileda de Queiroz e Silva (org). **Educação Financeira no contexto da Educação Matemática: pesquisas e reflexões**. Taubaté: Editora Akademy, 2020.

KISTEMANN JR, Marco Aurélio; COUTINHO, Cileda Queiroz; FIGUEIREDO, Auriluci. Cenários e Desafios da Educação Financeira com a Base Curricular Comum Nacional (BNCC): Professor, Livro Didático e Formação. **Revista EM TEIA – Revista de Educação Matemática e Tecnológica Iberoamericana**, Recife, v.11, n.1, 2020.

LEMES, Fernanda C. G; EVANGELISTA, Maria Tereza F.; ANUNCIATO, Rosa M. M.. Contribuições de Cochran-Smith & Lytle para a formação de professores: analisando conhecimentos e práticas. **Revista de Educação, Ciência e Tecnologia (RECeT)**, Presidente Epitácio, SP, v.1, n.1. p.126-140, 2020.

LÜDKE, Menga. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas** / Menga Lüdke, Marli E. D. A. André. 2^a ed – [Reimpr.], Rio de Janeiro: E.P.U., 2020.

MACEDO, Elisabeth F. **Parâmetros curriculares nacionais: a falácia de seus temas transversais**. Artigo disponível no livro: Currículo: Políticas e Práticas/ Antonio Flavio Barbosa Moreira (org.) – Campinas: Papirus, 1999. - (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico)

MACHADO, Joaquim; FORMOSINHO, João. Professores, escola e formação. Políticas e práticas de formação contínua. In: **Formação de professores: aprendizagem profissional e acção docente**. Coleção Currículo, Políticas e Práticas. Porto: Porto Editora, 2009.

MATOS, Thiago Vieira de. **Eu docente: estudo da formação do professor no Programa Jovem Aprendiz de uma instituição de ensino profissional**. 152 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Desenvolvimento da Educação Profissional) Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, São Paulo, 2022.

MELO, Danilo Pontual de. **Educação Financeira e Matemática Financeira: compreendendo possibilidades a partir de um grupo de estudo com professores do Ensino Médio**. 110 f. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática e Tecnológica) Centro de Educação da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.

MELO, Danilo Pontual de; VIEIRA, Glauciane da Silva; AZEVEDO, Suedy Santos de; PESSOA, Cristiane Azevêdo dos Santos. Diálogos entre a Educação Financeira Escolar e as Diferentes Áreas do Conhecimento na BNCC do Ensino Fundamental. **EM TEIA – Revista de Educação Matemática e Tecnológica Iberoamericana** – vol. 12 – n. 2, 2021.

MIZUKAMI, Maria da Graça Nicolett, et al. **Escola e aprendizagem na docência: processos de investigação e formação**. São Carlos: EdIFSCar, 2010.

MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti. Aprendizagem da docência: algumas contribuições de L.S. Shulman. **Revista Educação**, Santa Maria, V.09, n 2, p. 33-49, 2004.

MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa (org.). **Currículo. políticas e práticas**. Campinas-SP: Papirus, 1999. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico)

MOSER, Alvino. Formação de docente em comunidades de prática. **Revista Intersaberes**, Curitiba, a.5, n.10, p.201-244, jul/dez. 2010. Disponível em: <<https://www.revistasuninter.com/intersaberes/index.php/revista/article/view/172>> Acesso em: 28 nov. 2022.

MUNDY, Shaun. Financial Education Programmes in Schools. 2009. **OECD Journal: General Papers**, vol. 2008/3. Disponível em <https://doi.org/10.1787/gen_papers-v2008-art18-en>. Acesso em 14 abril 2022.

NETO, Samuel de Souza; AYOUB, Eliana. Maurice Tardif - trajetória de um pesquisador: entre profissionalização do ensino, pensamento crítico e riscos contemporâneos. **Pro-Posições**, Campinas, SP, v. 32, p. e20200145, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8666817>>. Acesso em: 30 mar 2022.

NÓVOA, António. **Formação de professores e trabalho pedagógico**. Lisboa: Educa, 2002.

NÓVOA, António; FINGER, Matthias (organizadores). **O método (auto)biográfico e a formação**. 2 ed. Tradução: Maria Nóvoa. Série Clássicos das Histórias de Vida. Natal, RN: EDUFRRN, 2014.

NÓVOA, António. Os professores e sua Formação num Tempo de Metamorfose da Escola. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v.44, n. 3, e84910, 2019.

NÓVOA, António. **Escolas e Professores: Proteger, Transformar, Valorizar**. António Nóvoa, colaboração Yara Alvim. – Salvador: SEC/IAT, 2022. 116 p. (livro digital) Disponível em <<https://www.forma-te.com/mediateca/viewdownload/114/44711>>. Acesso em 23 set 2021.

OCDE. Centro OCDE/CVM de Educação e alfabetização financeira para América Latina e Caribe. **Recomendações sobre os princípios e as boas práticas de educação e conscientização financeira**. 2005. Disponível em < <https://www.oecd.org/daf/fin/financial->

education/%5bPT%5d%20Recomendação%20Princ%C3%ADpios%20de%20Educação%20Financeira%202005%20.pdf> Acesso em: 26 jul 2021.

OECD. **Better Policies for Best Lives.** – 60 years. Disponível em < <https://www.oecd.org/60-years/>>. Acesso em 23 fev 2022.

OECD, Council. **Recommendation on Principles and Good Practices for Financial Education and Awareness.** Directorate for Financial and Enterprise Affairs. Jul. 2005. Disponível em < <https://www.oecd.org/finance/financial-education/35108560.pdf>>. Acesso em 22 maio 2021.

OECD. **La educación financiera en América Latina y el Caribe** – situación actual y perspectivas. Serie Políticas Públicas y Transformación Productiva. N. 12, 2013. Disponível em < https://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/OECD_CAF_Financial_Education_Latin_AmericaES.pdf>. Acesso em 29 abr. 2022.

PETEROSSI, Helena Gemignani; MENESES, João Gualberto de Carvalho (coordenadores). **Revisitando o saber e o fazer docente.** São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

PETEROSSI, Helena Gemignani; MENINO, Sérgio Eugenio. **A formação do formador.** 1. Ed. São Paulo: Centro Paula Souza, 2019.

PESSOA, Cristiane Azevedo dos. Educação Financeira: O que tem sido produzido em mestrados e doutorados defendidos entre 2013 e 2016 no Brasil? In: CARVALHÊDO, J.; CARVALHO, M. V.; ARAUJO, F. (orgs.) **Produção de conhecimentos na Pós-graduação em educação no nordeste do Brasil: realidades e possibilidades.** Teresina: EDUPI, 2016. Disponível em <<https://www.ufpi.br/ebooks-2016-ppged>> Acesso em 13 jul 2022.

PESSOA, Cristiane Azevedo dos. Cenários sobre Educação Financeira Escolar: entrelaçamentos entre a pesquisa, o currículo e a sala de aula de Matemática. In: Educação Financeira Escolar: construções, caminhos, pesquisas e potencialidades para o século XXI. **Educação EM TEIA**, Recife, 2022.

PERRENOUD, P. et all. **As competências para ensinar no século XXI: a formação dos professores e o desafio da avaliação.** Tradução> Claudia Schilling e Fatima Murad. Porto Alegre: Artmed Editora, 2002.

PONTES DA SILVA, Arlam Dielcio. **Atividades de Educação Financeira em livro didático de Matemática: como professores colocam em prática?** 201 f. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática e Tecnológica) Centro de Educação da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018.

RAMIREZ, Rodrigo Avella. **Histórias de vida na formação do professor.** 1 ed. São Paulo: Centro Paula Souza, 2014.

REIS, Simone Regina dos. **Matemática Financeira na perspectiva da Educação Matemática Crítica.** 117 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Matemática em Rede Nacional - PROFMAT) Centro de Ciências Naturais e Exatas da Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013.

SACRISTÁN, José Gimeno. **Saberes e incertezas sobre o currículo** Porto Alegre: Artmed Editora, 2002.

SACRISTÁN, José Gimeno. **Educar e conviver na cultura global** – as exigências da cidadania. Trad. Ernani Rosa. Porto Alegre: Penso Editora, 2013.

SAITO, André Taue; SAVÓIA, José Roberto Ferreira; PETRONI, Liége Mariel. **A educação financeira no Brasil sob a ótica da Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (OCDE)**. 2006, Anais. São Paulo: EAD/FEA/USP, 2006. Disponível em <http://sistema.semead.com.br/9semead/resultado_semead/trabalhosPDF/45.pdf>. Acesso em 06 abr 2022.

SAITO, André Taue. **Uma contribuição ao desenvolvimento da educação em finanças pessoais no Brasil**. 283 f. Dissertação (Mestrado em Administração) Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

SAMPIERI, Roberto H.; COLLADO, Carlos F.; LUCIO, María del Pilar B. **Metodologia de Pesquisa**. Trad. Daisy Vaz de Moraes. 5. Ed. Porto Alegre: Penso Editora, 2013.

SARAIVA, Karla Shuck. Os sujeitos endividados e a Educação Financeira. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 66, p. 157-173, out-dez 2017.

SAVOIA, José Roberto Ferreira; SAITO, André Taue; SANTANA, Flavia de Angelis. Paradigmas da educação Financeira no Brasil. **Revista de Administração Pública – RAP**, Rio de Janeiro, n. 41, 1122-1141, Nov-Dez 2007.

SCHINEIDER, Tcharles; ROSSETTO, Júlio César; QUARTIERI, Marli Teresinha; OLIVEIRA, Eniz Conceição. Educação Financeira Crítica: uma formação para formadores. **REnCiMa**, v. 9, n. 3, p. 123-142, 2018. Disponível em <https://www.researchgate.net/publication/335071314_Educacao_Financeira_Critica_uma_formacao_para_formadores>. Acesso em abril 2022.

SHULMAN, Lee. Conhecimento e Ensino: Fundamentos para a Nova Reforma. “Knowledge and Teaching Foundations of the New Reform”. **Harvard Educational Review**, v.57, n.1, p. 1-22, abr. 1987. Tradução de Leda Beck e revisão técnica de Paula Louzano.

SHULMAN, Lee S.; SHULMAN, Judith H. Como e o que os professores aprendem: uma perspectiva em transformação. **Cadernos Cenpec**. São Paulo, v.6, n.1, p.120-142, jan/jun. 2016.

SILVA, Amarildo; POWELL, Arthur Belford. Um Programa de Educação Financeira para a Matemática Escolar da Educação Básica. **Anais do XI Encontro Nacional de Educação Matemática - ENEM**, Curitiba, 2013. Disponível em: <http://sbem.iuri0094.hospedagemdesites.ws/anais/XIENEM/pdf/2675_2166_ID.pdf>. Acesso em 23/06/22.

SKOVSMOSE, Ole. **Um convite à Educação Matemática Crítica**. (Coleção Perspectivas em Educação Matemática) Trad. Orlando de Andrade Figueiredo. Campinas, SP: Papirus, 2014.

SKOVSMOSE, Ole. **Educação Matemática Crítica: a questão da democracia**. (Coleção Perspectivas em Educação Matemática). Tradução: Abigail Lins e Jussara de Loiola Araújo.

Campinas, SP: Papyrus Editora, 2015.

SKOVSMOSE, Ole. O que poderia significar a Educação Matemática Crítica para diferentes grupos de estudantes? **Revista Paranaense de Educação Matemática**. Campo Mourão, PR, v.6, n.12, p.18-37, jul-dez. 2017.

SOUZA, Jáder Santos; FREITAS, Moniele Santos de; NEIVA, Janine Marino Dagnoni. Educação Matemática Financeira: Desenvolvimento do Pensamento e da Compreensão dos Alunos, segundo os PCN'S e o BNCC. In: **Anais do VI Congresso Nacional de Educação (CONEDU)**. Fortaleza, 2017.

SOUZA, Luciana Karine de. Pesquisa com Análise Qualitativa de Dados: conhecendo a Análise Temática. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**. Rio de Janeiro, RJ, v.71, n. 2, p. 51-67, 2019.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 17 ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

TARDIF, Maurice. Saberes profissionais dos professores e conhecimentos universitários. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, n.13, p 5-24, jan/fev/mar/abr. 2000.

TEIXEIRA DA SILVA, Anaelize dos Anjos. Educação Financeira nos anos iniciais do Ensino Fundamental: como tem ocorrido na sala de aula? 161 f. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática e Tecnológica) Centro de Educação da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

TOLEDO, Adriana. Educação Financeira, por que precisamos dela? In: **Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF)** – Em busca de um Brasil melhor. Cap. 1. 1ª ed. São Paulo, Riemma Editora, 2020.

XIMENES-ROCHA, Solange Helena; FIORENTINI, Dario. Formação de professores em comunidades colaborativas no interior da Amazonia. **Revista Educação**, Santa Maria, v. 43, n.2, p. 2670284, abr-jun. 2018.

WENGER, Etienne. **Communities of practice: a brief introduction**. Disponível em <<https://scholarsbank.uoregon.edu/xmlui/bitstream/handle/1794/11736/A%20brief%20introduction%20to%20CoP.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em 12 ago 2022.

ZABALA, Antoni. **A prática educativa: como ensinar**. Trad. Ernani F. da F. Rosa. Porto Alegre: Artmed, 1998.

ZABALA, Antoni e ARNAU, Laia. **Como aprender e ensinar competências**. Trad. Carlos Henrique Lucas Lima. Porto Alegre: Artmed, 2010.

APÊNDICES

APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE PESQUISA

“Educação Financeira como tema transversal na Educação Profissional: desafios para a formação de educadores de jovens aprendizes”

Leia o termo de consentimento livre e demais esclarecimentos:

Como mestranda em Educação Profissional – Unidade de Pós-Graduação, Extensão e Pesquisa do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, orientada pelo Professor Doutor Rodrigo Avella Ramirez, será realizada uma pesquisa intitulada *“Educação Financeira como tema transversal na Educação Profissional: desafios para a formação de educadores de jovens aprendizes”* e gostaríamos muito que participasse. Esclarecemos que sua escolha se deu por fazer parte do grupo de educadores do Programa Socioaprendizagem no Polo São Paulo da Rede Cidadã.

O objetivo geral deste estudo é investigar o atual cenário da formação de educadores de jovens aprendizes com relação ao tema Educação Financeira a fim de propor uma estratégia de formação que contemple o educador como sujeito produtor de conhecimentos.

Sua participação por meio deste questionário é livre e espontânea, sendo que as informações obtidas por meio desta pesquisa serão confidenciais e asseguramos o sigilo sobre sua participação. Os dados serão divulgados de forma a não possibilitar sua identificação, protegendo e assegurando sua privacidade.

Participar desta pesquisa é uma decisão sua e, no caso de não aceitar ou desistir, fica assegurado que não haverá prejuízo de qualquer natureza, nem qualquer tipo de utilização de seus dados.

Certos de poder contar com sua valiosa participação, agradecemos antecipadamente e colocamo-nos á disposição para, a qualquer momento, prestar esclarecimentos ou sanar dúvidas sobre o projeto e sua participação por meio do e-mail aline.ditta@cpspos.sp.gov.br ou pelo celular (11) 98407-0774 sob os cuidados da Mestranda Aline Wanderley Camisassa Ditta, pesquisadora responsável pela coleta e organização dos dados, sob a orientação do Prof. Dr. Rodrigo Avella Rodrigues.

Ao final desta pesquisa, o trabalho completo será disponibilizado no site do Programa de Mestrado <http://www.pos.cps.sp.gov.br/dissertacoes> .

1. Declaro que entendi os objetivos de minha participação na pesquisa e concordo em participar:
 Sim Não

2. Sexo:
 Feminino Masculino Prefiro não declarar

3. Faixa etária
 20 a 30 anos
 31 a 40 anos
 41 a 50 anos
 acima de 51

4. Qual a sua formação acadêmica?
 Graduação
 Pós-Graduação
 Outro
Curso: (considerar o mais recente) _____
Instituição: _____
Ano de conclusão: _____

5. Há quanto tempo você atua como educador
 menos de 4 anos
 entre 4 e 8 anos
 entre 8 e 12 anos
 acima de 12 anos
Vínculo com a Rede Cidadã:
 CLT
 Contrato como Prestador de Serviços
 Outro

6. Tempo de atuação na Rede Cidadã:
 menos de 1 ano
 entre 1 e 3 anos
 entre 3 e 5 anos
 acima de 5 anos

7. Você tem conhecimento sobre Educação Financeira? (pode marcar mais de uma resposta)
 Não tenho conhecimento
 Fiz cursos de especialização na área
 Busco conhecimentos de forma autodidata
 Tenho formação específica na área

8. Como você classificaria seu conhecimento sobre Educação Financeira:
- Insuficiente
 - Básico
 - Intermediário
 - Avançado
9. Você considera importante a inclusão do tema Educação Financeira no currículo do programa Socioaprendizagem da Rede Cidadã?
- Sim Não
10. Você considera importante uma formação específica sobre Educação Financeira para atuar como educador na Rede Cidadã?
- Sim Não
- Se SIM na questão anterior, assinale os assuntos que considera mais importantes:
- Perfil financeiro individual
 - Uso consciente do dinheiro
 - Orçamento e planejamento financeiro
 - Motivações que influenciam as decisões financeiras
 - Reserva financeira para emergências e para o futuro
 - Equilíbrio e liberdade financeira
 - Como investir e gerar renda
 - Hábitos financeiros saudáveis
 - Desafios e cuidados no uso do dinheiro
 - Estratégias para o ensino de Educação Financeira para jovens
11. Você aceitaria participar de uma entrevista individual para aprofundamento sobre Educação Financeira?
- Sim Não
- Se sim, deixe um contato.
- e-mail: _____
- whatsapp: _____

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA

1. Você poderia dar um panorama sobre sua trajetória profissional até o presente momento? Há quanto tempo atua como educador? Sempre na mesma área? Em quais segmentos da educação já atuou/atua? Por que a escolha de atuar na área de educação? Atua em outras áreas?
2. Como você avalia a Educação Financeira no cenário educacional contemporâneo? Você considera a Educação Financeira um tema relevante para a educação de jovens aprendizes? Por quê?
3. O que você entende por “inserir a Educação Financeira como tema transversal”, proposto na BNCC – Base Nacional Comum Curricular? O que você pensa sobre a possível aplicabilidade da transversalidade da Educação Financeira no currículo escolar?
4. Qual a sua opinião sobre a transversalidade da Educação Financeira na educação não-formal? Como você enxerga a integração do tema educação financeira em diferentes eixos temáticos na sua prática? Quais os principais benefícios desta transversalidade? E quais as principais dificuldades?
5. Você considera importante a inclusão do tema Educação Financeira na formação de educadores? Comente sobre como recomendaria ser essa formação e sobre iniciativas e experiências de formação, que você conheça, em educação financeira para educadores.
6. Como educador, que desafios você enfrenta ao trabalhar com o tema Educação Financeira? Como se tornar um educador de Educação Financeira?
7. Você sente que teve uma boa preparação para atuar com Educação Financeira? Por quê?
8. Você gostaria de atuar como formador de educadores com relação ao tema educação financeira? Por quê? Comente.
9. Há quanto tempo atua no programa Socioaprendizagem da Rede Cidadã? O que te motivou a participar deste programa?
10. Quais os principais desafios para a inclusão do tema Educação Financeira no programa Socioaprendizagem da Rede Cidadã?
11. Você aborda conteúdos de Educação Financeira em suas aulas no programa Socioaprendizagem da Rede Cidadã? Quais conteúdos são abordados? Comente sobre os materiais, técnicas e estratégias que utiliza para favorecer a aprendizagem do tema pelos jovens aprendizes.

12. Quais fontes de informação e possibilidades de formação em Educação Financeira que são de seu conhecimento e/ou utilização? Quais são suas necessidades atuais com relação aos conhecimentos de educação financeira?
13. Você considera importante uma formação específica sobre Educação Financeira para atuar como educador na Rede Cidadã? Se SIM, como gostaria que fosse essa formação?
14. Como você receberia a possibilidade de participar de um grupo de estudos com outros educadores para a troca de informações, ideias e experiências relacionadas ao tema Educação Financeira? Qual seria a sua disponibilidade, qual o melhor formato – presencial ou remoto, qual o melhor horário?

APÊNDICE C – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM EDUCADOR 1

Pesquisadora: Estamos aqui para conversar um pouco sobre esse tema: a formação do educador em educação financeira. Eu gostaria de passar a palavra para o professor Rodrigo e ele vai falar um pouquinho e depois a gente vai conversar sobre o tema.

Orientador: Então Educador 1, muito prazer, obrigado por ter aceitado participar desse projeto que a Pesquisadora está estruturando. É um projeto muito importante, na área de educação financeira. Ela tem uma proposta bastante até original, vamos dizer assim. O trabalho dela depende muito de ouvir você e os seus colegas, porque a gente quer realmente dar voz ao professor, aquele que está no dia a dia com o aluno trabalhando, montando suas aulas, em contato com o aluno e que está vivenciando essa educação financeira. Então a gente quer muito ouvir vocês. É uma pena que o colega não está podendo participar hoje, mas não tem problema. A gente tem também planejado entrevistas individuais; o importante é ouvir você. Então, sinta-se à vontade para falar tudo o que você achar e pensar. Isso é muito importante, porque o foco realmente depois do trabalho da Pesquisadora, é devolver isso para os docentes de uma forma que eles sejam ouvidos e que o trabalho deles ecoe nessa área de educação financeira, que ainda é muito carente de propostas de formação de professores. Então, muito obrigado novamente. Eu vou, eu vou ficar aqui, mas para vocês ficarem mais à vontade, vou desligar minha câmera e a Pesquisadora vai conversar com você. Tá bom.

Educador 1: Imagina, sem problema nenhum. Professor, eu que agradeço. E saber que a gente pode tá dando essa ajuda porque eu acredito que que é bastante válida para ela. Tá bom, Pesquisadora, pode contar comigo. Obrigada.

Pesquisadora: Obrigada. Obrigada, professor! Então vamos seguir aqui. Educador 1 eu vou só colocar aqui o despertador pra gente não se estender, porque eu sei que a gente da área de educação, quando a gente começa a falar vai um dia, vai uma semana, mas só pra gente, não se estender demais, eu não quero atrapalhar sua agenda, tá bom? Então eu gostaria, para começar, que você se apresentasse e falasse um pouquinho da sua história como professora, como educadora e o seu trabalho na Rede Cidadã e fazer um link com a questão da sua percepção com relação à educação financeira na sua prática.

Educador 1: Eu estou na área da educação já há dez anos, né? As minhas formações pedagógicas são em tecnologia, em gestão de Marketing, Licenciatura em Letras e eu fiz uma pós graduação em Docência do Ensino Superior e estou estudando mestrado na área da educação. E a educação financeira acaba estando sempre presente, até porque eu estou trabalhando aí com o processo de ensino e aprendizagem com os jovens. Então, os temas que envolvem a administração, qualquer coisa que venha viabilizar o empreendedorismo precisa de cálculo. Então a gente precisa sempre estar passeando nesse universo dos números, né? E de uma certa forma, às vezes ele fica básico. Tem hora que a gente precisa ir um pouquinho mais específico. E quando a gente precisa de algo mais complexo, aí a gente já pede o apoio para quem são das áreas de exatas. E a gente sente muita carência em relação a esse tema, porque é um tema que ele está sempre nos cercando, nos rodeando, é presente nas nossas vidas, né? É o exemplo que eu sempre dou para os jovens. A gente sempre precisa estar fazendo uma planilha, seja uma planilha dos gastos pessoais, os gastos que você já vai colocar que seja. É um gasto que não estava no seu plano, né? Então sempre há o financeiro, ele está presente, né? E eu sinto bastante assim, essa necessidade que por mais que a gente faz esses cursos online, como eu até respondi lá no questionário, foi a mesma coisa quando a gente tem o presencial, entendeu?

Pesquisadora: Exato. Tá bom, é superimportante. Isso que você está colocando. É bacana. Você também está fazendo um mestrado, então sabe dos desafios, né? Então você falou de fazer alguns cursos, da importância de trazer isso a educação financeira para dentro do universo dos seus alunos hoje, que são jovens, que está preparando para entrar no mercado de trabalho ou para uma carreira de empreendedorismo. E a gente vê em vários programas vários materiais disponibilizados de educação financeira. Eles estão diretamente ligados às instituições financeiras, aos big players, são instituições financeiras a OCDE, as federações ligadas ao mercado financeiro, que oferecem muitas oportunidades de formação. Mas. Eu queria ouvir de você: O que você acha disso, desses programas que são oferecidos pelo setor financeiro estão a serviço de quem eles estão preparando? Quem? Eles estão preparando o indivíduo como consumidor? Onde estão preparando e incentivando o **consumo**? Como você vê isso? Não sei se ficou clara a minha pergunta.

Educador 1: Ficou clara a sua pergunta, sim. Em alguns momentos eu enxergo que eles estão preparando, mesmo como consumidor, para a gente manter os gastos para fazer a engrenagem desse universo financeiro girar. E não fica muito claro muitas vezes porque, como eu disse às pessoas, elas só procuram um curso no segmento financeiro quando ela sente em bater ali na porta dela. A palavra até desespero ajuda a gente neste momento. Quando a gente tem uma dificuldade, a gente corre atrás de algo dessa forma.

Pesquisadora: E como você vê, de uma maneira geral, a preparação do educador, você, educadora da Rede Cidadã, você tem uma formação, você tem uma bagagem. Mas como que você vê, de uma maneira geral, a formação do educador para trabalhar com esse tema educação financeira. E eles estão preparados? Como você vê isso?

Educador 1: Vou ser bem sincera, a grande maioria não está preparado e muitas vezes acaba se apoiando só no material que é ofertado pela pelo núcleo que está trabalhando, né? E aí ele se apoia só naquilo. Mas eu penso que o professor tem que pensar fora da caixinha, ele tem que ir além. E onde é que esses suportes acabam agregando valores, né? Por que ele precisa acrescentar o material? Porque a gente dentro de uma sala a gente vamos pegar um exemplo e a gente pode ter desde aquele aluno que é leigo, como você pode, até um aluno que ele sabe até mais do que você. Então a gente precisa estar preparado. Mas a grande maioria, enquanto nós, profissionais que não somos do universo da área de exatas, acaba não se preocupando tanto.

Pesquisadora: Eu estudei bastante coisa relacionada a matemática financeira crítica, que é um pouco dessa visão e muito mais do que pensar e entender só no cálculo de juros, no cálculo de parcelas, é ter um posicionamento crítico. O que você acha disso? E o que você acha que precisa? Como você acha que os educadores estão preparados nesse sentido ou não?

Educador 1: Eu acredito que a própria instituição, pega o exemplo. Eu estou trabalhando aqui na Rede Cidadã e eles podem investir na gente, oferecendo cursos com profissionais, até por meio de palestras, porque isso vai fazendo a gente ter mais interesse e agregar conceitos para os jovens que a gente trabalha em sala de

aula, porque vai fazer eles enxergar não só aquela receita básica, mas sim como você mesmo usou. Ter uma visão ampla e uma visão ampla de conseguir fazer uma planilha e não só de um juro simples, mas um juro composto. Conseguir entender essa fatia de mercado e deixar de ter medo dos números. Porque a gente sente muito isso. Porque quando a gente trabalha a educação financeira, a maioria fica naquela resistência porque tem dificuldade.

Pesquisadora: E você diz a maioria que tem resistência está se referindo aos alunos ou aos educadores?

Educador 1: Aos alunos e até educadores mesmo porque tem muita gente, porque quando a gente às vezes vai fazer um plano de aula, a gente conversa, a gente troca informação e muitos acabam tendo dificuldade, até mesmo com questão de porcentagem, porque não é o meu universo, eu não tenho por que me preocupar, eu vou passar o que é básico e eu não enxergo dessa forma, né? A gente tem que sempre, como eu falei, ter um pensamento além, né? Porque a gente tem que estar preparando esses meninos para a vida.

Pesquisadora: E a gente tem visto toda a discussão hoje que a educação financeira deve entrar como tema transversal, né? Então, em tese, todos os educadores têm que tratar disso de alguma maneira relacionada ao seu conteúdo, né? Mas como que fica mais uma vez a questão da formação do educador? Você tem uma formação específica para trabalhar no universo da Rede Cidadã? Você tem uma formação específica para trabalhar com a educação financeira? Você tem essa demanda específica ou isso é uma coisa que vem de você? Você falou que você tem essa preocupação de trazer essa discussão para as aulas com os seus alunos, mas isso vem de você ou vem da instituição?

Educador 1: Parte muito mais de mim. A instituição ela acaba sabendo das situações problema quando a gente aponta para ela aquela dificuldade, né? E aí sempre, não só esse tema, educação financeira, qualquer outro que a gente possa desempenhar, que a gente vê que não é da nossa área, aí é onde a gente pede os treinamentos, né? E aí é por isso que eles também provoca a gente a participar dessas pesquisa, porque isso estimula a gente a buscar um aprendizado pra acrescentar na nossa bagagem, né? Porque é como eu falo a nossa mochila em relação a educação financeira, ela é a básica, porque o conteúdo que a gente passa

para os meninos não é algo complexo, mas eu acho que é importante a gente ter um curso, nem que fosse online, para poder aprimorar mais e a gente não ficar até a palavra é essa, meio ocioso de trabalhar com esse conteúdo e depois chegar a uma pergunta e a gente não conseguir dar uma resposta, entende? Nesse sentido.

Pesquisadora: Você acha que seria importante então que a instituição pudesse oferecer? Você teria interesse em participar de um curso que te pudesse te preparar mais para poder dar conta dessa demanda de trazer educação financeira com um posicionamento crítico, uma visão mais crítica dos alunos com relação a essa questão do consumo, não só aprender a fazer conta, não é isso?

Educador 1: Exatamente conseguir entender por que eu falo muito pra eles assim, quando você assiste uma matéria ou uma reportagem que está falando da economia e você não vê a importância do quanto do quanto a economia está presente na nossa vida. Aí ele fica mais familiarizado, entendeu? Vai ter mais interesse e conseguir se abster de forma crítica, né?

Pesquisadora: Gostando ou não gostando de números, a educação financeira faz parte da nossa vida!

Educador 1: Faz parte!

Pesquisadora: E os jovens? Como é que eles recebem esse tema? Você acha que eles ainda precisam ser mais motivados, mais despertados a eles? Eles recebem com interesse essas propostas de trabalhar com a educação financeira?

Educador 1: Eles precisam ser mais estimulados, porque o nosso público-alvo, nós temos aqui pessoas a partir de 14 anos, né? Não dá para dizer que é só até 24, porque a gente tem já as pessoas que são os PCDs, pessoas com deficiência, que pode ser jovem aprendiz perpetuamente, né? E o que acontece? Alguns jovens que teve a oportunidade de já estar estudando no ensino médio, em que teve uma aprendizagem mais consistente. Eles já veem com esse olhar. Agora, aquele jovem que já vem de um ensino médio, aonde foi só passando a bola, vamos usar esse termo. Ele não consegue entender nada sobre a matemática financeira. Ele acha que é uma besteira que ele não vai precisar, mas é igual quando ele já faz muitas perguntas para a gente em relação aos descontos, o que eles sofrem no holerite? Aí onde que eu falaria? O cálculo está presente na vida de vocês? Vamos lá, vamos tentar entender o que você sofreu desconto aqui. Aí entra todos esses aspectos.

Então o interesse é mais quando eu falo em relação aos jovens, né? Quando acontece algo de errado, aí eles precisam saber da informação. Aí ele se interessa. Mas enquanto não acontece nada que vai aguçar o interesse dele, fica ali.

Pesquisadora: Ele passa a ter interesse, então, quando ele entra no mercado de trabalho e recebe o primeiro salário, ele se depara com todas as possibilidades de consumo, de escolhas e muitas vezes ele se depara com situações de endividamento e dificuldades. E aí então ele tem interesse.

Educador 1: É um exemplo também é os jovens que já entram na faculdade, né? Porque aí ele passa a ser um universitário. Aí vêm os bancos oferecendo os cartões de crédito e aí ele não conhece muito desse universo e é onde eles criam uma bola de neve e aí eles se perdem e acabam até já deixando o nome restrito, né? Por quê? Porque é a falta de informação. Então eu considero muito importante se eles tivessem um conteúdo que fosse, que tivessem introdução, desenvolvimento e conclusão, para que ele possa entender, né? É o exemplo que eu dou. É igual quando você vai preparar uma receita, né? Porque é o financeiro é isso, é a receita. A gente entende, né? A gente entra no salário, que é o seu bruto. E o que que é o seu líquido que você vai receber, né? É só assim que eles conseguem ter a zona de interesse.

Pesquisadora: Você acha que uma proposta de montar um grupo de um grupo de professores, uma comunidade de prática, um grupo onde o tema educação financeira fosse discutido, além de trazer uma formação específica, mas trazer **uma** oportunidade pra discutir, pra trocar ideias, pra trocar experiências entre educadores que tenham as mesmas características. Como vocês da Rede Cidadã, vocês têm um público em comum. Você acha que seria positivo? Seria produtivo a formação dessa comunidade prática, desse grupo pra discutir, para criar soluções, para encontrar caminhos para trabalhar com educação financeira, com os jovens?

Educador 1: No meu ponto de vista, eu acredito ser muito positivo e válido, porque todo conhecimento vai agregar conceito de informação para eles, né? E essa troca qualifica muito. Porque independente do lugar que eu esteja, esteja eu aqui em São Paulo ou em outro estado, eu vou estar vendo um conhecimento que de repente uma pessoa tem uma facilidade maior de me mostrar. A exemplo da pizza, vamos olhar o todo. Um quarto da pizza foi mais fácil, explicado por aquela pessoa

que eu acabei de conhecer e vai formando até completar esse todo. Então eu acho bastante abrangente. A ideia é válida hoje.

Pesquisadora: Hoje, na Rede Cidadã você atua com qual disciplina? Empreendedorismo é isso?

Educador 1: Olha, na Rede Cidadã eu trabalho com vários segmentos que a gente trabalha com temas que envolvem a parte administrativa, desenvolvimento pessoal. Trabalha também com muitas dinâmicas, ou seja, a gente trabalha com todos os temas, tem uma área específica. Então tem um momento que, mesmo que eu não sou da área da exatas, eu sou formada mais na parte humana. Porém eu tenho muitas temáticas que envolvem as disciplinas que vai ajudar, direcionar para a parte financeira, entendeu? Porque por exemplo, educação fiscal, educação fiscal também vai envolver parte financeira e empreendedorismo também. Hoje, inclusive, eu trabalhei com o tema empreendedorismo. Então tem um momento que eles precisam entender quanto que vai custar o negócio deles, o que que eles vão gastar se precisar fazer o empréstimo. Então tudo isso engloba, né? O tema administração. Você também precisa mostrar como ele vai administrar, então muitas coisas vão envolver o cálculo. Então a gente passeia por muitos horizontes que o financeiro está o tempo todo presente. E é nisso que é nesse sentido que eu falo que acaba sendo vago para a gente. Quando a gente não é tão familiarizado com essa educação financeira que a gente acaba passando só aquele conteúdo básico e acaba talvez não abrangendo outras visões, possibilidades, até para não implicar um conhecimento que você não esteja tão seguro de transpassar adiante.

Pesquisadora: Ótimo. Deixa-me ver se eu tenho mais algum ponto aqui. Eu acho que a gente já meio que conversou sobre tudo. Mais um ponto que eu queria saber. Hoje você busca subsídios para te ajudar nesse desenvolvimento desses conteúdos mais relacionados a educação financeira, onde você busca? Você falou que você faz alguns cursos onde basicamente você busca apoio para se preparar.

Educador 1: Olha, eu vou dar o exemplo. A gente tem um material de apoio aqui da Rede, que é um material muito bom para trabalhar. Porém, quando eu vejo que o material está um pouco vago, eu busco fazer cursos, seja pela Fundação Bradesco, pela Universidade PUC aqui em São Paulo, que eles oferecem bastante cursos nessa área de educação financeira e também faço o curso pelo Sebrae porque

o Sebrae - eu sou MEI microempreendedor individual, então eles dão muito suporte pra gente quando a gente está com uma dificuldade. E aí isso vem me ajudando. Muitas vezes eu faço o agendamento que a gente tem, como se fosse uma pessoa que é um orientador. Então, quando eu chego em algum tema, por exemplo, a educação fiscal, eu pedi o suporte do Sebrae, porque eu achei que o material da Rede tava um pouco vago. Então esse pessoal já me deu um norte, né? Sempre buscando esses aspectos.

Pesquisadora: Professor Orientador, tem alguma colocação a fazer?

Orientador: Eu estou ouvindo tudinho. Então Educador 1 estava ouvindo aqui. Você respondeu tudo a Pesquisadora. perguntou né? Bem, como eu estou de fora, justamente eu estou observando, né? E o que você perguntou, a Educador 1 respondeu e eu gostei. A Educador 1 deu vários exemplos. Conforme ela foi falando, ela foi dando vários exemplos. Isso realmente só quem está na ativa que consegue fazer, né? Só quem está lá na sala com os alunos trabalhando é que consegue trazer esse elemento tão rico, que são esses exemplos que a Educador 1 deu. Então eu estou muito, muito satisfeito e gostei muito de ouvir a Educador 1 mostrando que tem esse, além de ela já fazer um monte de coisas, que ela faz né, que tem interesse e em participar de uma proposta de formação, que é isso que depois a Pesquisadora vai contar para vocês no final do trabalho dela, né? Não é que ela quer trazer mais uma coisa para ficar em cima das costas de vocês na aula. Quer realmente alguma coisa que faça diferença para vocês, para os professores. Então, a Educador 1 deu bastante material sim, para a gente poder analisar. Estou muito contente, muito, muito agradecido.

Pesquisadora: Eu acho que é isso mesmo. Obrigada, professor. Obrigada, Educador 1. Acho que foi uma visão super bacana e assim corrobora com tudo o que a gente vem discutindo há quase dois anos, né? Desses desafios, desses dilemas, dessas possibilidades, né? Eu deixo o espaço para você. se você quer falar mais alguma coisa, perguntar alguma coisa, também podem inverter o jogo, você pode perguntar.

Educador 1: Primeiramente, eu queria agradecer por ter ajudado na formação do seu mestrado. Desde já boa sorte e parabéns pelo tema de pesquisa. E obrigado ao professor por ter dado essa oportunidade para a gente corroborar frente

ao trabalho dela, tá? Se precisar de alguma coisa, você pode me chamar lá via WhatsApp ou eu passo. Tá bom? Meu e-mail aí é. E é isso, tá bom. E eu fico lisonjeada. Ótimo.

Pesquisadora: Obrigada, Educador 1.

APÊNDICE D – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM EDUCADOR 2

Pesquisadora: Bom dia André, Muito obrigada por reservar esse tempinho para a gente conversar. Como naquele primeiro documento você viu o objetivo da pesquisa e da pesquisa do mestrado? E daí? Eu queria bater um papo com você para saber um pouco das suas impressões e saber um pouco mais sobre especificamente a questão da educação financeira. Você tem 30 minutos, certo? Temos que terminar as 11.

Educador 2: Não. Pra mim tá tranquilo. Como eu entro às 11 hoje eu só vou dar aula às 14h00.

Pesquisadora: Eu sei que você entrava na aula às 11, então tá bom. Mas a gente vai gastar uns 35, 40 minutos pra conversar, então tá bom. E primeiro, eu gostaria que você se apresentasse. Eu estou com um roteiro aqui e gostaria que você se apresentasse e falasse um pouco da sua história como professor, como educador, o seu trabalho aí na Rede Cidadã e a sua percepção com relação à educação financeira na prática. Então, com você!

Educador 2: Vamos lá, ok? Meu nome é André Martins de Souza, eu tenho 30 anos de idade, sou formado em Licenciatura em História e tenho duas pós-graduações em ensino. A primeira delas é em Didática e metodologias ativas para aprendizagem. E a segunda é Docência e prática no ensino de História. Antes da Rede Cidadã eu trabalhava numa clínica de idosos e de adictos, né? E aí eu fazia um trabalho de educador social com os adictos e já com os idosos, nós fazíamos um trabalho de melhoria de vida. Então, toda, toda as atividades que a gente colhia na internet, cruzadinha esse tipo de coisa que provoca alguma alteração neuronal, digamos assim, estimula o cérebro. A gente estava trabalhando com isso. Lá eu fiquei por volta de dois anos, um ano e meio, dois anos. E aí aconteceu da clínica fechar. E aí eu fiquei durante um tempo trabalhando com outra situação, porque trabalhando com atendimento, trabalhei durante uns seis meses. E aí eu ingressei na Rede Cidadã. Graças a Deus, Deus abriu essa porta importante. E aí eu volto com a educação social, mas em um outro patamar, trabalhando agora com adolescentes.

Educador 2: Eu trabalhava antes com um pessoal que era idosos, Sim, e agora eu trabalho com os adolescentes. E o que eu percebo é o seguinte uma das coisas que a gente pode perceber é que há uma certa euforia em gastar o salário assim que recebe. É como se o planejamento nem figurasse como alguma coisa importante. Então, aquele negócio ah, o cara, ele dá muitos deles. Eu percebi também que esse salário ajuda na composição da renda de casa. É a história da maioria deles, né? Tem gente que trabalha até com a mãe na mesma empresa. Já eu tenho casos na minha turma também. E eu percebo o seguinte que o que acontece esse pessoal, principalmente as gerações de agora, eles são nativos digitais, né? Então eles entendem muito de tecnologia. Só que parece que falta um pouco do básico para eles em relação a uma série de coisas. E a mídia? Quando você fala sobre educação financeira, por mais que os caras já tenham ouvido falar, é uma coisa assim de que? Ah, eu ouvi falar não, Mas sabe o que é? Não profundamente, não.

Pesquisadora: Muito conhecimento superficial de muita coisa, né?

Educador 2: E aí você pega quando você vai descortinando para eles o que é um tesouro direto, o que é um tesouro IPCA, o que é um tesouro Selic? Os caras começam a dar uma acordada, falar putz, meu, quer dizer que quer dizer que eu posso começar a investir a partir de 100, 150? Tipo 30, 40 R\$? Então, você pode. E é um dinheiro que vai ficar aparecendo para você. E querendo ou não, esse dinheiro, ele começa a constituir para você uma outra renda além daquela que você está trabalhando, né? E isso deixa as pessoas meio que encantados. E eles querem saber cada vez mais sobre isso. Por que não? Porque tipo assim, na grade curricular, muitos deles ainda estão na escola. Esse tipo de coisa, como empreendedorismo e tal, não é ensinado o currículo da escola. Ele é muito normativo, né? Então, assim, a matéria ainda é matéria, matéria e você não tem uma formação para o mercado de trabalho, você não tem uma preocupação com isso. Você tem uma preocupação de repente com o cara que ele passe no vestibular, mas você não tem uma preocupação que ele saiba fazer um bom currículo, que ele saiba de repente.

Pesquisadora: Empreender, né? Ser empreendedor não necessariamente ter um negócio próprio, mas ter uma visão de empreendedor, né?

Educador 2: Exatamente. Eu até falo que se você pega uma criança, na verdade coloca ela só enquanto o Estado. Ela sai do ensino médio com uma dependência do Estado, porque eles aprendem: o Estado tem que dar emprego, o Estado tem que dar moradia, o.

Pesquisadora: O Estado vai me dar a aposentadoria lá na frente, né.

Educador 2: Exatamente. É aquele negócio, não tem nenhum movimento enquanto escola, no sentido de melhor, vai desbravar o mundo. Você pode fazer um plano de negócios com a sua empresa ou com o que você gosta de trabalhar. Ah, meu gosto de cortar cabelo, Pô, tem aí um negócio em potencial. Você pode fazer. Você pode tanto cortar da sua casa como ir à casa dos seus clientes. Quer dizer, tem coisas básicas que são, digamos assim, que não são ensinados em detrimento das matérias. Não que não seja importante, mas a educação financeira pode muito bem ser um módulo de matemática.

Pesquisadora: Mas não necessariamente só na matemática. Ela pode estar aí. Transversal Como prevê a BNCC. Boa. Deixa eu passar para um outro ponto. É o seguinte então você falou a escola não traz esse conteúdo de uma forma objetiva e concreta para esses jovens. Mas existem vários programas e vários materiais que são disponibilizados por instituições financeiras, por fundações, a OCDE e as federações de bancos, de empresas do setor. E eles oferecem várias informações. Mas aí eu queria ouvir de você um pouco o que você acha desses programas? Eles são oferecidos a serviço de quem? Então, esses programas, as orientações de educação financeira disponibilizados e disponibilizados pelas instituições financeiras, elas pretendem é formar o consumidor consumista ou formar um consumidor consciente? Como você acha se a favor de quem trabalham esses programas que a gente tem aí?

Educador 2: Então eu acho que eu acho que em um primeiro lugar é aquela situação você tem o consumista. Sim, sim, sem dúvida alguma. Mas tem uma preocupação com o consciente também. A gente percebe que algumas informações, principalmente de educação financeira, se não virem para os jovens de uma forma dinâmica, os caras não vão ficar lendo um texto gigantesco. Tipo parece que é tudo, mas que é muito fast food. Parece que é tudo muito rápido, né? Então o pessoal tem que ler, então não, não. Então é aquela situação como a informação, ela é

trabalhada de inúmeras formas, trazendo um pouquinho pra cá também dessa situação, os jovens daqui, eles constituem um público maravilhoso, porque é um público que você pode incitar e os caras vão atrás da informação. Então vocês, você passa para ele algum site de banco, alguma coisa assim, e transmite pra ele a importância disso, ele vai, ele vai atrás. Eu vejo aqui, por exemplo, da Rede, que é uma preocupação mais com a situação do consciente mesmo. De tanto que eu tava até conversando com uma das educadoras ontem e ela ensinou o pessoal a calcular o 13.º. E tipo, eles nem tinham noção de que eles tinham a possibilidade de 13.º, né? Então eu acho que da parte de educação financeira tá equilibrado ali. Tanto tem o consumista para você fazer girar o mercado, claro. Mas tem também a parte consciente. Eu acho que é um equilíbrio legal.

Pesquisadora: E você, como você vê, de uma maneira geral, a formação de educadores como você para trabalhar com esse tema? Em tese, a educação financeira deve ser um tema transversal, de acordo com a Base Nacional Comum Curricular. Inclusive a questão de pesquisa: Como que é preparado esse educador para trabalhar esse tema? Como você vê isso? Como você vê a formação do educador para trabalhar com educação financeira de uma maneira geral? E, no seu caso, como você se vê?

Educador 2: Eu acho que é assim com o educador social de um modo geral, você tem várias. Você tem várias referências brasileiras, você tem a Nathália Arcuri e você tem o próprio Gustavo Cerbasi, que eu inclusive comprei livros deles para incrementar ainda mais essa, esse conhecimento. Eu acho que acho que a Nathalia Arcuri tem um que de cômico é o Gustavo Cerbasi ele é mais professor, né? Então você vê a diferença como nos livros deles, né? É assim, eu acho que tem material sim. O legal de educação financeira, de um modo geral, é que assim, os materiais, eles são fornecidos de forma barata. Você paga 20, 30 R\$ num livro de repente, às vezes você pode baixar. Tem o próprio YouTube, que tem várias aulas aonde você pode acessar de graça. Então o legal é que eu sinto que assim que algumas coisas no Brasil o pessoal está despertando para isso agora, mas sempre teve disponível. Então, tipo, eu acredito que enquanto educação financeira para formação, a informação ela é bem difundida. Assim você tem várias fontes para onde pesquisar e ler. Em relação em relação à Rede Cidadã, eu vejo que tem essa, essa preocupação sim, só que eu não vejo, digamos assim... Eu vejo, de repente

uma maior preocupação enquanto formação do indivíduo para a empresa. Então, assim, por exemplo, na ciranda que a gente dá uma olhada, eu não consegui visualizar nada específico da educação financeira. Alguma preocupação com só com essa questão tem uso formativo sim, para empreendedorismo e tal. E no empreendedorismo você acaba relacionando com educação financeira, mas a preocupação de elaboração de um módulo para isso, pelo menos eu ainda não vi.

Pesquisadora: Então o que você me falou é o seguinte existe hoje no mercado muita informação, um volume muito grande e cabe ao educador buscar, porque não existe essa formação estruturada na formação do educador social, do professor, do ensino médio, enfim, não existe essa formação dentro das grades, mas existe um mundo de informação aí que o educador pode recorrer e inserir naqueles conteúdos que ele está trabalhando. E isso que você falou, certo?

Educador 2: Exato

Pesquisadora: Uma outra questão é que eu queria trocar uma ideia com você. É o seguinte. Se a gente pegar os livros adotados no ensino médio ou na educação profissional, ou mesmo os que você falou, inclusive o material da Rede, você tem assuntos que aparecem ali que estão relacionados a matemática financeira. Entender o cálculo de juros, parcelas é uma coisa bem, bem técnica. Existe isso no conteúdo, especialmente de matemática. Mas você acha que existe uma preocupação de adotar uma linha mais matemática crítica, de você entender? Não adianta só calcular parcelas e calcular juros. Eu preciso de entender criticamente se aquilo é um bom negócio ou não, se aquilo vai me ajudar ou não. Então você acha que os educadores estão preparados para abordar essa linha mais de matemática crítica, de formar um cidadão crítico, consciente para saber buscar os seus interesses, fazer o melhor uso do seu dinheiro? O que você acha disso?

Educador 2: A gente tá querendo dizer aqui na Rede mesmo ou no geral.

Pesquisadora: No geral ou na Rede, como você quiser me responder.

Educador 2: Eu acho que no geral, não. Na verdade, não. Eu acho que eu acho que sim. A gente está tanto, tanto no cenário político que, por exemplo, teve uma senadora que lá do Rio Grande do Sul, que ela promoveu a educação financeira enquanto uma medida parlamentar e teve os políticos que se levantaram contra isso, né? E é.

Educador 2: Então é muito cômodo e muito cômodo eu me levantar, digamos, contra isso, sendo que o meu está garantido no final do mês. Por quê? Porque eu sou subsidiado por impostos, então assim o meu está garantido. Então aquele negócio é meio que assim, só eu posso saber como gastar o meu dinheiro. A pessoa que está na pobreza, não vulnerabilidade a o que ela vai fazer com. Com esse conhecimento.

Educador 2: E esse papel de arrogância? Ou como você se põe a medir o que a pessoa vai fazer, o que a informação deixa? Disponibiliza a informação de modo que seja útil para ela. Ela faz o que quiser.

Pesquisadora: Porque você pode mudar a realidade dela, né? Certamente.

Educador 2: E eu acho que é assim. Claro que. Nós temos no Brasil uma situação nem todo mundo ganha tão bem. Só que como a educação financeira, ela é inserida no cotidiano da pessoa. Mesmo que ela não ganhe essas maravilhas, ela consegue identificar os gargalos do dinheiro que está escapando e consegue fazer uma contenção disso.

Pesquisadora: Exato. Não é exigência que você ganhe muito, que você tenha muito dinheiro para que você aprenda educação financeira. Todo mundo precisa de aprender, independentemente do tamanho da sua renda, diz respeito mais a usar o dinheiro de uma forma consciente e em seu favor do que ter muito ou ter pouco. Acho que essa é a questão, né?

Educador 2: Até porque é por que é ressaltado. Por que é importante a educação financeira? Porque nós estamos num país de tributação muito alta. Então é aquele negócio quem quanto menos você ganha, mais imposto você paga, infelizmente. Então e então, ensinar a educação financeira incide também nos tributos que você paga. Tem uma série agora da Natália Arcuri que ela fala sobre o quanto se paga de imposto, discrimina a cada imposto e está no YouTube de graça e em minutos para as pessoas saberem Putz, meu, eu pago isso! Nossa, mas por que isso faz sentido? E inclusive é aquela situação a partir do momento que você ensina a matemática de maneira crítica, você ensina também as pessoas a irem atrás dos seus direitos, do tipo eu pago três impostos sobre da mesma coisa, Por que não unifica em um? Por que eu levo as pessoas a questionarem inclusive aonde

elas estão? É mais ou menos assim eu questiono aonde eu estou? E nesse questionamento eu descubro para onde eu vou. Então? Então tem tudo isso, a gente vê aqui pelos próprios programas sociais da Rede. Tem muitos programas aqui que as pessoas não fazem a menor ideia que existe e por isso não vão atrás. É um direito delas. Eu tenho a minha namorada, ela trabalha no CRAS de São Bernardo e ela fala: tem programas maravilhosos do governo que as pessoas não tem acesso porque não é difundida essa informação, né? Então é aquele negócio, eu sinto às vezes no Brasil uma situação assim, de retenção da informação, então assim Ah, e isso classificando aonde você está? Ah, ele não ganha muito, Então ele não precisa saber disso. Por que não sabe por quê? Porque eu tenho que manter uma pessoa na ignorância, que depois não sabe. E esse é um Brasil muito perverso. E é isso. Não, eu não vou informar ninguém, porque aí eu vou mais pra frente poder tirar algum proveito da ignorância da pessoa e cara isso é absurdo.

Pesquisadora: Exato. Concordo com você, André. E agora eu queria que você falasse um pouco de você na sua prática. Com os jovens que você trabalha, você traz a discussão de educação financeira nos conteúdos que você trabalha, quais são os conteúdos especificamente que você trabalha?

Educador 2: Então nós estamos trabalhando, nós trabalhamos muito os conteúdos das ODS, né? Então, tipo, quando a gente pega a ODS a respeito dos empregos, a respeito, a gente trabalha muito a ideia de uma economia sustentável. Então aquele negócio é uma economia em prol da sociedade. Então você tem o social, mas você não deixa de ter o lucro. Então, de uma forma que não via, que não visualize apenas o lucro pelo lucro, que é o que é, o que se pratica muito aqui, o lucro pelo lucro e tipo o social, se der a gente vê depois, trabalhamos muito também no empreendedorismo, aí já mais específico, no que é um CDB, no que é um tesouro direto, no que o Tesouro Direto está relacionado com a vida deles. Então, tipo, com as construções no município, O que que é o tesouro direto? E da onde que o governo tira esse dinheiro para fazer as construções, as obras tal isso, aquilo. A gente trabalhou aqui então. E aí, tipo, é aquela situação de você. Você tinha falado muito bem agora de tornar um cidadão crítico. Tá, eu vou desenvolver, eu vou, vou emprestar o meu dinheiro para o governo. Mas aí tem a se o governo quebrar, eu vou ficar sem dinheiro. Como que funciona todo esse? Como funciona, digamos assim, todo esse caminho? Tem o IPCA que a taxa é fixa

até o Tesouro Selic que valida, que acompanha a inflação. Tem também aquelas que, tipo o Brasil exporta, digamos assim, mais barato e para consumo doméstico, mais caro. Então, assim, o que? O que de repente a inflação faz com o custo do seu dinheiro? Qual ou quanto de desvalorização você tem no seu dinheiro? Conforme a inflação ela vai aumentando e assim consecutivamente. Então é o que a gente tem trabalhado.

Pesquisadora: Você traz essas informações dentro dos conteúdos que você trabalha, né? E tinha um outro ponto aqui você já falou como é que os jovens recebem esse tema? Você falou que eles, quando eles vêm, faz sentido, eles vão atrás. Eu tenho mais duas questões. Só uma é a proposta da minha pesquisa. É entender como que é a formação do educador. Pra trabalhar esse tema Educação financeira de uma forma transversal. E eu escolhi a Rede Cidadã por já ter um histórico longo de relacionamento com a Rede Cidadã em ações de educação financeira. E daí? A minha proposta é pensar em promover uma formação continuada, uma formação específica sobre educação financeira, constituir uma comunidade de prática. Isso é, vocês, o grupo de educadores, com o monitoramento, com uma orientação, ter encontros regulares para discutir, para trocar ideias, para apresentar soluções e para criar caminhos para trazer educação financeira para dentro da grade do trabalho de vocês. O que você acha dessa proposta?

Educador 2: Eu acho que uma proposta excelente e extremamente válida, porque aquela situação, por melhor que a gente filtre o conteúdo, escutar de um especialista é sempre melhor, porque você já tem todo o direcional de como seguir. Então você aqui a gente acaba meio que pensando os temas inter-relacionados eles e faz todo sentido para o jovem. Mas receber isso de um profissional com formação na área, tudo certinho, eu acho que vai ser mais um diferencial que a gente pode trazer para os jovens. Então, essa orientação, essa monitoria de alguém que é formado na área, eu acho de vital importância do trabalho que nós estamos exercendo hoje.

Pesquisadora: Está ótimo. Um outro ponto que está aqui seguindo um roteiro onde você busca informações sobre educação financeira, mas no decorrer da sua fala já me falou e eu vi que você é super ligado. Eu adoro a Nathália Arcuri

e o Gustavo Cerbasi. Tem muita coisa boa, Muita. Tem muita coisa sem qualidade, mas tem muita coisa boa. A gente sabendo procurar e tendo um posicionamento crítico, não engole tudo, né? A gente consegue muita informação. Então isso você já me falou no decorrer da sua fala e eu queria deixar um espaço, uns minutinhos pra você perguntar alguma coisa, comentar mais alguma coisa que você ache relevante com relação a essa questão, essa pesquisa, esse tema.

Educador 2: E eu até fiz um trabalho na semana passada com eles que eu passei pra eles um programa que eles nunca tinham assistido, a maioria, chamado Shark Tank que apresentei pra eles entenderem a ideia, entenderem o que é uma apresentação financeira, o que vocês entenderem, o que é um *pitch* que você tem o tempo pra colocar direitinho. Eles adoraram, eu falei, eu falei pra uma situação de empreendedorismo. Empreendedorismo desemboca aqui no cara criar uma empresa, o cara criar uma apresentação. Aí todos os negócios que eles levantam do sentido do *valuation* da empresa, de quanto está valendo, de quanto é a receita. Eu passei tudo isso pra eles e eles ficaram encantados. E aí, no final, o empreendedorismo nada mais é do que te impulsionar para resolução de algum problema na sociedade. E é isso que você vai fazer. Você cria, você cria um produto focado na melhoria da qualidade da vida das pessoas, por isso lida com a mudança.

Pesquisadora: Indiretamente e, conseqüentemente, a sua vida também. Eu acho que essa, essa que é a chave aí da gente entender.

Educador 2: E isso vem, sem dúvida.

Pesquisadora: Nossa Educador 2, super obrigada! Adorei o bate papo, Eu depois vou compartilhar com vocês o trabalho. Eu devo fazer a minha defesa em março e depois a gente vai seguir se falando. Eu agradeço super a sua disponibilidade.

Educador 2: Agradeço a você.

APÊNDICE E – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM EDUCADORES 3 E 4

Pesquisadora: Muito obrigada aqui pela sua disponibilidade, pelo seu tempo e a gente está aqui então, para conversar um pouco sobre educação financeira. Esse é o tema da minha dissertação de mestrado, especificamente com relação à formação do educador em educação financeira e como ele trabalha esse tema na no dia a dia dele. Eu escolhi como público de amostra para conversar, para levantar mais dados, vocês, educadores da Rede Cidadã e pelo histórico de relacionamento que eu tenho com a Rede Cidadã. Então, queria trocar uma ideia, bater um papo com você. Para começar, eu queria que você me falasse um pouco a sua história, sua carreira profissional, desde quando você está na rede, o seu trabalho na rede. E essa é uma apresentação de forma geral.

Educador 3: Muito prazer, Eu sou o Educador 3 e aqui eu estou na Rede já há três anos e dois meses que eu atuo como educador social e intérprete de Libras também. E então é assim, eu já tem ao todo nove anos que eu trabalho com programas de aprendizagem, no terceiro setor. E a minha vida acadêmica. Eu sou formado em administração, eu tenho uma pós graduação em Pedagogia Empresarial e agora eu estou na minha segunda graduação que é Letras Libras.

Pesquisadora: Legal, bacana essa experiência em Libras. É superimportante e necessário, né? E eu queria que você falasse um pouco a respeito do que você acha sobre a formação dos educadores de uma maneira geral. E se você percebe que existe alguma formação que que esteja relacionada com educação financeira, como você vê isso? Qual foi a sua formação? Quais são os seus desafios? O que você acha que foi importante na sua formação para você fazer o trabalho hoje?

Educador 3: Olha, eu particularmente eu acho um tanto defasada quando no que diz respeito à educação financeira em si, comércio focado nesse tema, né? Ah tá, eu coloco até me coloco na roda, porque muita das vezes, na faculdade, inclusive você tem uma formação muito mais voltada para você lidar de forma corporativa, mas você não tem nenhum momento para você lidar com as suas próprias finanças, então fica meio casa de ferreiro, espeto de pau, né? E aí se junta também no fato de você estar num país onde não é ensinado e isso desde a base,

né? Aliás, né? Base ultimamente não tem nenhuma. Então, eu reitero se você não vê, você não ouve sobre o tema, você não fala sobre o tema, né? E como? Entre até mesmo como um tema tabu. Ah, nem pode falar de dinheiro, né? E aí é assim o pobre continua sendo pobre e o rico continua sendo mais rico e você não dá oportunidade pra quem quer ser rico se tornar rico, né? Então é assim, é muita coisa que acaba envolvendo, né? E assim, eu particularmente eu já passei até com alguns certos momentos assim de constrangimento, porque assim né, como é que eu vou ensinar educação financeira se esse eu não tenho esse aporte, né? E se eu não considero, eu não considero que a minha vida também está dentro de um eixo minimamente confortável para eu poder ensinar alguém a respeito nesse sentido, porque querendo ou não, o educador o educador é visto como exemplo, né? Então como é que eu vou falar de determinadas matérias se eu não sei? Na minha vida eu não me sinto tão confortável com esse assunto.

Pesquisadora: E isso resume exatamente aquele ditado que você falou na casa de ferreiro espeto de pau, né?

Pesquisadora: Agradeço a sua presença, Educador 3. Vou fazer um bate papo com vocês dois. Eu queria que você falasse Educador 4 e se apresentasse rapidamente com relação à sua formação. O que você faz e a sua percepção da educação financeira na formação do educador, na sua formação?

Educador 4: Meu nome é Educador 4, eu tenho 39 anos, sou formada pela Fatec Mauá há 15 anos. A minha formação é baseada em Tecnologia da Informação. Eu trabalhei no segundo setor durante dez anos nessa área de TI em multinacionais, e aí eu passei a ressignificar a minha vida depois de adquirir uma certa independência financeira. E aí eu falei agora eu vou trabalhar com algo que me dê mais prazer e significado à minha existência. Então eu mudei para a área social. Sou educadora social já há seis anos e eu acho que é assim a educação financeira, ela é muito negligenciada no Brasil como um todo, tanto na educação básica, que já deveria ser incorporada na educação básica, tanto com o nosso decorrer da vida, né? Porque a gente fala assim: Ah, mas a educação financeira tinha que vir desde a educação primária. Enquanto adultos, nós também não temos uma educação financeira muito tranquila, né? E nesse contexto de educadora, é muito difícil falar sobre educação financeira quando a gente tem uma uma população que a gente

atende em situação de vulnerabilidade, né? Então é muito difícil você falar sobre educação financeira quando as pessoas precisam ganhar de dia para comer de noite, né? Porque esse é o contexto.

Pesquisadora: Que bom quando a gente pode escolher trabalhar por propósito e por valores, né? Isso é muito bacana. Eu vou seguir um bate papo, vou fazendo perguntas e você se organiza aí quem quer falar primeiro? Eu quero ouvir de cada um, está bem? Eu queria saber a opinião de vocês agora com relação ao seguinte ponto. A gente vê disponível no mercado, no mundo inteiro, especialmente no Brasil, vários programas de educação financeira. Os principais bancos disponibilizam programas de educação financeira em instituições, a OCDE, as federações. Enfim, a gente tem uma série de programas de educação financeira. E aí existe um questionamento bastante grande na academia, principalmente a favor de quem esses projetos, esses programas estão trabalhando? Eles estão trabalhando a favor de intensificar e fortalecer o sistema financeiro? Ou eles estão trabalhando no sentido de formar consumidores críticos e conscientes? Como é que vocês veem isso? Ou se eles trabalham nos dois lados a favor de quem esses programas estão trabalhando? Ficou clara a minha pergunta?

Educador 3: Sim, eu entendi sim. Eu compreendi aqui. Assim eu, particularmente, eu percebo que que essas instituições, principalmente as bancárias, quando elas disponibilizam essa questão de educação financeira, é muito mais para atender a algumas demandas da própria instituição do que você realmente formar consumidores críticos e assim por diante. Então, acho que assim eu nunca tive contato, mas assim, acho que a única instituição que se aproximou um pouco mais sobre mim, sobre a respeito de criar consumidores críticos, foi o Itaú. Mas ainda assim, se eu ainda tenho lá minhas dúvidas. E ali também, eu não vejo tanta, tanta acessibilidade desses cursos, né? Pra começar, Educador 4 falou lá, por exemplo, do nosso público, né? Eu não vejo tanta aproximação desses cursos para as pessoas de vulnerabilidade social. Eu não vejo também nem pra gente, né? É porque eu não fico sabendo. E acho que eu acho que é interessante a gente ter um aprofundamento desse tipo de conhecimento até mesmo para nossa vida, né? E até pra que a gente também se sinta um pouco mais confortável em aplicar esse conhecimento dentro de sala também.

Pesquisadora: E você Educador 4, o que você acha disso?

Educador 4: Olha, a gente está discutindo um assunto que está dentro de sala nesse momento. Então essa é a semana de educação financeira e eu tenho aprendido muito com alguns jovens que buscam esse conhecimento. Mas como o Educador 3 disse, é parte do jovem buscar o conhecimento. Não chega muita informação pra gente de cursos de gestão financeira, né? Ou até mesmo quando a gente vai a uma instituição bancária e poderia nos ofertar, por exemplo, uma gestão, a vida financeira, um aplicativo que fosse, quando você abrir uma conta, ter alguém lá que falasse assim olha, tem esse aplicativo aí que você coloca todas as suas contas, você consegue gerenciar sua vida financeira e não existe isso. Então, quando a gente pensa em educação financeira, primeiro a gente tem que arrumar a casa, depois investir. É o que as instituições trazem pra gente, é invista. Tome crédito. É isso, entende? Então é muito errado, porque primeiro a gente tem que arrumar casa, entender os nossos gastos para depois a gente investir.

Pesquisadora: Exatamente, Educador 4, Perfeito! Então eu concordo com vocês, existe essa dicotomia e nessa visão, ora, tem de para fortalecer o próprio negócio do banco, ora tende a criar consumidor consciente. Mas nem sempre essa informação chega para quem precisa, né? Existem várias coisas, vários conhecimentos disponíveis, aplicativos etc. Mas essa informação não chega aonde devia chegar, né? Eu acho que é um resumo aí do que vocês falaram. Eu vou passar para um outro ponto agora. Eu queria saber de vocês qual que é a posição de vocês com relação ao seguinte: a gente tem normalmente na educação, na educação básica, vocês trabalham na educação profissional, preparando os jovens para o trabalho, a educação financeira fica restrita ao conteúdo de matemática. Fica restrita ao cálculo de juros, ao cálculo de parcelas e entender um pouco isso, mas fica distante da matemática crítica, de ensinar a matemática para que a pessoa então ela entenda mais ou menos na linha do que a Educador 4 falou de arrumar casa. Então ela precisa de entender o que são os juros, mas ela precisa de fazer a relação com ele: esses juros cabem no meu orçamento, faz sentido assumir esse crédito, esse juros, essa dívida. Então, a matemática eu vejo que ainda existe um distanciamento muito grande da matemática financeira crítica dentro dos conteúdos

de educação financeira, ficando restrito só à matemática pura, exercício de calcular parcelas de uma compra. O que vocês têm a me dizer sobre isso? O que vocês pensam? Como vocês percebem isso?

Educador 3: Assim, na verdade, na verdade eu vou até aproveitar um jargão que o Educador 3 trouxe, que realmente precisa arrumar casa. Porque assim a grade curricular de matemática para mim, ela já tinha que começar a ter esse pensamento crítico desde o início. E segundo, a gente precisa estimular esse público desde cedo a ter prazer em matemática. Assim. É porque o que eu percebo até mesmo nas vezes em que eu fui, em que atuei como professor de matemática, que as pessoas têm uma aversão pela matemática, a pessoa não gosta, a pessoa odeia e elas tem uma relação muito visceral com a matéria em si. E até você converter essa situação leva muito tempo; até você fazer a pessoa entender que a matemática de fato está na vida dela e isso leva um tempo. Então para você trazer essa crítica à matemática, colocar a essa aplicação a matemática, então precisa reestruturar até mesmo essa base curricular que a gente tem sobre a matemática hoje, para então a gente entrar em matemática, em educação financeira, educação doméstica e aí a gente começar a ter gerações e um pouco mais conscientes em relação ao dinheiro.

Educador 4: É nesse contexto que eu, Educador 3 falou, eu acho que a gente precisa humanizar a matemática, porque hoje a matemática é uma coisa assim: ou você sabe matemática ou você não é uma máquina. Ama ou odeia. E a gente precisa humanizar, acolher a matemática, né? Precisamos acolher essa matemática, porque quando a gente começa na escola, primeiro que as professoras passam o conteúdo, aí fala assim vamos resolver um problema e não é um problema. A Maria comprou cinco laranjas e chupou duas laranjas, né? A forma com que é colocado. Eu acho que a gente deveria trazer isso humanizado e começar a trazer formas lúdicas, porém reais pra nossa vida, né? Então aquele cofrinho que a gente até o meu filho já tem, o meu filho tem dois anos e meio, ele tem um cofrinho. Então aquela idade, aquela ideia do cofrinho, a ideia de que nós precisamos da matemática para poder dar um troco no mercado, né? Para dar um troco no transporte e não aquele negócio de eu voei pra NASA porque eu consegui resolver uma questão de matemática.

Pesquisadora: Ótimo. Não são problemas, não é Educador 4. São situações que a gente vivencia no dia a dia. E muitas vezes esses problemas apresentados nas aulas de matemática, eles estão absolutamente distantes da realidade dos alunos, né? E daí? Não faz sentido. E é um problema mesmo. Agora, quando a gente entende a matemática como alguma coisa que vai nos ajudar a enfrentar as situações de vida é outra coisa. E quando a gente entende que a matemática financeira, a educação financeira, vai nos ajudar a lidar melhor com as situações, ter o equilíbrio, arrumar a casa e a casa arrumada e tranquilidade no futuro, aí faz toda a diferença e muda o rumo da conversa, né? Mas adorei as colocações de vocês dois, muito bom! Uma outra questão que vocês já tocaram de uma forma nas respostas de vocês, mas eu queria saber a percepção de vocês com relação a isso. Hoje está previsto que a educação financeira é um tema transversal na educação básica pela Base Nacional Comum Curricular. Tá escrito lá. Mas como é que isso acontece na prática? Quais são os desafios? Quais são as dificuldades? Quais são as possibilidades? Quais são os ganhos de hoje termos na BNCC o que a educação financeira deve ser trabalhado como um tema transversal? O que vocês acham disso?

Educador 3: Assim da minha parte, que eu particularmente sempre trabalhei com educação profissional desde cedo dentro do terceiro setor. Então é um tema que que hora e outra acaba surgindo porque: Ah, mas quais são os meus direitos né? Semana passada para mim foi a semana que o que que todo mundo veio me perguntar de 13.º disco de férias que não sei o que. Então sim. Então, para nós que já estamos na educação profissional, é assim, não tem, não tem relevância, porque já está na nossa, já está na nossa lida. Então é um tema que, mesmo que não esteja aqui na nossa trilha do conhecimento - educação financeira, então sempre aparece um jovem aprendiz perguntando alguma coisa voltada a isso, né? E eu não estou lembrado se agora nessa atualização da portaria tem esse tema dentro da trilha do conhecimento. Mas não tem relevância, né? É assim. E aí, indo para base nacional BNCC, né? Assim não vejo, não vejo também diferença. Porque assim eu compreendo que quando você coloca alguma coisa, é sobre como, como lei aqui, pelo menos aqui no Brasil, é um incentivo a: você precisa começar a colocar aquilo no seu radar, porque talvez você vai ser cobrado, fiscalizado para tal, mas assim, efetivamente não, eu particularmente não encontro nenhum resultado.

Pesquisadora: Pela sua colocação, ficou claro o seguinte na educação de jovens, na formação profissional, esse tema já está de forma transversal e estando escrito na portaria, na BNCC ou não. E é uma demanda dos jovens e está muito relacionada à questão de conhecer os seus direitos, de exercer cidadania, de ter direitos, ter deveres. Então, a educação financeira está bem ligada a essa questão de empoderamento, de protagonismo, né? Ótimo! Adorei sua resposta, Educador 4, o que você tem a colocar sobre isso?

Educador 4: Eu acho que os jovens com a pandemia, né? E foi liberado o auxílio emergencial meio que despertou. Muitos não sabiam como era abrir uma conta no banco, não sabiam como era sacar um dinheiro no banco, né? E já jovens com seus 17, 18 anos, que não sabiam como trabalhar essas informações, essas movimentações financeiras. Então, isso eu acho que despertou o olhar do brasileiro como um todo com relação à questão financeira. Porém, eu creio assim, que nas escolas essa questão não é trabalhada nem como grade curricular, nem como um curso extensivo, também não é trabalhado. Eu acho que com essa reforma, com essa reforma na educação, com algumas escolas e com o horário até as 16 horas, que agora vai até as 16h00, então eu acho que deveria existir, não sei por que, mas caso não tenha, deveria existir sim a questão da matemática financeira, porque eu vejo o interesse dos jovens. Eles até falam professora, mas eu acho que deveria ter isso na escola também, né? Então assim, se se colocasse efetivamente na escola quando eles tivessem a maioria, ia ficar muito mais fácil de gerenciar esses recursos. Porque hoje, quando a gente trabalha com eles na educação, no aprendizado social já, eles não sabem o que fazer. Se você coloca lá assim uma planilha do Excel e fala coloca suas dívidas e o quanto você ganha. É uma disparidade enorme. Eles não fazem ideia do quanto eles gastam, né? Nem como. E aí fica meio que uma. Nem como gasta. Eu falo assim como você sabe que você dá conta de todos esses gastos. É aí que eles vão ver a importância da vida financeira dos pais, né? Mas assim como o Educador 3 falou na nossa grade curricular, não é um tema a ser trabalhado. A gente trabalha porque nossa vida meio que gira em torno da nossa vida financeira, né? E também não vejo na escola pública. Eu sei que alguns jovens nos relatam que na educação particular tem sim

esse engajamento pra educação financeira, mas para a gente que é pobre que eu penso o seguinte quanto mais pobre, mais educação financeira você tem que ter.

Pesquisadora: Na verdade, todo mundo precisa, né? Independente da renda, é o conhecimento de educação financeira é necessário porque você precisa de fazer o uso consciente do dinheiro. Dinheiro é um recurso finito e que você precisa de usar de uma maneira consciente. Seja muito, seja pouco independente. Então também compartilho da sua percepção. Educador 4. Desculpe, eu te interrompi. Quer completar mais alguma coisa?

Educador 4: É isso mesmo. Eu ia falar que o rico, e o rico ele já nasce sabendo mexer com dinheiro porque eles já tem uma educação financeira, né? Parece que eu entendo assim: quanto mais dinheiro você tem, mais você gerencia os recursos e tende a gerenciar. Quando você não tem a renda, aí você gerencia um outro sentido, do tipo esse dinheiro tem que chegar até o final do mês, né? Acho que são duas visões distintas. Eu acho que quando você tem, penso eu, quando você tem muita renda, você gerencia no sentido de fazer render ainda mais. Quando você tem pouco, aí você gerencia no sentido de que não pode acabar.

Pesquisadora: E por um lado, sim, eu concordo, mas alguns dados que apontam o que pessoas de alta renda estão tão endividadas quanto as pessoas de baixa renda. Então existe um índice de endividamento também nas pessoas que tem muito dinheiro. Até por pensar que eu tenho muito dinheiro, eu não preciso de cuidar muito, né? E então existem uns dados aí que são um pouco mais graves, a situação é mais séria, né? Realmente a educação financeira é importante para todas as faixas econômicas da sociedade. Claro que a visão é diferente, né? Como você bem colocou, você gerencia a escassez ou você gerencia o excesso. Mas o conhecimento é importante de A-Z, né? Enfim, eu acho que é isso, a gente está e a percepção é a mesma, né? A gente precisa de investir na educação financeira, especialmente para os jovens que vocês trabalham. Vocês já me falaram com relação ao interesse dos jovens com relação ao tema, como ele o Educador 3 colocou, está muito ligado à questão de conhecer os seus direitos e entender o que ele tem, o que ele pode, como é que são os descontos, o que é férias, o que é 13.º, né? E o Educador 4 também colocou essa questão do interesse dos jovens. E eu queria saber de vocês o seguinte: onde vocês buscam conhecimentos sobre

Educação Financeira? No começo da conversa vocês falaram um pouco sobre a formação de vocês e é fato, é sabido que raramente a gente tem a formação específica em educação financeira, na formação como educador. Então vocês trabalham com esse tema dentro das atividades de vocês, independentemente de estar ou não previsto no conteúdo. Vocês trabalham com isso? Eu queria saber onde vocês buscam essas informações. Como que vocês buscam aí um suporte de conhecimento, de informação para poder desenvolver esse trabalho com os jovens? Quem quer começar.

Educador 4: Bom, eu sigo. Eu tinha uma vida financeira muito desregrada e aí eu comecei a buscar conhecimento nas plataformas digitais. Então, um é o “Me poupe!”. Outro é “O primo pobre”. Eu falo para o meu esposo que o primo pobre ele me converteu a não gastar além da conta. Então é o conhecimento e o interesse particular mesmo de aplicar na minha vida. E eu busco esses recursos. Aí vou lendo um conteúdo que eles falam, ler tal livro segue tal pessoa. Então é assim. Dessa forma, eu me reeduquei, porque agora eu falo assim quando eu vou comprar um sapato, por que antes eu comprava muito sapato e aí agora eu falo você tem um sapato? Então pra que você quer outro sapato? Se você tem um perfume, pra que você vai querer um outro perfume? Nesse momento dá pra guardar um pouquinho e tal e aí abrir os meus olhos financeiramente. E é aí que eu busco nas redes sociais mesmo. A gente tem esse mecanismo de fácil acesso hoje, né, que traz uma linguagem muito próxima da nossa realidade. Então eu me baseio nisso mesmo.

Pesquisadora: Excelente. Eu costumo dizer nas aulas que eu dou, nas palestras, nos bate papos, em vez de a gente ficar seguindo influenciador que incentiva a gente a fazer compras, é melhor a gente seguir influenciador que fala de educação financeira, como a Natália Arcuri, do Me Poupe!, como esse, o “Primo Rico”, enfim, todos esses que você que a gente tem aí disponível. É melhor a gente seguir isso do que aquele que fica mostrando coisas pra gente comprar sem precisar, né? É isso mesmo, Educador 4, parabéns! E é bacana, né? É gostoso, a gente ver isso. Nossa, eu consegui me organizar. E que diferença que isso faz a gente dormir tranquila e a gente pode até comprar mais um sapato um dia, né? Mas a gente vai comprar com um pouquinho mais de consciência, de mais segurança, né? Não é que a gente ter educação financeira não significa que a gente não pode gastar nada não. A gente pode gastar até alguma coisa que nos dá prazer, um sonho,

mas que seja, que não vai te trazer uma dor de cabeça, que te traga satisfação, não é isso? Educador 3, e você? Onde que você busca aí subsídios pra te ajudar nesse desafio?

Educador 3: Olha, é bem idêntico ao do Educador 4, né? Então eu comecei a seguir também o “Primo rico”, o “Me Poupe!” da Nathalia Arcuri, a comprar os livros, né? Então é assim, né? E eu tenho procurado mesmo nessa linha, outros influenciadores também, que falam sobre investimentos para iniciantes e assim por diante. Então, basicamente é isso também.

Pesquisadora: Parabéns! Tem muita coisa boa. A gente tem que ter cuidado que tem algumas coisas que não são tão boas, mas tem muita coisa boa que a gente pode acessar e nos ajuda, com certeza. E eu queria saber de vocês agora já estamos caminhando para o final. Na minha pesquisa e a minha dissertação, estou propondo como produto dessa dissertação uma formação para os educadores e é a criação de uma comunidade de prática. A comunidade de prática nada mais é do que um grupo de pessoas que tem um interesse e desafios comuns como vocês, educadores da Rede Cidadã, que se reúnem para terem um espaço de troca de ideias, para buscar informações, para compartilhar os desafios, compartilhar as conquistas, para poder construir um conhecimento. Por exemplo, o Educador 4 falou Nossa, olha, eu aprendi, no “Me poupe!” a fazer isso, fazer aquilo. Isso pode ser uma informação relevante, interessante para outros educadores e para espalhar isso e transmitir isso para os jovens que vocês atendem. O que vocês acham dessa proposta de ter uma formação específica mais aprofundada sobre a educação financeira e como trabalhar esse tema com os jovens e depois participar de um grupo, uma comunidade de prática pra gerar conhecimento. Qual é a sua opinião sobre isso?

Educador 4: Eu acho maravilhoso.

Educador 3: E acho excelente.

Educador 4: Eu acho incrível porque assim, primeiro a gente vai lucrar muito com isso e lucrar aí está dentro de um contexto bem assertivo!.

Pesquisadora: Lucrar em todos os sentidos.

Educador 3: Eu ia falar isso, acabou de tirar as palavras da minha boca.

Educador 4: Então a gente vai lucrar muito e creio que a gente vai ter informações mais alinhadas, mais assertivas, mais direcionadas, né? E esses grupos de discussão, de valores e tudo mais, eu acho que só tem a acrescentar, principalmente porque os nossos jovens estão entrando no mercado de trabalho. Muitos não tinham renda ainda, uma renda fixa mensal e nesse contexto você direcioná-los para quando receber esse primeiro salário, que para muitos é o primeiro salário, como é trabalhar bem esse dinheiro, essa renda e tudo mais? Então pra mim é fantástico, eu super topo e se possível ainda vou levar para o meu espos!

Pesquisadora: Que esse crescimento serve para todo mundo né? Isso mesmo Educador 4. E você, Educador 3, o que você pensa?

Educador 3: Eu concordo em gênero, número e grau com o que vocês trouxeram agora com essa proposta. Eu acho que é muito enriquecedor em todos os sentidos, só pra trazer mais o valor de uma palavra aí dentro do contexto. E é isso, não tem muito pra onde correr não.

Pesquisadora: Tá ótimo. Então, eu vou trabalhar fortemente para defender a minha dissertação em março e depois a gente vai se falar. Eu gostaria imensamente de agradecer a participação de vocês, a disponibilidade e o tempo. Foi uma conversa super rica, superinteressante.

Pesquisadora: Vocês reforçaram e sinalizaram pra mim que todas as hipóteses que eu venho trabalhando na dissertação fazem sentido. Então foi super rico e eu só tenho a agradecer. Queria deixar um espaço aberto para vocês, se vocês querem fazer mais algum comentário, alguma pergunta.

Educador 4: Eu acho que com certeza a sua tese é mais do que aprovada e defendida, porque faz todo o sentido do mundo e aplicando aqui na Rede Cidadã. Eu acho que ela é tão importante que ela deveria ser inserida aqui já no módulo da Ambientação, que é o primeiro módulo da Rede Cidadã. Eu acho que a educação financeira ela é tão importante que ela já tem que entrar logo no início, sabe? Então é muito bacana. A gente tem os horários meio aleatórios aqui, aí fica meio difícil para a gente poder conseguir um tempo. Mas assim, sempre que possível e se tiver, se a gente tiver como te auxiliar nesse processo, estou de braços abertos. E assim, depois de tudo, todo processo feito, que você mande o seu artigo pra a gente ter acesso a todo esse estudo.

Pesquisadora: Com certeza, com certeza, compromisso assumido com vocês.

Educador 3: Desejo toda a sorte do mundo para você, dessa tese e do que precisar contar conosco aqui para contribuir para montar esse processo que estamos a disposição. E é assim, eu até acrescentaria um pouco do que a Educador 4 trouxe, né, de colocar esse conteúdo de educação financeira, não somente na ambientação, mas durante a trilha do conhecimento do aprendiz e principalmente na capacitação final, porque ele tá encerrando o contrato e muita das vezes ele vai ficar um tempo sem trabalhar, sem ter essa entrada, então é como como gerenciar esse dinheiro da rescisão? E se preparar pra isso, né? A gente fala muito aqui também sobre empreendedorismo, geração de trabalho, de renda e formas alternativas de renda também, pra que não fique tão contando apenas com esse, com esse salário que ele recebe enquanto jovem aprendiz. Então, até junto com a Educador 4, eu compartilho o fato de que temos alguns jovens que já tem esse espírito mais empreendedor mais pra frente, que já trabalha em outras frentes, né? Se virando, não contando apenas com salário de aprendiz.

Pesquisadora: Agradeço a disponibilidade e a participação na entrevista.

APÊNDICE F – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM EDUCADOR 5

Pesquisadora: Muito obrigada por toda sua ajuda aí. Adorei a conversa com os outros educadores. Não recebi resposta ainda, mas tudo bem.

Pesquisadora: Educador 5, eu vou fazer um pouco parecido com o roteiro que eu fiz com o pessoal, mesmo sabendo que você tem um cargo de supervisor. Então eu queria começar com você me falando um pouquinho qual que é o seu papel aí na Rede Cidadã? Qual é o seu cargo, a sua atuação, a sua formação? Me fala um pouquinho de você nesse contexto da Rede Cidadã.

Educador 5: Bom, meu nome é Educador 5 dos Santos Galdino, sou formado, graduado em Pedagogia. Eu tenho especialização em Supervisão Educacional, Pedagogia Clínica Institucional, Educação Musical e Ensino de Artes. Que mais? Eu tenho docência no ensino superior e agora estou cursando Avaliação em ABA e Gestão de Startups. Comecei na Rede Cidadã como educador. Depois eu passei a ser conteudista, a desenvolver os conteúdos programáticos que são os conteúdos pedagógicos dados em sala. E após esse período de pandemia, eu vim e voltei ao presencial, porém como supervisor pedagógico. E o meu papel é gerir toda a área pedagógica do ensino, trazer clareza para os educadores, ver os números de aprendizes que temos por dia. [...] e ser inseridos mais tornar a vida do educador mais fluída. Essa é a função do supervisor pedagógico e também mediar a gestão da Rede Cidadã com os educadores e aprendizes. Também tenho cursos de na área de Educação Biocêntrica, que é a nossa metodologia que é da Rede Cidadã. E outros cursos mais, como Design Instrucional para aprender a formatar os cursos e deixá-lo cada vez mais didático. Então é essa a minha atuação aqui na Rede Cidadã.

Pesquisadora: Excelente! Então você tem uma visão da sala de aula e agora na supervisão. Muito bom. Eu queria ouvir de você um pouco sobre a sua opinião a respeito da educação financeira, do ensino de educação financeira para esses jovens. A sua percepção sobre a importância ou não disso e como que vocês trabalham com isso na Rede Cidadã?

Educador 5: Bom, primeiro que a importância, eu acho ela total. Ela é muito importante até para nos educar financeiramente, que nós não sabemos como lidar com as finanças. A gente acha que é só ganhar e gastar, ganhar e gastar. Mas existe um método, um jeito para você gerir essa quantidade que você ganha. Saber investir é saber também o que você pode fazer de conta, pra no final do mês honrar essas contas. Então eu acho que a educação financeira, ela é a base de todo e qualquer ensino. Eu penso que o Brasil sofre muito na parte educacional por não ter uma disciplina específica de educação financeira. Por consequência, a economia do Brasil sofre com isso, porque na vida adulta as pessoas que não tiveram uma educação financeira não tiveram uma noção, acabam se tornando inadimplentes em suas contas, em suas finanças aí e sofrem com o nome indo pro Serasa, SPC. Então eu vejo que ela é fundamental, é a base. Eu acho que antes mesmo do letramento existe a parte das finanças. Como que você vai lidar com seu dinheiro? E para o jovem, para nós, enquanto profissionais, a gente vê a relevância total, porque nós lidamos diretamente com aprendizes e esses aprendizes, antes de eles entrarem aqui na capacitação teórica, eles já estão empregados, então tem que caminhar junto e concomitante ao emprego. Tem o dinheiro que ele vai receber e nós...

Pesquisadora: Às vezes ele gasta antes de receber.

Educador 5: Sim, sim. Teve um caso, por exemplo, você dá até risada. O menino, no primeiro dia de emprego, a empresa depositou um dinheiro para ele. Ele achou que era um dinheiro que já ganhou, mas era vale transporte. Ele gastou todo em bebida, ele foi na noitada e gastou tudo. Depois ficou sem dinheiro para ir para trabalhar.

Pesquisadora: É triste, na verdade.

Educador 5: É triste. A gente ri hoje porque já passou, ele teve que se virar e tal, mas a gente orientou como pôde. Não, não faça isso. A gente hoje, quando o jovem pisa, que a gente já fala olha, toma cuidado com o que você vai gastar. Há pouco tempo aqui mesmo ele até conseguir uma vaga numa outra empresa. Mas o menino, ele tinha um vale alimentação muito grande que ele de manhã ele vinha, gastava no Starbucks. Todo dia que ele vinha para cá, na hora do intervalo ele voltava no Starbucks e na hora da saída ele ia de novo no Starbucks: três vezes.

Educador 5: Eu falo que um café do Starbucks eu compro pó de café para o mês inteiro lá em casa, então é mais ou menos assim. Então, assim, a educação financeira, ela é de suma importância, porque esses jovens já vem empregados aqui, vão ter uma capacitação teórica e o educador precisa ter a noção para passar para ele um planejamento financeiro. Olha como você vai lidar com seu dinheiro agora? Como você vai fazer pra agora administrar, se vai investir em quê? Você vai fazer um curso? Você vai guardar esse dinheiro, você vai comprar uma motinha, você vai comprar roupa, você vai gastar todo o fast food? O que você vai fazer? Então, a educação financeira ajuda a ter uma gama de escolhas também para que esse jovem possa ser orientado.

Pesquisadora: E qual é a sua percepção com relação a como os educadores de uma maneira geral, mas mais especificamente, os educadores que vocês têm aí no corpo da Rede Cidadã? Como é que eles estão preparados para trabalhar com isso? Qual é a sua opinião sobre essa questão?

Educador 5: Eu não vou dizer que eles estão preparados, porque não estão. Para este assunto, eles têm uma pequena noção, né? E estou falando também me colocando nesse pacote. Tenho uma pequena noção e pouco podem contribuir para ajudar a dar um empurrãozinho nesses jovens. Sobre essa questão da educação financeira, eu acho que precisa de um trabalho profundo voltado a isso e bem canalizado. É o que eu percebo.

Pesquisadora: É uma outra questão que eu queria saber a sua opinião, é com relação ao seguinte: normalmente a educação financeira está muito ligada à questão de matemática. E a gente tem o cálculo de juros, de parcela, percentual etc., que são conteúdos de matemática. Mas eu entendo que educação financeira é um pouco além de aprender só a fazer contas, saber calcular parcelas, saber calcular juros, saber calcular valores. Eu acho que pressupõe muito a questão que está atrelada a matemática crítica. Que é eu entender, que não adianta eu só saber fazer contas, mas eu tenho que entender que essa parcela vai caber ou não vai caber no meu orçamento, porque eu estou pagando juros. Quanto que significa isso? Qual é o outro caminho? Eu posso ter um caminho de guardar o dinheiro e comprar depois por um valor. Então, assim, na minha percepção, e em todos os meus estudos, a

educação financeira tem que estar muito atrelada à matemática crítica, né? Não é só fazer contas. Eu queria saber a sua opinião a respeito disso.

Educador 5: Eu até ia abordar, começar a puxar isso no assunto anterior. Para saber lidar com a matemática financeira, a gente precisa lidar com a matemática em si, né? Porém, a matemática financeira é uma matemática que dá sentido à vida. Então é aquela pergunta que todo estudante faz no que é que esses cálculos, essas equações vão fazer sentido na minha vida? Eu vou usar em quê, né? Mas quando na faculdade eu tive um módulo chamado Matemática Financeira, eu falei: Poxa, agora encontrei sentido, agora eu vi que aprender a calcular, aprender, fazer ali, regra de três os juros, etc, etc etc. Deu um sentido para minha vida. Agora eu me encontrei. Eu acho que muito além do que saber fazer cálculos, a matemática financeira, ela nos encontra, Ela traz um significado. Ela responde muitas questões pra gente, por que são questões que a gente precisa usar. Um exemplo disso eu gosto muito de usar exemplos, foi durante a pandemia, minha esposa, ela engravidou e a gente ficou esperando um bebê e como ela trabalhava na área da saúde e ela ganha muito mais que eu, o meu salário perto dela é jovem aprendiz e ela foi dispensada para o INSS, só que INSS não respondia, demorou, ela ficou meses sem receber e eu com o meu pouquinho eu falei assim eu preciso ajustar a casa, eu não posso atrasar conta. A gente vai passar um perrengue aqui, só que com base no que eu tinha aprendido na faculdade de matemática financeira, nada nos faltou, nenhuma conta deixou de ser paga. E quando ela finalmente recebeu, a gente desfrutou dos atrasados do que veio. Então a gente passou muito bem, mas a gente teve que ter esse planejamento. É isso o que eu tenho, o que eu preciso fazer, como eu vou atuar e interagir com tudo isso? Matemática financeira!

Pesquisadora: Isso é ótimo exemplo. E voltando aqui no conteúdo da Rede Cidadã, vocês têm especificamente um assunto educação financeira? Ou fica a critério do educador inserir isso nos conteúdos que ele está trabalhando? Quando ele fala de empreendedorismo, quando ele fala de exercer a cidadania, enfim, como é que funciona isso aí na Rede Cidadã?

Educador 5: Eu conheço todos os conteúdos da Rede Cidadã. Que lida com matemática, assim, eu posso contar nos dedos de uma mão e sobra, né? Tem um lá

na ambientação que eu lembro que chama se raciocínio lógico matemático, mas não fala de matemática financeira, não fala.

Pesquisadora: Não é educação financeira.

Educador 5: Não, não. E tem outros. Fala de finanças, mas não tem nada sobre educação financeira, nada. Então é um conteúdo que a gente precisa colocar aqui na Rede Cidadã.

Pesquisadora: De uma maneira formal. Ele acontece, então, pelo que eu conversei com os outros educadores, eventualmente eles conseguem inserir como um tema transversal, mas aí vai caber a iniciativa, o conhecimento daquele educador. Não é uma coisa institucional, né? E qual é a sua percepção com relação aos jovens? Eles acham que isso é uma chatice ou eles acham que é relevante, importante eles serem educados financeiramente.

Educador 5: Até o momento em que se toca no assunto, e antes disso, antes de tocar no assunto, eles olham para matemática financeira e educação financeira como uma matemática qualquer. Quem não gosta, não gosta. A partir do momento em que falamos e colocamos a vida deles no centro, trazendo as questões financeiras, eles entendem a importância e pedem que isso aconteça mais vezes. Tem muito que se organizam mais e tem noção, assim tipo a gente que é jovem, que ajuda em casa, é jovem, que tira uma parcela ali e o que sobra, ele não sabe muito o que fazer, como fazer. Com a orientação, aí ele acaba entendendo a importância de tudo isso.

Pesquisadora: Entendi. Eu acho que a gente conversou isso no começo, mas só retomando aqui, então, a proposta da minha dissertação é estudar essa questão: Os educadores estão preparados para trabalhar com a educação financeira? Como é que a gente pode fazer uma proposta para preparar o educador? De tudo o que eu estudei e de todas as conversas que eu tive com os educadores, as minhas hipóteses estão sendo confirmadas e, de fato, eles buscam por si informações, não existe uma formação específica. Então, há a necessidade de uma formação específica para o educador em educação financeira. A proposta da minha dissertação é pensar numa formação específica. Então um momento de transmissão de conhecimentos para esses educadores. E depois organizar o que se chama de acordo com as teorias de alguns educadores, especialmente o Schulman, é compor, criar uma comunidade de

prática. O que é uma comunidade prática? É uma reunião, é um grupo de pessoas que tem interesses comuns. Então, no caso, seriam educadores de jovens da Rede Cidadã e o tema seria como é que a gente trabalha a educação financeira? Então a gente traria algumas informações de organizados, constituídos, mas o grupo tem o papel de ser um catalisador, um mobilizador, um construtor de conhecimento, porque a gente vê alguns educadores tem algumas soluções superlegais para abordar esta ou aquela questão. E essa troca de conhecimento favoreceria a todos! Então, basicamente, bem resumidamente, a proposta da minha dissertação é neste rumo. O que você acha disso? Qual sua opinião? Então acho que é viável, que não é. O que você acha?

Educador 5: Eu acho formidável, Pesquisadora, porque é pra quem é educador e trabalha com questões muito humanas. As questões de matemática, de finanças, acabam ficando pra trás. Ele foca muito numa coisa, deixa a outra menos focada ou não foca naquela. Então eu acho que, por um lado, tirá-lo da zona de conforto e fazê-lo pensar e trazer outros indivíduos a pensar junto com ele e ajuda também a ele se auto-organizar dentro de suas aulas, o que vai fazer sentido. O que de fato realmente eu acho que vai fazer sentido e muitas outras coisas não mencionadas, até na questão da sustentabilidade, na questão da economia do país e na economia familiar, na própria autogestão, no que eu preciso fazer. Você tem uma ideia, eu comecei a não comprar roupas, não comprar coisas, porque eu já tinha em casa. Quando eu analisava meu guarda-roupa, falava você não precisa gastar, eu posso gastar, investir em outra coisa, numa formação ou em algo que vai agregar mais. Isso foi muito legal. Acho que os educadores precisam mesmo todos, não somente da Rede Cidadã, mas falando dos meus aqui, eles precisam porque trabalham diretamente com jovens que estão ganhando seu dinheiro pela primeira vez ali e precisam orientar. E para orientar, precisam ser orientados, penso eu.

Pesquisadora: Com certeza. Eu acho que a pandemia acabou ajudando a gente a perceber muitas coisas, né? O comércio fechou tudo, fechou. Eu costumo brincar nas minhas aulas, quando eu estou trabalhando com educação financeira. A gente ficou quase seis meses sem sair de casa, sem comprar nada, e a gente comprava muito. E a gente sobreviveu. A gente não morreu porque não comprou mais uma camisa nova, morreu gente de Covid. Mas a gente não morreu porque não comprou mais um sapato, mas mais coisas que a gente compra por impulso e a

gente conseguiu rever e refletir muito sobre os nossos hábitos de consumo nessa pandemia, né? Mas enfim, a gente precisa de ampliar o repertório dos educadores para que eles possam, de fato trazer esse conteúdo e auxiliar os jovens que estão começando a ganhar o seu dinheiro. E que bom que eles comecem a ganhar o dinheiro sabendo usar o dinheiro de uma forma consciente para não aprender, como muita gente infelizmente aprende, quando está endividado, quando tá cheio de contas pra pagar que não sabe. E aí a pessoa vai procurar resolver, e é muito mais difícil. Então, de fato, se a gente trazer esse conhecimento para o jovem, vai ser melhor. E a última pergunta que eu gostaria de fazer para você é: Onde você busca informações sobre educação financeira? Quando você relatou a situação da pandemia, né? Então o salário ficou um só. Você tinha que fazer alguma coisa. De onde você buscou esse conhecimento para poder fazer essa gestão aí que foi de sucesso?

Educador 5: Olha só uma pergunta até difícil de responder, porque eu não lembro de verdade onde eu utilizei uma base que eu tive na faculdade. Na faculdade que eu tive de finanças, educação financeira. E colocando uma pergunta que o professor falou que realmente é necessário, que eu preciso fazer o que eu sou obrigado a fazer e o que de certa forma não é necessário na minha vida, pode esperar um pouco. Então eu fui colocando na balança.

Educador 5: Comecei a vencer o hoje, então tive que pagar hoje, a outra venci mês que vem, então eu posso deixar para o mês que vem e vou contrabalanceando até que tudo se normalize. Foi assim como agir?

Pesquisadora: Então, basicamente você partiu daquela questão eu preciso, eu quero, é necessário, é um desejo, né? É um balizador muito bom mesmo. É um ótimo princípio. Você gostaria de comentar alguma coisa a mais sobre essa questão da educação financeira? E no dia a dia de vocês, na sua vida? É um espaço aberto para você!

Educador 5: Bom, eu acho. Eu me vejo na necessidade de aprender mais. Se houver uma oportunidade em que eu possa aprender mais, eu quero. Eu quero aprender. Porque assim eu vejo que determinados momentos a gente acaba relaxando um pouco e esbanja um pouquinho tal gasto um pouquinho a mais. Eu percebi uma coisa depois que eu tive uma conversa com você e com você no

primeiro momento em clicks assim eu cheguei na minha esposa e falei assim: Amor, peraí, eu e você estamos comprando marmita todos os dias. Quanto que a marmita que você compra na base 35? A minha também. 70 r\$ por dia, 70 vezes cinco. Eu fiz uma conta né? Que num ano deu 16.500 R\$.

Educador 5: Eu quase caí de costas. Aí eu falei assim parou, pedi para parar, Parou. Vamos começar a levar a marmita. A gente compra um saco de arroz que custa lá 22, 25 R\$. Dá para a gente levar várias marmitas, porque a gente não come muito em casa. É isso a nossa economia deu um boom. Ela deu a nossa finança. A gente viu a diferença no final do mês. Então eu falei assim cara, só da marmita que a gente tirou, a gente fez um uma mudança muito grande. Então eu estou disposto a participar de qualquer movimento relacionado a educação financeira, porque eu preciso me educar mais.

Pesquisadora: Nossa, mas seus relatos são maravilhosos. Vontade de te levar junto comigo nas minhas aulas e dizer: gente, é possível! Faz a conta, né? E assim você começa a ver que tem ganhos além do dinheiro, né? Você tem certeza da procedência da comida, você tem certeza do cuidado na preparação, você tem vários outros ganhos aí, né? E não é que vocês passaram fome, né? Sobrou. Vai sobrar dinheiro para fazer outras tantas coisas que às vezes não daria, gastando 16.000 R\$ com marmita no ano, não é mesmo?

Educador 5: E um mês antes de casar, eu fiz um curso lá na minha cidade. Era um dia só um workshop, chamava Curso de Prosperidade. Eu falei assim que curso mais louco, com esse nome. Vou fazer, quero ver, ganhei a minha empresa, fui lá e o cara e abordava. Ele falou assim você vai tirar para você ser próspero, você precisa tirar as coisas desnecessárias. Às vezes você não está prosperando porque você está gastando em coisas que não é necessário. Então, com base nisso, eu falo assim eu me considero uma pessoa próspera porque eu estou tirando o desnecessário e estou colhendo em outras partes, né?

Pesquisadora: Exato, maravilhoso. Você está de parabéns! Eu adoraria ter você como meu parceiro aí nas aulas de educação financeira para dizer que é possível, que as pessoas ficam pensando, esse homem está falando que quem não precisa fazer conta não gente, todo mundo tem que fazer conta, né? Não tem jeito, a gente tem que parar de gastar com algo que não é necessário, somente o

necessário, né? O extraordinário, como já dizia o Mogli, o Balu no filme Mogli o extraordinário e demais não é somente o necessário. Mas é isso. Olha, foi um super prazer falar com você, Educador 5. Adorei a conversa com os outros educadores também foi muito boa. Espero conseguir falar com mais um aí. A gente tem ao todo seis pessoas no universo de dez. Eu sei que os outros, por mais que tenham interesse, mas eu sei que a vida é corrida, a disponibilidade é complicada, está tudo bem. Eu estou supersatisfeita com o que eu coletei de informações e depois vou compartilhar com vocês o resultado da minha dissertação. E a gente vai conversar como é que a gente põe isso para funcionar? Eu estou assumindo o compromisso de colocar em prática o que eu estou planejando que eu estou colocando na pesquisa. Tá bom? Então super, super obrigada!

Pesquisadora: Muito obrigada pela entrevista!

ANEXOS

ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado a participar da pesquisa *“Educação Financeira como tema transversal na Educação Profissional: desafios para a formação de educadores de jovens aprendizes”* e sua participação foi considerada dada a sua atuação como educador do Programa Socioaprendizagem no Polo São Paulo da Rede Cidadã.

Sua contribuição muito engrandecerá nosso trabalho pois participando desta pesquisa você nos trará uma visão específica pautada na sua experiência sobre o assunto.

Esclarecemos, contudo, que sua participação não é obrigatória. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição proponente.

O(s) objetivo(s) deste estudo é investigar o atual cenário da formação de educadores de jovens aprendizes com relação ao tema Educação Financeira a fim de propor uma estratégia de formação que contemple o educador como sujeito produtor de conhecimentos.

As informações obtidas por meio desta pesquisa serão confidenciais e asseguramos o sigilo sobre sua participação. Os dados serão divulgados de forma a não possibilitar sua identificação, protegendo e assegurando sua privacidade.

A qualquer momento você poderá tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação por meio do e-mail aline.ditta@cpspos.sp.gov.br ou pelo celular (11) 98407-0774 sob os cuidados da mestrandia Aline Wanderley Camisassa Ditta, pesquisadora responsável pela coleta e organização dos dados, sob a orientação do Prof. Dr. Rodrigo Avella Rodrigues.

Ao final desta pesquisa, o trabalho completo será disponibilizado no site do Programa de Mestrado <http://www.pos.cps.sp.gov.br/dissertacoes>.

Prof. Dr. Rodrigo Avella Ramirez

Aline Wanderley Camisassa Ditta

e-mail: roram1000@hotmail.com

e-mail: aline.ditta@cpspos.sp.gov.br

Declaro que entendi os objetivos de minha participação na pesquisa e concordo em participar. Registro também que concordo com o tratamento de meus dados pessoais para finalidade específica desta pesquisa, em conformidade com a Lei nº 13.709 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

Caso a pesquisa seja on-line, modificar o último parágrafo e assinatura pela caixa de texto acima que somente abrirá o instrumento de pesquisa após o click no botão.

Declaro que entendi os objetivos de minha participação na pesquisa e concordo em participar. Registro também que concordo com o tratamento de meus dados pessoais para finalidade específica desta pesquisa, em conformidade com a Lei nº 13.709 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

Sujeito da Pesquisa
Nome e Assinatura

ANEXO B – TERMO DE CESSÃO DE DIREITOS SOBRE DEPOIMENTO ORAL

Pelo presente instrumento, o(a) senhor(a) _____
_____, RG: _____, residente e domiciliado à
_____, na cidade de
_____, cede e transfere gratuitamente, em caráter universal e definitivo ao
Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza a totalidade dos seus direitos
patrimoniais de autor sobre o depoimento oral prestado no(s) dia(s) _____,
perante o pesquisador(a) _____.

Fica, portanto, o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza plenamente autorizado a utilizar o referido depoimento, no todo ou em parte, editado ou integral, inclusive cedendo direitos a terceiros, no Brasil e/ou no exterior.

Registro também que concordo com o tratamento de meus dados pessoais para finalidade específica desta pesquisa, em conformidade com a Lei nº 13.709 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

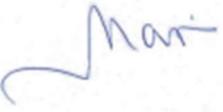
São Paulo, ____ de _____ de _____.

Assinatura

ANEXO C – PARECER COMISSÃO DE ÉTICA

PARECER DA COMISSÃO DE ÉTICA EM PESQUISA DO MESTRADO DO CENTRO PAULA SOUZA

PARECER_E.P. Nº 016/2022

1. PROTOCOLO Nº 021/2022	05/09/2022 Recebido em	2. PARECER EMITIDO EM: 06/09/22
3. TÍTULO DO PROJETO:		
Educação Financeira como tema transversal na Educação Profissional: desafios para a formação de educadores de jovens aprendizes		
4. PESQUISADOR(ES) PROPONENTE(S):		
Aline Wanderley Camisassa Ditta Rodrigo Avella Ramirez		
5. PARECER:		
<p>A Comissão de Ética esclarece que não analisa os aspectos metodológicos da ABNT, haja vista que estes são de exclusiva responsabilidade dos orientadores.</p> <p>A responsabilidade pela obtenção e preservação das autorizações necessárias para a elaboração da pesquisa são de responsabilidade dos autores.</p> <p>Após apreciação do projeto de pesquisa proposto, a Comissão de Ética em Pesquisa resolve:</p>		
<p>Aprovar o projeto proposto por atender as recomendações desta Comissão de Ética.</p>		
		
<p>Comissão de Ética em Pesquisa Profa. Dra. Neide de Brito Cunha</p>		
		
<p>Comissão de Ética em Pesquisa Profa. Dra. Marília Macorin de Azevedo</p>		